

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

KERLEY CRISTINA BRAZ AMÂNCIO

**Entre conquistas e disputas:
trajetórias e experiências de luta das mulheres
das camadas populares na cidade
(Uberlândia/MG – anos de 1980-1990)**

Uberlândia
2014

KERLEY CRISTINA BRAZ AMÂNCIO

**Entre conquistas e disputas:
trajetórias e experiências de luta das mulheres
das camadas populares na cidade
(Uberlândia/MG – anos de 1980-1990)**

Dissertação apresentada à banca examinadora
do Programa de Pós-Graduação em História
Social da Universidade Federal de Uberlândia,
como exigência para obtenção parcial do título
de Mestre em História

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Ilka Vieira
Vasconcelos

Uberlândia
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- A484s Amâncio, Kerley Cristina Braz 1986-
2014 Entre conquistas e disputas: trajetórias e experiências de luta das
mulheres das camadas populares na cidade (Uberlândia/MG – anos de
1980-1990) / Kerley Cristina Braz Amâncio. -- 2014.
147 f. : il.
- Orientadora: Regina Ilka Vieira Vasconcelos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em História Social.
Inclui bibliografia.
1. História – Teses. 2. Movimentos sociais – Uberlândia (MG) –
Teses. 3. Mulheres - Uberlândia (MG) - Teses. I. Vasconcelos, Regina Ilka
Vieira. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em História Social. III. Título.

CDU: 930

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário da Cunha Peixoto (PUC-SP)

Prof^ª. Dr^ª. Marta Emisia Jacinto Barbosa (UFU)

Prof^ª. Dr^ª. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (UFU)
(orientadora)

*Às minhas avós Elza Helena e Nadir, mulheres
de fibra. (in memoriam)
Aos meus pais, que sempre me incentivaram,
apoando essa conquista.*

Agradecimentos

A Deus, presença constante na caminhada do meu viver.

Aos meus pais, Maria Regina e Evandro, pela força e torcida, bem como pela compreensão nos momentos que tive que me ausentar do convívio familiar.

Ao Roberto, pelo amor dedicado, compreensão e carinho nos momentos em que eu era só estudante. Agradeço também pela ajuda no inglês.

Aos meus colegas de mestrado, Denise, Lara, Karina e João Gabriel, pela troca de ideias, pelo companheirismo e por tornar esse momento mais suave.

À Letícia, por sua contribuição para realização desse trabalho, muito antes dessa etapa e, por sua amizade. Agradeço lhe também pelo auxílio com os mapas.

A todos os professores do curso de mestrado, que direta ou indiretamente contribuíram com minha formação. Em especial a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Regina Ilka Vieira Vasconcelos, por acreditar no meu projeto de pesquisa, por sua dedicação, comprometimento e exemplo de profissionalismo, no auxílio para torná-lo realidade. Agradeço também por sua amizade, sem qual não teria superado muitos momentos de conflito e crise ao longo dessa caminhada.

A Prof.^a Dr.^a Marta Emisia Jacinto Barbosa, pelas contribuições dadas na disciplina Seminário de Pesquisa em Trabalho e Movimentos Sociais e no Exame de qualificação e, por aceitar o convite de compor a banca de avaliação do meu trabalho de mestrado. Agradeço também sua eterna amizade de primeira orientadora na minha trajetória acadêmica.

A Prof.^a Dr.^a Josianne Francia Cerasoli, pelas contribuições dadas na disciplina de Historiografia e por nos libertar das “balizas temporais”.

A Prof.^a Dr.^a Dilma Andrade de Paula, pelas contribuições dadas na disciplina Instituições e Movimentos Sociais ampliando nosso horizonte em relação à discussão proposta pelos novos movimentos sociais.

Ao Prof. Dr. Aurelino José Ferreira Filho, pelo cuidado na leitura de meu trabalho e pelas contribuições dadas no Exame de Qualificação.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em História, Stenio e Josiane, pela gentileza e carinho ao nos atender, sempre procurando nos auxiliar o quanto possível. Agradeço também aos funcionários da secretaria do curso de História, em especial a Luciana por sua presteza em nos ajudar.

Aos funcionários, amigos do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Aline e Velso, pelo carinho e atendimento prestado. Agradeço lhes também pela torcida.

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Uberlândia Marlene, Jô e Virgínea pela solicitude e gentileza. Em especial ao carinho e preocupação da Marleninha, como é carinhosamente chamada por todos lá.

À Lucimar, pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros NEAB/UFU, que, á época da elaboração do meu projeto de pesquisa, concedeu-me valiosa contribuição.

Às Sr.^{as} Dulcinéia, Iracema, Lazara Aparecida e Vanesca, por me receberem com muita gentileza, abrindo as porta de suas casas, para conversar comigo sobre suas experiências de luta na cidade. Contribuição valorosa para a compreensão das mobilizações engendradas por estas mulheres.

Ao Reinaldo, que atendeu prontamente minha solicitação para conversar com alguém do MONUVA, indicando-me contatos dos integrantes.

À Fundação e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos ao longo do curso de mestrado, sem à qual a concretização desse trabalho não seria possível.

À Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário da Cunha Peixoto por aceitar prontamente o convite para compor a banca de avaliação do meu trabalho de mestrado.

À minha prima, Jaqueline Cristiane, pelas orações, pela torcida e satisfação em ver esse sonho realizado e por perder um pouco do seu tempo lendo as coisas que essa prima escreve. Agradeço também à sua ajudante, Leninha, que me auxiliou no trânsito por Belo Horizonte, quando estive por lá por ocasião do encontro de História da UFMG.

Ao meu tio Luis Carlos, minha tia Lazara e primos André Luis, Cristiano e Lilian, que, por ocasião desse trabalho, me receberam com muito carinho e a alegria de sempre, em sua casa em Brasília. Tia, obrigada por cuidar da sua menininha. À minha

priminha Giovana, obrigada pelos momentos que, em meio as minhas preocupações de adulto, me arrancou sorrisos com suas brincadeiras de meninice e me transportou de volta à simplicidade da vida. Um dia vai entender as palavras que sua amiga grandona lhe dedicou.

A toda a minha família que, distante ou perto, rezou por mim, torceu e compreendeu muitas das minhas ausências em nossos encontros. Muito obrigada a todos vocês.

Enfim, a todos aqueles (as) que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação pessoal e profissional, para ampliação de meus conhecimentos com suas ideias, suas críticas, suas palavras de alento, meus agradecimentos.

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas; nas ruas de subúrbio, nas casas de jogo, nos prostíbulos, nos colégios, nas ruínas, nos namoros de esquina. Disso quis eu fazer a minha poesia, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz.

Ferreira Gullar

Resumo

A partir do trabalho com os jornais Correio de Uberlândia, Participação e a Coleção do Centro de Documentação Popular (CDP) do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS-UFU), buscamos investigar a participação das mulheres das camadas populares na organização e na articulação de movimentos sociais na cidade, na luta por espaços de poder e direito, por reconhecimento social. O recorte temporal contempla as décadas de 1980-1990, quando da explosão de movimentos sociais populares de várias vertentes; da mudança na sociedade civil com a Constituição de 1988 e a institucionalização das falas desses trabalhadores e trabalhadoras, por meio de agências e órgãos governamentais, o que para nós modifica o saber / fazer da história desses grupos. A pesquisa dedicou-se a investigar a formação e a constituição do movimento de mulheres em Uberlândia, assim como as disputas engendradas por estas “outras mulheres” na busca por mais visibilidade às suas necessidades no contexto da cidade, a fim de produzir uma reflexão sobre a relação entre “popular”, “cidade” e “direitos”, problematizando a construção do espaço público por estes “novos personagens” – mulheres pobres e negras. A busca do que estava por trás das falas silenciadas ou ocultas destes sujeitos tornou-se imprescindível para abordar seu cotidiano, suas práticas, seus modos de experimentação / vivência do acontecer social, território fecundo de formação política destes sujeitos ditos como “vencidos”, assim como de tomada de consciência para a elaboração de movimentos outros e de transformação social.

A partir da História Social, pretendemos refletir sobre a relação das mulheres pobres e negras com o dito movimento de mulheres “organizado” da cidade, nos meios de comunicação – jornais impressos, atentando para as disputas em torno da construção da memória e da história. Fundamentados nas proposições de Edward P. Thompson sobre o conceito de experiência, aproximamo-nos do cotidiano desses sujeitos históricos, bem como de suas formas de resistência e mudança do acontecer social e, consequentemente, da história.

Palavras-chave: movimentos sociais e movimento de mulheres; cidade e imprensa; cotidiano e formação política.

Abstract

From the work with resources such Jornal Correio Newspaper's, Participação Newspaper's and the Popular Documents Collection (CDP) of the Center for Research and Documentation in History of the Federal University of Uberlândia (UFU-CDHIS), we seek to investigate the participation of the popular women in the organization / coordination of movements in relation to the women's movement of the city, in the struggle for positions of power and law, social recognition layers. The time frame chosen contemplates the decades of 1980-1990, when the explosion of popular social movements strands; change in civil society with the 1988 Constitution and the institutionalization of these speeches workers, through agencies and government bodies, which deprives us of many knowledge / history. In this sense, we propose to analyze the formation and constitution of the women's movement in the city of Uberlândia, as well as disputes engendered by these "other women" – the search for more visibility to their needs in the context of the city, in order to produce a reflection on the relationship **folk / city / rights** , questioning about the construction of public space for these "new characters" – poor black women, through social relationships established between them and the women's movement in Uberlândia. Along the way, the silenced or hidden these subjects by dominant groups speeches have become indispensable for arguing about their daily lives, their practices, their modes of *experimentation / experience* of social happening, which for us constitute fertile territory for political education of these subjects sayings such as "losers", as well as awareness for development of other movements and social transformation.

Thus, through the dialogue with the Social History intend to reflect on the relationship of poor black women said the women's movement "organized" city, in the media – newspapers, attending to disputes over the construction of memory / history. However, based on the propositions of Edward P. Thompson on the concept of experience, we want to engage in polemics about the daily life of these historical subjects, as well as their forms of resistance and social change happen and hence the story.

Keywords: social movements and women of movement; city and press; everyday political formation.

Lista de Imagens

Imagem 1 – Creche do Tubalina surgiu do esforço da comunidade	32
Imagem 2 – O coletivismo das lavadeiras	37
Imagem 3 – Requerimento nº 807 à Secretaria de Trabalho e Ação Social	39
Imagem 4 – Carentes vão à câmara pedir leite de volta	42
Imagem 5 – Mulheres do Parque S. Jorge se organizam para manter creche	46
Imagem 6 – Semana da Mulher Negra	48
Imagem 7 – Mulher da Opressão a Organização: uma história da luta contra o preconceito e a discriminação	52
Imagem 8 – Mulher negra: duplamente discriminada	57
Imagem 9 – Proposta de carta de princípios: às mulheres uberlandenses	60
Imagem 10 – Monuva comemorou o Dia Internacional da Mulher	62
Imagem 11 – Mulher negra. Reafirmação da negritude	63
Imagem 12 – “AFETO” promove manifestação cultural no bairro Tocantins	67
Imagem 13 – Mulheres farão debates nos bairros	69
Imagem 14 – Informe sobre o I Congresso de Mulheres de Uberlândia	74
Imagem 15 – A Associação das Mulheres, Associação de Apoio ao Menor de Uberlândia e a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Municipal solicitam a presença das mulheres trabalhadoras, lideranças sindicais e populares para discutirem questões vivenciadas pelas “creches”	78
Imagem 16 – Dia Internacional da Mulher é comemorado hoje sem entusiasmo	82
Imagem 17 – Começa amanhã a programação do Dia da Mulher	88
Imagem 18 – Seminário “O Sexo das classes”	90
Imagem 19 – Debates e reflexões marcarão o Dia da Mulher em Uberlândia	94
Imagem 20 – Desestruturação do país se reflete no movimento feminista	97
Imagem 21 – Dia Internacional da Mulher começa ser comemorado hoje	99
Imagem 22 – Encontro discute direitos da mulher	101
Imagem 23 – As mulheres discutiram amanhã a realidade de seu cotidiano	102

Lista de Siglas e Abreviaturas

AFEJO – Associação Feminina do Bairro São Jorge

AFETO – Associação Feminina do Bairro Tocantins

AMs – Associações de Moradores

AMU – Associação de Mulheres Uberlandeses

CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História

CDP – Centro de Documentação Popular

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CMEC – Conselho Municipal de Entidades Comunitárias

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FEBASE – Associação Feminina do Bairro Seringueiras

GRICONEU – Grupo Integração de Consciência Negra de Uberlândia

GUCON – Grupo União e Consciência Negra

MNU – Movimento Negro Unificado

MONUVA – Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PROEX-UFU – Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia

SETAS – Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social

SOF – Sempre Viva Organização e Formação

UNEGRO – União de Negros pela Igualdade

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1 – Emergência das mulheres pobres e negras na cena pública de Uberlândia	30
1.1. Os caminhos da mobilização: disputas por espaço e poder	30
1.2. Mulheres pela cidade: expansão e exposição da luta	51
Capítulo 2 – Um movimento “enfraquecido”?	71
2.1. Tensões e contradições: os sujeitos dentro dos movimentos	71
2.2. Entre páginas e tramas: rastros de um movimento	86
Capítulo 3 – Do bairro para cena pública	106
3.1. Das lutas nos bairros para a organização de mulheres	106
3.2. Do comum às especificidades: os movimentos dentro do movimento	122
Considerações Finais	133
Fontes	138
Bibliografia	142
Anexo	147

Introdução

Este trabalho de pesquisa foi motivado pelo interesse de investigar como as mulheres das camadas populares de Uberlândia se organizavam em movimentos de luta por direitos e cidadania. Essa temática começou a ser pensada a partir da pesquisa de monografia de graduação desenvolvida em torno da participação política feminina no processo da Assembleia Nacional Constituinte, por volta de 1987 e 1988.¹ Ao trazer para o debate em História um pouco da organização das mulheres de Uberlândia e da região do Triângulo Mineiro em relação à abertura política e às discussões da Constituinte, bem como de suas propostas para esta nova sociedade que se constituía após anos de repressão política, nos inquietamos com o silêncio em relação às práticas das mulheres pobres da cidade, no que diz respeito ao seu envolvimento no movimento feminino durante esse processo político. A partir dessa observação, encaminhamos nosso olhar para estes sujeitos que chamamos de outras mulheres, no sentido de que possuem uma identidade social, política e cultural diferente da do grupo das mulheres organizadas.

De lá para cá, algumas questões acerca das disputas pelo e no espaço público continuaram a nos inquietar e alimentaram novas problemáticas que culminaram nesta dissertação. Dentre elas: onde estavam estas mulheres pobres e negras? De que maneira elas atuavam e participavam dos movimentos de mulheres? A quais movimentos se vinculavam e em que tipo de ações podíamos identificá-las? Partindo dessas questões, orientamos nossa investigação para a pesquisa desenvolvida nesse trabalho.

Procurando dar conta da trajetória e das experiências destas “outras mulheres” no movimento de luta por direitos e cidadania, bem como tentando responder a tais questões, direcionamos nosso olhar para o espaço de formação e de elaboração dos movimentos sociais populares na cidade, na medida em que pudemos acompanhar as formas como estes movimentos apareciam na imprensa – em jornais da cidade de Uberlândia – e verificamos a predominância de determinados sujeitos, como mulheres

¹ AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. *Nas páginas do Correio: mulher e participação política: uma análise da luta por direitos na Constituinte de 1988*. 2011. 64 f. Monografia (Graduação em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

das classes dominantes, dos grupos políticos instituídos, em detrimento de outros, no que concerne à atuação das mulheres do município em movimentos de mulheres. Dessa forma, o silêncio ou mesmo a omissão em relação à atuação das mulheres pobres e negras no movimento de mulheres em Uberlândia nos levou à reflexão em torno de outros materiais que indicavam sua atividade na cidade, como os documentos do Centro de Documentação Popular (CDP), e norteou nosso interesse sobre as tensões que compuseram as disputas por um lugar de destaque para suas necessidades na dinâmica da cidade.

Para nós, as diferentes maneiras como estas outras mulheres elaboram o acontecer social e desenvolvem mecanismos de atuação, assim como noções de pertencimento e de direitos, são elucidativas na tentativa de compreender que este silêncio pode indicar a diversidade de perspectivas que compunham as mobilizações de mulheres. Diversidade essa que se faz presente no cotidiano destas mulheres nos bairros carentes da cidade e nas práticas ali vividas e construídas como formas de luta, negociação e conflito.

Nesse sentido, falar em movimento de mulheres requer discutirmos além da questão de sua entrada na esfera pública, como também suas formas de organização e intervenção na sociedade, sua trajetória para emergir, que apresenta diferenças ao nível da formação e atuação de suas participantes, dentro do que chamamos de movimento por direitos e cidadania. É errôneo e ingênuo pensarmos as mulheres como um grupo único e coeso. No decorrer da pesquisa, atentamos para essa particularidade, visto que estas “outras mulheres” das camadas populares, pobres, negras se movimentam a partir de outras práticas, associadas à sua experiência social. Não pretendemos aqui retomar a história do movimento de mulheres, buscamos apenas problematizar suas distintas maneiras de reivindicar.

Analisando a história do feminismo no Brasil, verificamos, através das leituras sobre o tema, que as mulheres que engrossaram suas primeiras filas, predominantemente, foram advindas da classe média, de universidades e brancas, o que já aponta para um lugar de fala – do grupo dominante –, embora não exclua a participação das mulheres das camadas populares, por meio de outras relações sociais,

no bairro, na comunidade, apenas sinalize para o ponto que procuramos refletir aqui.² Certamente, estamos diante de uma ruptura, que, para nós, indica proposições diferentes sobre a luta destas mulheres no que diz respeito a demandas do movimento. Para uma breve apreciação, vamos abordar alguns aspectos de sua inserção no espaço público.

Identificando-se com o ideal de igualdade do movimento feminista já difundido na Europa e nos Estados Unidos, e em meio a um contexto de repressão, as mulheres da classe média, começaram a contestar seu lugar na sociedade. No ano de 1965, na cidade de São Paulo, liderado pela feminista Teresinha Zerbini, é deflagrado o *Movimento Feminino Pela Anistia* composto por mães, esposas e filhas que clamam pela libertação ou retorno de seus filhos, maridos e pais perseguidos pela ditadura militar. Por volta de 1967, irrompe o *Movimento Contra a Carestia*. Ainda na década de 1970, explode o *Movimento de Luta Por Creches*.³ Já na década de 1980, inicia-se o *Movimento de Luta por Direitos* que, após um contexto político repressor, de privação de direitos durante a ditadura militar (1964-1985), reivindica dos deputados constituintes a elaboração de uma nova Carta Magna que respeite os direitos da mulher.⁴ Assim, as mulheres foram adentrando o espaço público e exigindo participar de sua construção.

Juntamente com estes movimentos, vinha ocorrendo, na periferia das cidades, a organização das mulheres em associações, clubes de mães, num processo de conscientização e formação política destas “outras mulheres” que eram negligenciadas por esta sociedade e que agora se constituíam em sujeitos de suas histórias.⁵ Em Uberlândia, não foi diferente. Como verificamos com a pesquisa, as mulheres das camadas populares se uniam em prol de melhorias de suas condições de vida. No entanto, elas o faziam de outros modos – por meio de ações coletivas a partir das associações de bairro.

² Para mais esclarecimentos, ver o debate que Sarlo faz acerca do lugar da mulher na história. Ao tratar de uma das formas de atuação, pela via da educação, a autora destaca esta característica do movimento de mulheres na América Latina. Ver SARLO, Beatriz. Mulheres, história e ideologia. In: _____. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 174-176.

³ Segundo as proposições da cientista social Eva A. Blay sobre este momento de luta, “a participação feminina em ações que questionam o poder que o estado tem de limitar a cidadania ou de aplicar recursos públicos de forma desigual retomou uma rompida experiência de atuação das mulheres”. Ver BLAY, Eva A. Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 9, p. 80-89, maio/ago. 1983. p. 84

⁴ Sobre este assunto, ver AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. *Nas páginas do Correio: mulher e participação política: uma análise da luta por direitos na Constituinte de 1988*. Op. cit.

⁵ Para um aprofundamento dessa questão, ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

A partir de nossa investigação sobre Uberlândia, percebemos que essas mulheres das camadas populares não foram mobilizadas por nenhuma entidade ou movimento, mas por suas próprias privações enquanto cidadãs em seu espaço de moradia. O que implica em outra questão em nossos apontamentos, primordial nas divergências entre a experiência feminista e estas “outras mulheres” – *o lugar social*. Será que estas mulheres pobres e negras se reconheciam enquanto sujeitos ativos no discurso das feministas?

Sabemos que a repercussão do feminismo foi importante na conscientização das mulheres de uma maneira geral, há tempos excluídas de direitos, como o direito ao conhecimento, por exemplo, mas o que de fato argumentamos é que estas mulheres falavam de outro lugar.

Ao avaliar sua experiência em Mar Del Plata, uma militante operária do Brasil declarou que, embora a participação num curso de treinamento legal oferecido por advogadas feministas “[tivesse me ajudado] a recuperar minha autoestima, ficar consciente da minha cidadania, lutar por meus direitos, fazer minha própria história, ser dona de mim”, ela vira também “mulheres ricas falando sobre as dificuldades e a violência vivida pelas mulheres pobres, e pensei comigo, por mais que tentassem ser autênticas, estavam longe de saber o que nós da periferia, das classes menos privilegiadas, vivemos”⁶.

A partir da fala da brasileira operária, podemos compreender como as mulheres das camadas populares, pobres, trabalhadoras, tais quais as que trazemos para nosso trabalho, se sentiam em relação à postura das líderes do movimento feminista. Por mais que elas tentassem evocar suas necessidades, desconheciam a realidade vivenciada.

Essas “outras mulheres” não eram apenas “conscientizadas” de seus direitos, mas sabiam o que lhes era devido, assim como se mobilizavam para lutar por suas necessidades. Não pretendemos criar uma ideia de cisão entre essas “outras mulheres” e o movimento feminista, mas demonstrar como os sujeitos se constituem a partir de suas experiências. Buscamos ressaltar que suas práticas eram distintas daquelas executadas pelas feministas. As mulheres organizadas em sindicatos ou movimentos sociais

⁶ O Fórum de Mar del Plata (setembro de 1994) foi um dos vários eventos organizados por entidades feministas como preparatório da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing (agosto-setembro de 1995). Ver ALVAREZ, Sonia E. A “Globalização” dos feminismos latino-americanos. Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E. ; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000, p. 383-426.

destacam questões objetivas em vez de propostas elaboradas apenas no plano teórico. Suas práticas correspondem a necessidades imediatas e concretas – trabalho, creche, saúde, direitos humanos essenciais –, constituindo uma atuação mais próxima do povo.⁷ Por isso, por vezes, nos deparamos com a necessidade de abordar uma divergência entre espaços, atuação e fala destas “outras mulheres” em relação às militantes feministas. Acompanhamos a emergência de uma fala própria das mulheres das camadas populares (pobres, negras), uma lógica própria, na relação com sua condição social, que, muitas vezes, esbarrava no discurso pronto do movimento feminista. O que despontou como um dos desafios permanentes do movimento (ontem ou hoje), que é o de construir uma identidade que abarque a pluralidade de sujeitos e situações; e terminou por despontar, também, como o argumento para a hipótese em torno de seu provável “enfraquecimento” (aspecto que abordaremos ao longo desse trabalho).

O que se nota é uma transformação da “vida privada” destas mulheres numa extensão para o espaço público. Suas mobilizações estão diretamente ligadas ao material vivido, em que a vida cotidiana e a vida econômica estão unidas por um mesmo elo, sendo suas lutas intrinsecamente relacionadas às dificuldades vivenciadas numa condição de pobreza e de omissão do poder público. Ou seja, fala-se de outro lugar que não é o mesmo das mulheres que predominam na liderança dos movimentos feministas. É para este lugar de esquecimento e marginalidade que elas querem chamar a atenção, remetendo para sua capacidade de intentar alternativas para o vivido.⁸ Por meio de negociação e conflito, vão construindo novos caminhos de atuação. Destacamos estes caminhos reinventados pelas mulheres das camadas populares dentro do movimento.

Através de ações localizadas nos bairros carentes da cidade – criação de uma creche comunitária, protesto pela falta do leite na comunidade (que mapearemos mais detalhadamente nesse trabalho), estas mulheres fazem parte da vida pública da cidade e constroem suas reivindicações. O cotidiano aqui é visto como um lugar de transformação social. É nele (cotidiano) que se desenvolvem os planos de atuação e as propostas de intervenção na realidade vivida. E por meio dele ocorre a formação política

⁷ Cf. SARLO, Beatriz. Mulheres, história e ideologia. In: _____. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Op. cit. p. 183.

⁸ Mary Del Priore salienta este aspecto ao abordar a capacidade destes sujeitos de operar mudanças no cotidiano vivido enquanto extensão da vida pública. “A ‘massa’ aparentemente sem qualidade, dócil e passiva é capaz de colocar em uso uma arte de viver que passa pela adaptação, pelo jeito, pela improvisação e pela negociação. É a inventibilidade do ‘mais fraco’ em ação”. Ver PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 396-397.

destes sujeitos. Aos poucos, suas mobilizações se inscrevem no movimento de mulheres, porém de maneiras distintas – é o bairro e sua associação ao lado da rua como lugar de luta e contestação – daquelas constituídas pela experiência feminista.

É importante salientar que estas outras mulheres também participavam de movimentos e dos debates levantados pelo movimento feminista, lutavam em conjunto, muitas vezes constituindo categorias dentro do mesmo. O que investigamos aqui são as peculiaridades de suas lutas. Nesse tocante, é necessário colocar que a emergência do estudo da história das mulheres acompanhou as campanhas dos movimentos feministas.

Caracteristicamente, os *feminismos* se posicionavam de duas maneiras: aquelas que acreditavam que a luta pela igualdade devia ser travada dentro da política partidária e do Estado (*as políticas*) e aquelas que viam esta aproximação com as instituições como uma ameaça à autonomia do movimento (*as autônomas*).⁹ Essa maneira de atuar baseava-se em diferentes necessidades destes grupos de mulheres. Necessidades que podem ser permeadas pela luta por lugares de mando, por poder e também pela luta por sobrevivência na cidade. O que incide também na esfera das experiências.

No que diz respeito à investigação sobre a ação e luta das mulheres, configuram-se dois segmentos. Um com interesse sobre os movimentos organizados – os movimentos feministas – e outro voltado a manifestações informais – localizadas nos lugares de moradia, na comunidade – que se perfazem em distintas maneiras de atuação das mulheres.¹⁰

Nosso trabalho acompanha a segunda vertente de análise, onde, para nós, se inclui a atuação do grupo que nos propusemos estudar – as mulheres das camadas populares. Nesse contexto, destacam-se as abordagens de Natalie Zemon Davis e Michelle Perrot, que buscaram desconstruir concepções vinculadas às mulheres como sujeitos passivos, vítimas, demonstrando sua intervenção e resistência desenvolvidas a partir do cotidiano vivido. Com seus estudos sobre as camadas populares, estas historiadoras trouxeram para o trabalho historiográfico um olhar de valorização destes sujeitos “desorganizados” e seu cotidiano na história. Essas abordagens seguiram o viés da história social, que trouxe para os estudos em história a importância da experiência

⁹ Ver SCHILD, Verónica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas “novas democracias”. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.) *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000, p. 103-148.

¹⁰ Cf. SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-429. Ver p. 407.

dos sujeitos e de suas relações, com enfoque no cotidiano dos grupos até então “excluídos” da história – mulheres, trabalhadores.¹¹ Acreditamos que caiba aqui uma consideração acerca da irrupção dos estudos sobre as mulheres, a fim de esclarecer posteriormente nossos posicionamentos diante do que definimos como problemática.

Conforme as reflexões de Déa Ribeiro Fenelon acerca do trabalho historiográfico, o desenvolvimento da história social, juntamente com o estreitamento do diálogo com a antropologia social, conduziram os estudos em história a uma ampliação do conceito de cultura, agora pensado como todo um modo de vida, trabalho, relações sociais destes sujeitos, levando então a outras problemáticas, que não se detivessem somente na atuação de lideranças, mas também nas experiências de outros sujeitos.¹² Nesse percurso, começaram a irromper estudos de mulheres, ligados num primeiro momento à sociologia e à militância feminista. Já na década de 1970, desenvolveu-se a história das mulheres, onde figuram os trabalhos de Davis e Perrot, preocupadas em trazer à tona a participação das “mulheres do povo” na vida pública. Essa vertente se inscreve numa maneira de fazer a história das mulheres no plural, considerando a diversidade de sua condição. Nesse contexto, surgiu a categoria gênero, introduzida por pesquisadoras feministas americanas, como Joan Scott, que propunham a categoria como método de análise social e buscavam teorizar a questão da diferença sexual a partir do papel social e culturalmente instituído a homens e mulheres. Vale à pena salientar a importância da história social, na qual nos inscrevemos, em alçar, no bojo de seus estudos, novos atores históricos coletivos, colocando como problemática classe, grupos e categorias em sua experiência e relações na construção do tecido social. A partir daí, firmamos posicionamento no que se convencionou chamar de *história das mulheres*, respeitando as diferenças que as caracterizam, e que para nós é imprescindível na compreensão dos movimentos de que participam. É nesse bojo que se inserem as mulheres de que tratamos aqui.

As mulheres das camadas populares se unem no debate com os movimentos sociais para questionar seu espaço na cidade e reivindicar seus direitos. A realidade vivida no bairro, na comunidade, se manifesta em questões públicas.

¹¹ A partir das propostas colocadas pelo movimento dos Annales, de ampliação de objetos e temas atraindo a atenção para a história das pessoas comuns e do cotidiano, acompanhado pelo desenvolvimento da história social e cultural, as mulheres são elevadas a condição de objeto e sujeito da história.

¹² Ver FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 73-90.

Ao longo da nossa investigação, evidenciamos o quanto sua ligação com a comunidade é forte e significativa. Era por meio desse espaço que as mulheres das camadas populares se organizavam, atuando por conta própria e/ou reivindicando com os movimentos sociais um lugar na agenda pública. Esse movimento tem origem no contexto político dos anos de 1970-1980, onde novos atores históricos pleiteiam seu lugar na cena pública e na feitura da história. O trabalho de Sader¹³ aponta para essa característica de mobilização das camadas populares. A partir do envolvimento no bairro, vão se constituindo redes de atuação, tanto naquele espaço de vivência como fora dele. Para nós, esse aspecto é primordial para entender como estes segmentos se organizam e estabelecem relações com outros movimentos e com o poder público. É exatamente aí – *no bairro* – que estes sujeitos se formam e constroem experiências de ação. Observamos que, a partir daí, os sujeitos se relacionam com os movimentos na cidade e com o poder executivo.

Por meio da organização de uma creche no bairro, estas mulheres se conscientizam de seus direitos, formam movimentos, exigem dos políticos locais, cobram a elaboração de questões específicas a suas necessidades, aos movimentos organizados de mulheres, lançam-se na esfera pública como sujeitos ativos, partícipes na construção da sociedade. Nesse sentido, pretendemos problematizar que elas não eram dependentes de um discurso já construído, mas que também elaboravam falas próprias, que dizem das privações sociais, étnicas e raciais sofridas.

As mulheres que participam de organizações de base frequentemente entram no domínio da experiência pública trazendo uma bagagem social que significa tanto privação cultural como econômica. Elas não correspondem aos modelos pedagógicos ou profissional¹⁴.

Essa assertiva nos remete à condição de identificação destas mulheres. Elas provém de movimentos pela sobrevivência no espaço público. Como Beatriz Sarlo coloca, esse segmento de mulheres, não equivale a modelos já instituídos. Estas mulheres se inserem a partir de outras tramas do social. É importante destacar que uma parcela da vida social se define por meio da noção de *pertença* e *localização*

¹³ Ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁴ Ver SARLO, Beatriz. Mulheres, história e ideologia. In: _____. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Op. cit. p. 182.

(identificação com um lugar social, uma identidade coletiva), que se instituem no compartilhamento de valores nos quais estes sujeitos se reconhecem como membros de um grupo. Portanto, o que acompanhamos pelas evidências analisadas é que estas outras mulheres se reconhecem em outros campos da luta por direitos e cidadania.

O bairro é o lugar de articulação política e participação no espaço público e de sua construção. Assim, a experiência desenvolvida nos bairros contribui para a formação de movimentos sociais bem como para a emergência destes sujeitos na esfera pública, diferentemente do que ocorre no movimento feminista organizado. Como nos alerta E. P. Thompson, os sujeitos das classes populares não estão totalmente subordinados às classes dominantes, mas, por meio do conflito (“luta de classes”), são capazes de construir uma identificação própria de sua cultura e condição social.¹⁵ É o que fazem estas mulheres a partir das divergências identificadas entre seu modo de atuação e o das mulheres organizadas. Através do envolvimento na comunidade, elas transformam os valores instituídos em pontos para a discussão de seus problemas sociais. Dessa maneira, elas se organizam em níveis locais, para só então se lançarem em outras experiências, em outros lugares de articulação. Nesse sentido, elas também encaminhavam questões para o movimento organizado, entretanto o faziam sob outro olhar. Sua exclusão não se dava apenas pelo viés *do ser mulher*, mas, sobretudo, por ser mulher numa condição de privação. Pudemos verificar isso na ação destas mulheres em relação à questão das creches nos bairros periféricos de Uberlândia.

Nesses espaços de representação, negociação e intervenção pública, operários, moradores pobres, famílias sem-teto, mulheres, negros e minorias discriminadas [...] se fazem ver como sujeitos que se pronunciam sobre o justo e o injusto ao formular reivindicações e demandas e, nesses termos, reelaboram suas condições de existência [...]. Ao se fazerem reconhecer como sujeitos capazes de interlocução pública, a presença desses atores coletivos na cena pública teve efeito de desestabilizar ou mesmo subverter hierarquias simbólicas que os fixavam em lugares subalternizados¹⁶.

¹⁵ THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In: _____. *A formação da classe operaria inglesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. Vol. 2. p. 179-224.

¹⁶ PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociação no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 103-148. Ver p. 106.

O seu lugar na cidade transforma-se num espaço de subversão e ruptura. Como salientam Maria Célia Paoli e Vera Telles, há uma inversão do lugar social ocupado, em que estes sujeitos – mulheres, trabalhadores – se colocam como agentes da história, posicionando-se sobre o que consideram justo e injusto, sobre o que pensam reivindicar como seus direitos. É nesse espaço de reelaboração que se inserem as mulheres das classes populares. Elas não estão nem totalmente submetidas ao discurso feminista, nem afastadas dele. O que ocorre é uma reinvenção das questões colocadas pelas feministas, uma adequação à realidade vivida. E assim elas se inscrevem nos movimentos de mulheres. É a partir de sua organização no bairro que lançam demandas para o poder público.

É importante destacar que o espaço do bairro não deve ser visto como lugar de “contradição” entre as mulheres organizadas e as mulheres das camadas populares, mas como campo de práticas que contribuiu para a formação destas mulheres e como base para a elaboração dos movimentos gestados por elas. É nesse espaço que se criam códigos de identificação entre estas “outras mulheres”, legitimando condutas e instituindo aquilo que é direito. O local de vivência é por excelência o lugar onde elas constituem-se enquanto força coletiva na luta por direitos, onde se unem experiências para a ação política. Suas ações são parte resultante da experiência, do saber / fazer com seus próprios recursos. E, a partir daí, elas constroem conhecimento, aprendem a lidar com as instâncias do poder, com as instituições e seus entraves, com as estratégias políticas.

Esse aspecto chama nossa atenção, no nível do processo material e social, para outra característica que distingue estas mulheres.¹⁷ Percebemos que as mulheres das camadas populares trabalham do particular para o geral, tratando da resolução de questões específicas ao seu círculo de sociabilidade para só então aventurar-se em outros espaços de poder. Enquanto as organizações feministas partem do geral: inauguram uma discussão sobre *a lei* de creches, pontuando acerca das *obrigações do Estado* e seus *representantes políticos* com a questão em pauta, para depois inserirem problemas fora do seu referencial de compartilhamento; ou seja, partem de questões levantadas pelos grupos “organizados” dentro da leitura da política tradicional, só

¹⁷ Por meio das mudanças operadas na vida material destes sujeitos pela imposição dos modos de vida e trabalho da classe dominante, emergem formas de luta a fim de valorizar seus modos de saber / fazer, seus valores, sua cultura. Ver THOMPSON, E. P. Exploração. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. Vol. 2. p. 11-38. Ver também WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 111-117.

depois atentando para as questões colocadas pela experiência localizada dessas “outras mulheres”. Desta forma, notamos que o sentimento de pertencimento e o lugar social constituem-se em elementos fundamentais na construção do sistema de relações das mulheres das camadas populares.

No decorrer do trabalho, foi possível observar esta ligação entre lugar social e experiência. Quando as mulheres moradoras do Parque São Jorge e o Tubalina, bairros carentes da cidade de Uberlândia à época, se mobilizam para montar creches e mantê-las funcionando, apesar dos poucos recursos, elas estão procurando resolver um problema emergencial daquela localidade e da realidade de suas famílias na condição de trabalhadores pobres, para então se lançarem no debate sobre a lei de creches e a obrigatoriedade do município quanto ao seu pleno funcionamento.

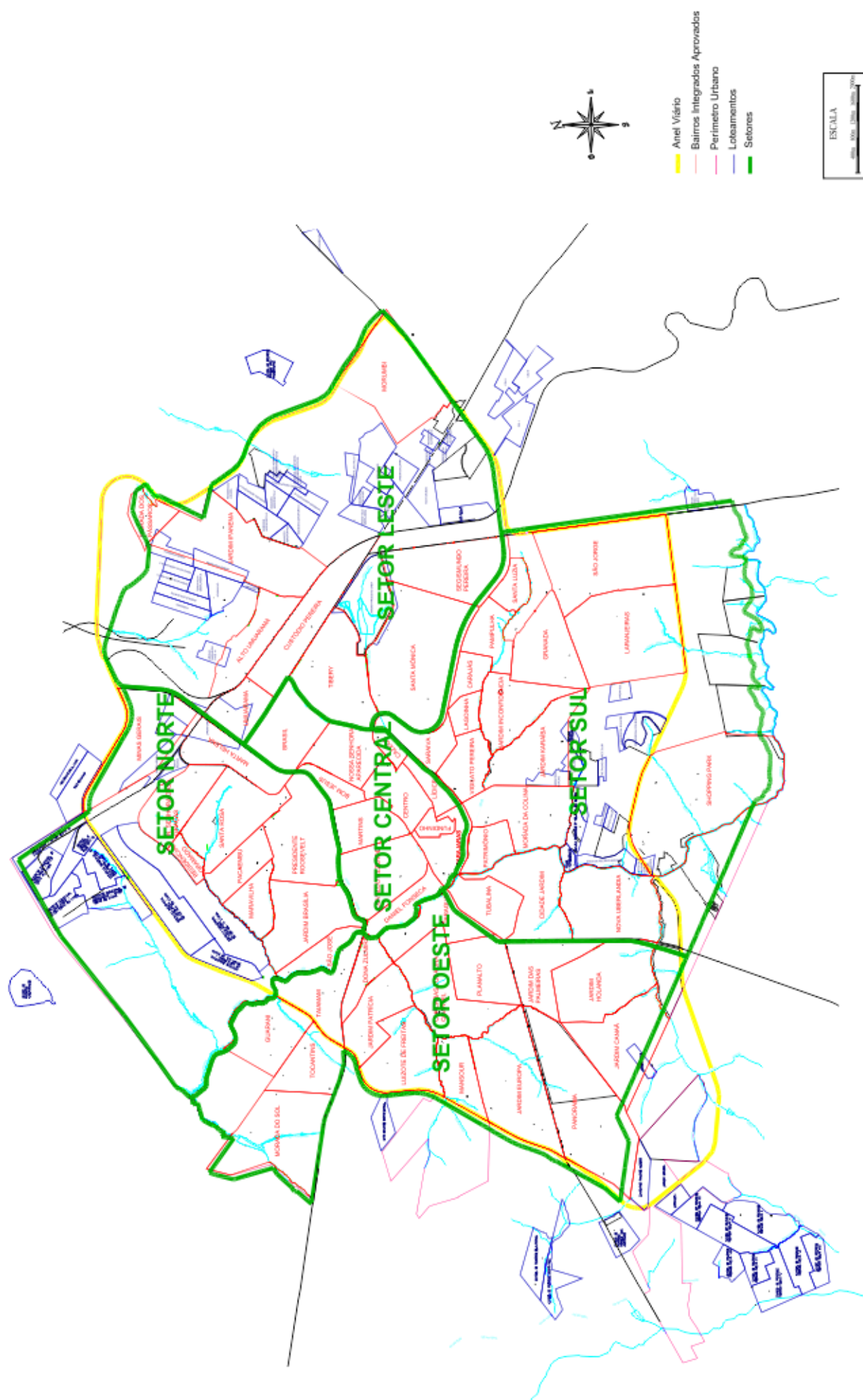
Elas atuam a partir de outras tramas. Pode se aventar que estas mulheres desenvolvem outra consciência de direitos. É sobre essa diferença no campo da reflexão e da ação que chamamos a atenção. Nesse sentido, os movimentos sociais são espaços onde essas diferenças se expressam na construção dos próprios referenciais.

Sendo o discurso uma representação dos valores compartilhados pelos sujeitos na experiência, podemos concluir o porquê as mulheres das camadas populares não se reconhecerem dentro da perspectiva das mulheres organizadas – uma vez que partilhavam de outras experiências. No entanto, é importante atentarmos para o fato de que elas não estavam completamente afastadas dos ideais legalistas, apenas se colocam de maneiras outras. Uma delas era a participação em movimentos de bairro.

Para nós, fica implícito o quanto o comum é importante na adesão a um movimento. Assim, as mulheres das camadas populares buscavam ter sua voz ouvida, algo que dificultava sua aproximação com os movimentos de mulheres organizados ao nível da política tradicional, por acreditarem-se distantes do discurso político pregado por elas, como também da cultura e do lugar social aí vivenciados. No espaço do bairro, da comunidade, elas se sentem mais atuantes por partilhar da mesma identidade. Por isso enfocamos na experiência como elemento principal destas divergências.

Para uma visualização destes espaços, por onde localizamos estas mulheres, reproduzimos aqui o mapa base da cidade de Uberlândia:

MAPA 01- UBERLÂNDIA: BAIRROS POR SETOR



Contudo, o que procuramos enfatizar é o conflito que move estes sujeitos na busca por estratégias e formas de atuar distintas; ainda que estejam num mesmo campo de luta, compartilham posicionamentos diferentes. É notório que estas mulheres partilhavam da discriminação sofrida por seu sexo, todavia essa não é igual à mulher branca, à negra, à pobre, ela se faz através de variadas experiências com os mecanismos de poder e controle social.

Neste percurso, chegamos aos documentos da Coleção Centro de Documentação Popular (CDP), localizada no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade de Uberlândia (CDHIS-UFU).

Criado no ano de 1985 por iniciativa de um grupo de professores e alunos da universidade, destinava-se ao assessoramento do movimento sindical e posteriormente se converteu também em um espaço de guarda e preservação da memória dos movimentos sociais populares na cidade. O acervo do CDP é hoje composto por uma documentação variada dos movimentos sociais populares da cidade de Uberlândia e de algumas regiões do país, num total de 2131 documentos, entre cartazes, cartilhas, correspondências, panfletos, periódicos, dentre outros. No caminho até as ações destas mulheres pobres, negras, a investigação desta coleção se mostrou de suma importância para nossa pesquisa, na medida em que seu material nos revelava uma infinidade de alternativas de atuação criadas por estes sujeitos trabalhadores, trabalhadoras para formar e divulgar seus movimentos diante do controle da classe dominante.

Ao longo do trabalho com a Coleção CDP e das questões suscitadas no exame mais apurado do que os documentos de seu acervo nos diziam, atentando para a ideia de uma produção alternativa ao controle social da classe dominante e da imprensa oficial, fomos buscando outros materiais para o diálogo. Nesse ponto, começamos refletir acerca da relação entre a imprensa e os movimentos das camadas populares na construção de espaços de diálogo na cidade de Uberlândia. Assim, partimos para a análise de periódicos locais.

Já no Arquivo Público de Uberlândia, dentre as opções dispostas na Hemeroteca escolhemos trabalhar com o *Jornal Correio de Uberlândia* e o *Jornal Participação*. Nossa preocupação com a conjuntura orientou nossa escolha por esses jornais, visto que o recorte temporal proposto para pesquisa, anos de 1980-1990,

contempla dois governos municipais de orientações políticas e ideais de cidade distintos, o que acaba por se perfazer nas perspectivas destes sujeitos.

O *Jornal Participação* começou a ser produzido na campanha de 1982, do candidato Zaire Resende para a prefeitura municipal, e permaneceu em circulação após sua vitória, durante o período de vigência de seu mandato, nos anos de 1983 a 1988, quando ficou sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Uberlândia. O periódico representava o grupo de oposição ao grupo dominante na cidade nos anos 1970, personificado na figura do tradicional político Virgílio Galassi, que esteve no “comando” de Uberlândia por um longo período. O *Jornal Participação* não se constituiu como um periódico de tiragem constante, mas aborda acontecimentos e ações coletivas em alguns bairros da cidade, como Operário, Patrimônio, Tocantins etc, configurando-se como importante material no nosso trabalho, a fim de percebermos alguns traços de como se dava o movimento das camadas populares na dinâmica da cidade e como esse grupo político, que se afirmava enquanto oposição e depois se estabelecia no governo municipal, o apresentava.

Já o *Jornal Correio de Uberlândia* é um periódico diário produzido pelo grupo social dominante da cidade, em circulação até os dias atuais. Criado na década de 1930, representa os ideais desenvolvimentistas, progressistas de políticos e empresários e à distância em relação à participação popular nas decisões sobre os rumos da cidade, dentre elas das mulheres pobres, negras¹⁸. Constituiu-se como material singular para a observação dos modos como estes sujeitos eram vistos na cidade, assim como suas mobilizações eram representadas por estes segmentos da sociedade.

Nesse entremeio, os jornais, por se constituírem em prática social, foram bastante reveladores das tensões e contradições existentes entre os grupos sociais na cidade, uma vez por “inúmeras e complexas maneiras, a escrita, e principalmente a palavra impressa, estabelece novas articulações na vida cotidiana da cidade”, como aponta Heloisa de Faria Cruz¹⁹.

¹⁸ “O *Jornal Correio de Uberlândia*, foi criado no final da década de 1930, e vendido para um grupo de investidores no início da década de 1940. Dentre os cotistas, fazia parte o Sr. Alexandrino Garcia dono do Grupo Algar – uma empresa de telecomunicações que atua em diversos Estados no Brasil, como Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e São Paulo”. Ver SILVA, Letícia Siabra da. Cidade e experiência de comunicação: cultura, memórias e estratégias de luta de moradores pobres no espaço urbano. (Uberlândia / 1990-2012). 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4725>. p. 17-18. Acesso em: 02 dez. 2013.

¹⁹ Ver CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000. p. 66.

Cabe aqui ressaltar que os governos de Zaire Resende (1983-1988) e, posteriormente, de Virgílio Galassi (1989-1992) contemplam o momento de criação e constituição do Centro de Documentação Popular (CDP), que inicia seus trabalhos no ano de 1985, encerrando-os no ano de 1992, e organizou a coleção veio a dar origem a uma de nossas fontes.

Neste caminho também escolhemos realizar entrevistas com algumas destas mulheres, buscando ampliar nosso olhar sobre o lugar social ocupado por elas no contexto da cidade, bem como sobre as formas que elas concebem este(s) lugar(es) na memória dos movimentos ali iniciados. Reconhecemos o desafio assumido, assim como a responsabilidade e o cuidado que o trabalho com a História Oral exige, na medida em que somos nós os produtores destes documentos, porém destacamos a riqueza deste trabalho, pois são os próprios sujeitos ali a contar e fazer um novo capítulo da história.

Apesar de não ser o foco desse trabalho, terminamos por nos debruçar em torno das questões da (re)configuração dos movimentos sociais populares na cena atual. Cabe aqui uma observação acerca dos novos movimentos sociais, onde a tônica das manifestações tem sido as ações informais, surgidas no calor do momento. Nelas podemos verificar uma retomada das mobilizações de rua, bem como a emergência de sujeitos das camadas populares, na luta por questões imediatas, que dizem respeito ao cotidiano deles na cidade e ao pleno exercício de sua cidadania²⁰. Coincidência ou não, é de forma parecida que estas mulheres (objeto de nossa problemática) agem. Unindo-se a partir de questões cotidianas no bairro, na comunidade, na vivência desse contexto de (re)afirmação da história / memória das lutas populares e da sua participação na construção do espaço público, ponto que não poderia passar despercebido.

A fim de mergulhar nas experiências destes sujeitos, mulheres das camadas populares, e aprender um pouquinho acerca de suas lutas e práticas de participação e transformação social, dividimos este trabalho nas seguintes partes:

No primeiro capítulo, abordamos a emergência destas mulheres pobres, negras no cenário público da cidade, bem como os percursos até o movimento de luta por espaço e poder, numa reflexão sobre o significado de cidadania e direitos para as mulheres dos movimentos “organizados” e as mulheres das camadas populares,

²⁰ “...Y con el conflicto, con la lucha, la realidad se he hace. Se he hace en la batalla de la cotidianidad y en los momentos de insurrección, aunque con diferente intensidad y posibilidades de ruptura, de disfrute y de transformación. Pero se hace también, y cobra solidez, en la reflexión sobre sí mismo y sobre el mundo”. CECEÑA, Ana Esther. De saberes y emancipaciones. In: _____ (Org.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: Clasco, 2008. p. 15-56. Ver p. 18.

atentando para a relação com os governos Zaire Resende (1983-1988) e Virgílio Galassi (1989-1992), e como essa se perfazia nos distintos posicionamentos adotados por estas mulheres.

No segundo capítulo, problematizamos a relação entre imprensa e movimentos sociais populares, discutindo acerca das maneiras como as mulheres pobres, negras aparecem na cidade, como são tratadas, como são vistas e como se colocam em relação ao discurso da imprensa sobre suas lutas, necessidades e reivindicações, pensando a ideia de “enfraquecimento” dos movimentos de mulheres, assim atribuída pelo *Jornal Correio de Uberlândia*, como uma forma de desvalorização do debate propostos por estes grupos sociais.

No terceiro capítulo, a partir de entrevistas realizadas com moradoras de diferentes bairros da cidade e que por vezes participaram da organização de Associação de Moradores, desenvolvemos uma reflexão sobre o significado da experiência destas outras mulheres, assim como suas formas de pensar sua inserção no espaço público da cidade por meio dessas associações e daí para outros movimentos, observando de que maneira suas falas expressam a importância do cotidiano comum do bairro, da comunidade em sua experiência e em sua luta por cidadania e direitos.

Capítulo 1

Emergência das mulheres pobres e negras na cena pública de Uberlândia

1.1 Os caminhos da mobilização: disputas por espaço e poder

Neste capítulo abordamos os meios pelos quais as mulheres pobres e negras se inseriram no espaço público da cidade, através da identificação de necessidades específicas à sua condição de vida em algumas localidades carentes, e como, a partir daí, emergiu todo um processo de luta por cidadania e direitos.

A partir de meados da década de 1970, o cenário político brasileiro se modificou com a entrada de novos sujeitos em seu campo de atuação²¹. Dentre eles, as mulheres, que agora passavam a representar uma parcela significativa dos agentes sociais em mobilização. Mais do que simplesmente compor esse novo quadro social, elas buscavam um lugar na vida pública. Entretanto, esta luta se dava a partir de diferentes maneiras de se fazer enquanto sujeitos, de perceber a dominação e de desenvolver uma consciência crítica sobre este movimento da história.

O momento gerador desta emergência de “novos personagens” no cenário político-social brasileiro, que se inicia na década de 1970, com a iniciativa destes sujeitos na busca por autonomia, rompe padrões cristalizados, criando novos espaços políticos – experiência e cotidiano. Nesse cenário de experimentação do vivido enquanto espaço político assistimos ao nascimento de um novo sujeito social e histórico, com a criação de novos padrões e práticas coletivas. O objetivo nesse momento era lutar por direito a ter direitos. Assim, estes sujeitos lançam suas questões

²¹ Estes sujeitos contestaram a organização político-social em que se encontravam por meio da elaboração de diversos movimentos sociais populares na cidade, em que buscavam autonomia e participação nas decisões tomadas por aqueles que exerciam o poder. Sobre o tema ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

na esfera pública, adentrando os anos de 1980 com uma explosão de movimentos sociais. Podemos observar que as camadas populares se juntaram às mais variadas lutas por vez e voz na esfera política. Não há dúvidas de que suas lutas eram pautadas pela sua afirmação enquanto cidadãos. Nessa empreitada, as mulheres pobres buscavam fazer-se sujeito de direitos na cidade, colocando questões específicas de suas necessidades para o movimento, bem como para o poder público. Consequentemente, essa experiência de conscientização de si mesmos enquanto classe e a construção de uma identidade comum a sua condição material de privação e discriminação, marco do processo político-social iniciado nos anos de 1980, caracterizou suas lutas por espaço e direitos, orientando suas ações no movimento feminino e além dele.

Indicar o percurso que leva as mulheres das camadas populares de Uberlândia a se colocarem nesta luta ilumina nossa compreensão das experiências vividas por elas no cenário político, social e cultural da cidade neste momento de emergência de movimentos sociais. Conforme as evidências levantadas a partir da análise dos jornais *Correio* e *Participação*, entre os anos de 1980-1990, estas mulheres constituíam seus grupos de atuação segundo o lugar de trabalho ou de moradia. Através da identificação das injustiças sociais vividas em seu cotidiano, elas se uniam em ações diretas em prol dos direitos negados.

É possível acompanhar uma destas iniciativas identificadas enquanto injustiça social na seção Trabalho / Comunidade do jornal *Participação*, em que, segundo narra a reportagem, uma creche comunitária montada no bairro Tubalina está funcionando desde dezembro do ano de 1983, com recursos dos próprios moradores – mães trabalhadoras (empregadas domésticas e lavadeiras) em parceria com a Igreja Católica. Percebemos o esforço destas mulheres em buscar uma solução para um problema negligenciado pelo poder público local.

Creche do Tubalina surgiu do esforço da comunidade

Funcionando desde dezembro do ano passado, a creche comunitária São Francisco de Assis, no bairro Tubalina, atende 28 crianças com idade variando de dois a seis anos, na sua maioria filhos de empregadas domésticas e lavadeiras.

A creche do Tubalina, como toda creche comunitária, se caracteriza pelo esforço e organização da comunidade em torno de buscar uma solução para a questão das mães que precisam de um lugar adequado para os filhos durante sua permanência no trabalho.

Numa iniciativa de um grupo de moradores do bairro e com o apoio da Igreja, a creche São Francisco de Assis se mantém com o auxílio da comunidade, através da realização de campanhas, como a do «quilo», para aquisição de alimentos, e doações individuais. Além disso conta com a verba repassada mensalmente pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social para despesas com aluguel, compra de alimentos, manutenção de



No creche a principal dificuldade é a aquisição de alimentos

equipamentos e os vencimentos das tomadeiras de conta (dois salários mínimos). Semanalmente é fornecida à creche hortaliças provenientes do Programa Municipal de Abastecimento (Promuab).

A creche comunitária requer a união de forças. As mães, além da contribuição mensal estabelecida de acordo com as possibilidades de cada família, ajudam também no trabalho interno da creche quando saem mais cedo do serviço.

Apesar de todo apoio, as dificuldades existem, principalmente com relação à alimentação, como contam as duas tomadeiras de conta, Maria Aparecida de Oliveira e Zanilda Maria Silva Pereira. O leite, alimento indispensável às crianças, não é servido todos os dias e na sua falta é substituído por mingau de farinha.

A seleção das crianças é feita depois de uma visita às famílias que procuram a creche, e constatada a ne-

cessidade a criança é aceita. A prioridade é pelas famílias mais carentes.

As crianças chegam geralmente às 7 horas na creche, tomam café, almoçam, tomam banho e brincam. O atendimento médico é prestado quinzenalmente pelo ambulatório do bairro Jaraquá e para a assistência odontológica as crianças são encaminhadas ao posto.

A administração da creche é de responsabilidade do grupo de apoio e do conselho, integrados por pessoas do bairro, e já se pensa em concentrar esse trabalho na associação de moradores do bairro.

A relação creche/família/comunidade é altamente considerada numa creche comunitária, extrapolando ao serviço de atendimento à criança e baseando-se também na problemática social.

A participação é frequente. As mães são informadas em reuniões periódicas dos problemas enfrentados na creche, discutem alternativas e recebem orientações básicas de higiene para com os filhos.

Imagem 1

Reportagem do Jornal *Participação*, Uberlândia, p. 5, jun. 1984.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

Injustiças sociais são entendidas por elas como privação dos recursos públicos imprescindíveis para a organização da vida – para a creche, o alimento ou o asfalto das

ruas do bairro –; privação que dificulta o acesso à melhoria da condição material e social de suas famílias e da comunidade onde vivem.

A reportagem do jornal *Participação* acompanha uma discussão acerca da demanda de creches na cidade, em junho de 1984, e da ação política destas mulheres, que se organizaram em mutirão comunitário a favor desta necessidade. O que também não deixa de ser uma crítica ao governo anterior, de Virgílio Galassi, que esteve à frente da prefeitura no período de 1977-1982²². A reportagem narra o esforço e união das mães do bairro Tubalina na construção e manutenção de um local para deixar seus filhos enquanto trabalhavam, bem como o empenho na busca por recursos públicos que garantissem a qualidade do serviço prestado, através de repasses de verba e alimentação feitos pela prefeitura. Seu principal questionamento é que a administração pública não tem ajudado o suficiente com alimentação. A falta do leite é um dos problemas com relação à alimentação, tendo que ser improvisado um mingau de farinha pelas “tomadeiras de conta” (maneira como estas mulheres se apresentam) para suprir a carência nutricional da falta do mesmo na dieta das crianças. Devido ao impasse no repasse de alimentos, pelo poder público, essas mulheres contam com o auxílio da comunidade e da Igreja na realização de campanhas, como a Campanha do Quilo e doações espontâneas.

Na imagem que compõem a reportagem, cuja legenda destaca a preocupação dessas mulheres – “Na creche a principal dificuldade é com alimentação”²³, vemos um refeitório improvisado onde uma “tomadeira de conta” faz a distribuição da merenda entre as crianças. Outra “tomadeira de conta”, ao fundo, observa a ação, enquanto as crianças parecem, na expressão inocente de seus rostos, compreender a situação.

Essa reportagem indica como estas mulheres trabalhavam no contexto da cidade. Verificamos que suas demandas são pontuais – espaço para as crianças, moradia, alimentação, demandas específicas do cotidiano. A ação política é pensada, primeiramente, em curto prazo, para só depois elaborar propostas em longo prazo. Diferentemente do que acontece na prática das organizações institucionalizadas²⁴, as mulheres das camadas populares buscam a solução de questões imediatas, relacionadas

²² Guia de Atendimento a alunos de 1º e 2º graus. Arquivo Público de Uberlândia.

²³ CRECHE DO TUBALINA SURTIU DO ESFORÇO DA COMUNIDADE. *Participação*, Uberlândia, p. 5, jun. 1984. Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

²⁴ Estes grupos se pautam em plataformas legislativas, de representação político partidária, questões jurídicas como o direito ao aborto, para desenvolverem suas estratégias de atuação e só então partem para a ação direta.

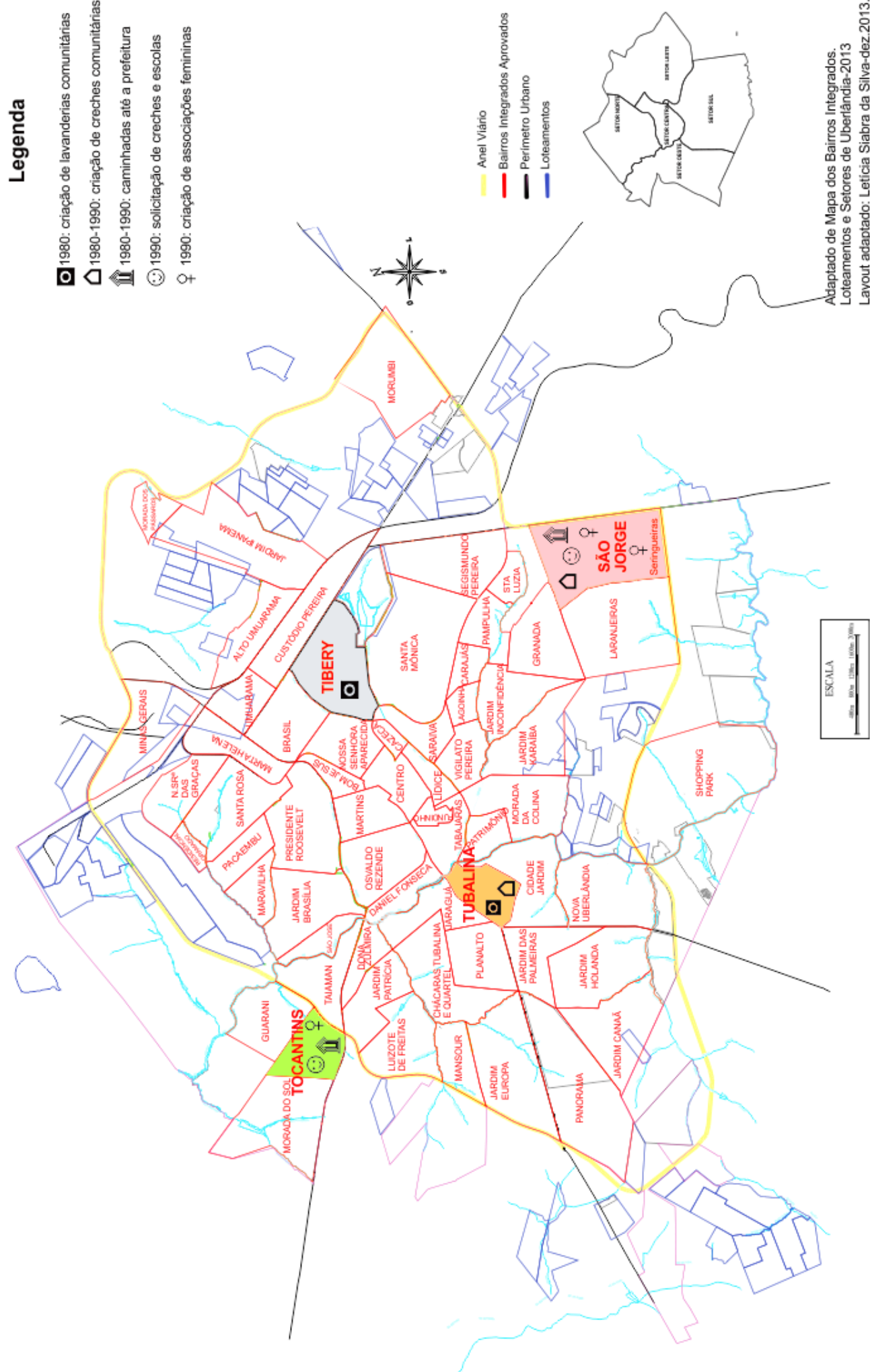
diretamente a sua condição social. Ampliando os limites do que anteriormente se considerava como ação política, elas utilizavam os recursos sociais e culturais disponíveis para sua sobrevivência, e, através deles lançam-se na luta para instituírem mudanças.

Ao lançar-se em movimentos contestatórios a partir de seu lugar na cidade, essas mulheres (re)criam as formas de atuação; articulando necessidade com reivindicação, desenvolvem outras práticas, que também se constituem como *ação política*. A partir das diferentes formas de conceber a experiência vivida – uma vez que as mulheres das camadas populares se encontram de saída numa condição de privação e negligência de direitos – e, da solidariedade de classe, elas organizam espaços de (re)elaboração das condições de vida e de construção de sua cidadania. Movidas por um sentimento de justiça e na luta por objetivos específicos, constroem sua visão do real vivido, amparadas nos valores partilhados entre os dominados, os trabalhadores, os pobres, numa afirmação de sua identidade política.

Suas ações extrapolam a racionalidade das organizações, na medida em que se movimentam por outros caminhos, como o das práticas coletivas, verificadas na criação de espaços como a creche do Tubalina. Assim, podemos sugerir que estas mulheres se mobilizavam por necessidades, aspirações que dizem do lugar social experimentado por elas na cidade.

A partir do mapa abaixo, podemos compreender como a identificação destas injustiças era transformada em luta:

MAPA 02- UBERLÂNDIA: ATUAÇÃO NOS BAIRROS CARENTES DA CIDADE



Outro exemplo deste movimentar-se em busca do bem comum pode ser observado na ação de montagem de espaços coletivos de trabalho, como as lavanderias dos bairros Tiberly e Tubalina²⁵, apresentadas em matéria do jornal *Participação*, em fevereiro de 1985, como uma ação desenvolvida por estas comunidades a fim de melhorar seus rendimentos e as relações de trabalho. Notamos que estas mulheres – lavadeiras e passadeiras – uniram seus saberes em prol da melhoria de vida e de trabalho; sem esquecer a obrigação do poder público, cobravam atenção da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social no auxílio com equipamentos para lavanderia.

²⁵ Ver Mapa de atuações nos bairros, p. 35.



As passadeiras, como as lavadeiras, tiram 20 por cento do seu ganho para a manutenção de gastos gerais com luz e sabão



Trabalhando em dupla, lavadeira e passadeira conseguem reunir até 200 mil cada uma por mês

O coletivismo das lavadeiras

As lavadeiras esquecem por alguns minutos seus tanques e as passadeiras os ferro elétricos e suas tábuas de passar para dar atenção à reportagem. Entre uma e outra novidade, entrecortada por comentários sobre suas vidas particulares, elas falam da importância do projeto «Lavanderias Comunitárias». Geralmente são ex-empregadas domésticas ou lavadeiras a domicílio, que encontraram neste trabalho associativista uma forma concreta de reforçar o orçamento familiar, trabalhando nas lavanderias dos bairros Tubalina e Tibery.

Cobram Cr\$ 1 mil por quilo de roupa levada e passada, mas antecipam que este preço deverá ser reajustado em breve. O valor é dividido igualmente entre lavadeira e passadeira, e elas reservam 20 por cento do montante a título de «fundo de caixa», com o que pagam a luz e compram sabão.

A água é grata, o Dmae a bona suas contas. As lavanderias funcionam em terreno doado pela Prefeitura, com infra-estrutura construída pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. A propósito, Mariza Ribeiro e Regina Martins Ramero, técnicas da Setas em Uberlândia, dão mais detalhes do trabalho desenvolvido nas lavanderias.

— A Secretaria do Trabalho implantou o projeto e dá assistência técnica e administrativa. Depois de fazermos um cadastramento, optamos, tendo por base a mão-de-obra disponível na comunidade, pelas lavanderias.

Elas relatam que as lavadeiras estranharam no princípio poderem elas próprias gerir seu negócio, mas já se adaptaram bastante, e agora fazem constantes reuniões internas, nas quais discutem todos os seus problemas.

A lavanderia do Tubalina goza de certas vantagens sobre a do Tibery, principalmente pelo fato de dispor de um telefone, que ajuda muito na captação de fregueses. Em ambos os bairros, as comunidades já conseguiram comprar bicicletas para buscar e levar as roupas. E com isto, além das 16 lavadeiras e passadeiras em cada uma, elas dão emprego a mais três pessoas, dois entregadores no Tubalina e um no Tibery. O salário dos entregadores é pago pelo próprio usuário, ou seja, quem mandar buscar sua roupa para lavar deve pagar Cr\$ 1 mil para o garoto da bicicleta, e assim elas se livram de mais uma despesa, melhorando, entretanto, a qualidade do serviço prestado.

A reivindicação principal é, por parte das lavadeiras do Tibery, um telefone. No Tubalina, cujo número é 238-2448, elas querem conseguir uma secadeira e mais tábuas de passar. Para isto estão pensando em tirar, entre elas, uma comissão que ficaria encarregada de visitar as autoridades e entidades que possam doar-lhes a máquina.

A ideia de se organizar também está sendo amadurecida por Mariza e Regina, da Secretaria de Estado do Trabalho, que copiam um sinal inicial das mães interessadas, para depois trabalharem na criação de uma futura associação das Lavadeiras, que reuniria as profissionais das duas comunidades associativistas e de outras vizinhas, se implantadas.

Trabalho e maternidade

Marli Spini (*)

* Mulher hoje trabalha por hobby ou passatempo? Estamos dando duro para saber.



Imagem 2

Reportagem do Jornal *Participação*, Uberlândia, p. 12, fev. 1985.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

O bairro Tubalina se localiza no setor sul da cidade. À época dessa reportagem, era visto como um bairro carente, periférico. Atualmente, é considerado um bairro com

relativa infraestrutura, nas proximidades do bairro Cidade Jardim, onde residem famílias mais abastadas. Já o bairro Tibery fica no setor leste da cidade, no entroncamento das rodovias federais BR 050 e BR 365²⁶.

A matéria do jornal *Participação* mostra a iniciativa das lavadeiras e passadeiras dos bairros Tibery e Tubalina para criar um espaço de trabalho comum onde pudessem coordenar suas atividades de forma autônoma. Faz alusão às novas formas de organização das camadas populares: associações e coletivismo.


Ao mesmo tempo, demonstra a atenção do governo municipal à força política desenvolvida por estes sujeitos, quando coloca que essas mulheres trabalhavam como empregadas domésticas e lavadeiras a domicílio, anteriormente à criação das lavanderias, e enfatiza em uma das legendas das fotografias utilizadas na matéria: “*Trabalhando em dupla. Lavadeira e passadeira conseguem reunir até Cr\$200 mil cada uma por mês*”²⁷. É uma importante indicação de que não há mais interesse no modo anterior de trabalho, o desempenho individual com a oferta de seus serviços nas casas de família, e, portanto, de valorização de um novo movimento em torno do trabalho coletivo.

Com a matéria, notamos também as estratégias de articulação com o poder público, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, a fim de atender suas necessidades e demandas próprias à condição vivenciada naquele espaço da cidade, como indica suas reivindicações por um telefone para a unidade do Tibery e uma secadeira e mais tábuas de passar para a unidade do bairro Tubalina. Assim como verificamos sua articulação e negociação com o trabalho de base desenvolvido pela vereadora Nilza Alves de Oliveira (PCB), por meio do ofício – requerimento encaminhado à administração pública para solicitar a instalação de um destes equipamentos que já haviam sido adquiridos, mas que, um ano e nove meses após a reivindicação que acompanhamos pela matéria do jornal, ainda não haviam sido instalados na lavanderia do Tubalina:

²⁶ Ver Mapa dos bairros por setor, p. 25.

²⁷ O COLETIVISMO DAS LAVADEIRAS. *Participação*, Uberlândia, p. 12, fev. 1985. Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

CARTÃO DE FOLHA
PASTA 02

 **CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**

REQUERIMENTO Nº 807 APRESENTADO EM: 02 12 86

ATENDIDO-OFÍCIO Nº 559/86

Rejeitado em / / 198	Aprovado em / / 198	
Indefinido em / / 198	Deferido em / / 198	

Assinatura do Vereador: **NILZA ALVES DE OLIVEIRA**

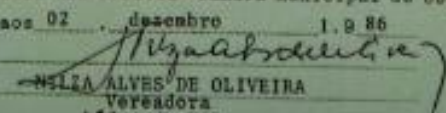
TEOR DO REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O(s) vereador(s) abaixo assinado(s), vem(vêm), mui respeitosa-
mente a presença da V. Excia., solicitar após ouvido o plenário, seja encaminhado
o ofício à Senhora Secretária Municipal do Trabalho e Ação Social, solici-
tando sua intervenção para que as reivindicações das mulheres que trabalham
na Lavanderia Comunitária do bairro Tubalina sejam atendidas. Dentre as inu-
meras reivindicações, julgamos que deva ser priorizada a de instalação de um
secador, que segundo muitas delas, já teria sido comprado mas não instalado.
Sugerimos que um encontro da Senhora Secretária com o grupo de mulheres que
trabalham nesta lavanderia poderia vir a solucionar diversos problemas que
as mesmas enfrentam no seu trabalho.

N. T. respeitosamente, pode(m) e espera(m) defe-
rimento.

Sala das Sessões - Câmara Municipal de Uberlândia,
aos 02 de dezembro de 1986


NILZA ALVES DE OLIVEIRA
Vereadora
Líder do PCB

/jus...

Imagem 3

Ofício *Requerimento* nº 807 à *Secretaria de Trabalho e Ação Social*.
Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, Uberlândia, 2 dez. 1986.
Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU,
Pasta CDP (09) PCB - Teses 02.

O ofício – requerimento, datado de dezembro de 1986, também solicita um encontro das mulheres que trabalham na lavanderia do bairro Tubalina com a secretária

da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, a fim de solucionar esses e outros diversos problemas enfrentados por elas no trabalho na lavanderia comunitária do bairro. Percebemos que elas cobram de seus representantes no poder, assim como não deixam passar em branco a omissão em relação às suas necessidades e questões. É evidente que esse documento só existiu devido à pressão exercida pela atuação dessas mulheres.

Retomamos aí o nosso ponto inicial de argumentação sobre a movimentação destas mulheres na cidade. Elas tinham outras formas de “organização” que não correspondiam aos modelos instituídos. Como polemiza Sader, estes “novos personagens” sociais eram vistos por meio de suas linguagens, dos lugares de onde se manifestavam; dos valores que compartilhavam na construção de novas identidades coletivas²⁸. Nesse aspecto, podemos verificar a relação entre movimento e classe social:

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais²⁹.

Dessa forma, os sujeitos se colocam a partir do lugar social e/ou classe na qual partilham experiências comuns. As mulheres lavadeiras dos bairros Tibery e Tubalina tinham outros interesses, que era a conquista de recursos para a lavanderia e para a creche, o que às vezes não justificava sua participação na Associação de Mulheres de Uberlândia³⁰ e lhes impelia a organizarem-se de seus próprios modos, como percebemos na matéria referida do jornal *Participação*. E isso, ao mesmo tempo, não impedia que suas reivindicações fossem reconhecidas publicamente, agora sob outra perspectiva, a da organização coletiva. A novidade se dá aí – na entrada destes “novos personagens”

²⁸ Cf. SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Op. cit. p. 27.

²⁹ Id. *ibid.* p. 45.

³⁰ Entidade criada no ano de 1988 a fim de promover a união das mulheres da cidade na luta pelo reconhecimento de seus direitos. Representativa dos chamados movimentos organizados que mantinham uma relação direta com o poder. Informação coletada da Coleção Centro de Documentação Popular-CDP. Cartilha *Proposta de carta de princípios: às mulheres uberlandenses*. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) D.d-01.

no cenário público, na descoberta de novas formas, na transformação de formas já dadas.

Como coloca Raymond Williams, a capacidade dos sujeitos em (re)criar, (re)elaborar significados para o vivido nunca se esgota no dominante³¹. O dominante é apenas o ponto de partida para invenção de novas formas de participação política, assim como pudemos observar nas ações das mulheres dos bairros Tibery e Tubalina. Trabalhando no âmbito de uma dinâmica estabelecida, elas propõem novas relações de poder, (re)criam o exercício da cidadania. É na cooperação para a montagem da lavanderia comunitária que se constituem novas identidades coletivas, que se reivindica uma nova configuração social. Por isso, insistimos na divergência entre estes dois campos, movimentos organizados (os movimentos feministas) e manifestações informais, uma vez que as ações das mulheres das camadas populares eram motivadas por outras preocupações, que não apenas lugares no poder.

Pensando não somente em termos de divergência de posturas, mas na diferença de articulação política, é na emergência de outros modos de fazer que estas mulheres se veem como agentes transformadores do acontecer social. Aqui as mulheres protestam acerca da recusa do ticket do leite³², alimento distribuído pelo governo federal às camadas populares na época e que garantia a alimentação de muitas crianças. Mães e líderes comunitárias de vários bairros da cidade se reuniram em frente à Câmara Municipal para exigir uma solução dos governantes diante da recusa do comércio em trocar os tickets, questão recorrente, ora na relação com o governo municipal – como acompanhamos na matéria sobre a creche comunitária do bairro Tubalina e os problemas enfrentados por estas mulheres trabalhadoras em relação à aquisição de alimentos –, ora na relação com o governo Federal – como no impasse do ticket do leite.

³¹ “... nenhum modo de produção e portanto nenhuma ordem social dominante e portanto nenhuma cultura dominante, nunca, na realidade, inclui ou esgota toda a prática humana, toda a energia humana e toda intenção humana”. WILLIAMS, Raymond. Dominante, residual e emergente. In: _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 124-129. Ver p. 128.

³² O PNLCC (Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes), criado no ano de 1986 pelo governo José Sarney (1985-1989), conhecido popularmente como “ticket do leite”, consistia na distribuição de tickets às famílias de baixa renda, com crianças de até sete anos de idade, que podiam ser trocados no comércio por um litro de leite. O programa deve fim no início do governo Fernando Collor (1990-1992). Ver SILVA, Robson R. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 1-19, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaeletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1014/794>>. Acesso em: 19 jun. 2013.



Imagem 4

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 27 jun. 1990, p. 5.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 144.

Na reportagem do jornal *Correio*, de junho de 1990, acerca do protesto organizado por mães de famílias pobres de vários bairros da cidade, ficamos sabendo que também fora encaminhado um documento à Secretaria Municipal de Ação Social, pela comissão de mães beneficiadas pelo programa, solicitando providências ao poder público. No texto da reportagem, percebemos que estas mulheres são mencionadas como carentes, tanto no título, como na legenda da fotografia utilizada para compor a

pauta, denotando uma ideia de marginalidade a estes sujeitos e, ao mesmo tempo, desviando a atenção do leitor do foco principal da notícia – os problemas no programa de distribuição do ticket do leite.

Essa reportagem também faz referência a outra notícia, publicada na edição daquele mesmo dia, que destacava o prejuízo dos empresários do leite³³. Percebemos que o jornal tenta chamar a atenção do leitor para outros aspectos que não o da manifestação destas mulheres. Entretanto, se faz possível perceber como elas demonstram que estavam atentas as estratégias dos grupos dominantes ao cobrarem um posicionamento dos representantes locais acerca da questão.

Estas movimentações eram frequentes na atuação das mulheres das camadas populares. Por vezes, são ações vistas por outros setores da sociedade – mulheres “organizadas” – como práticas desarticuladas do movimento, como confirma a fala da coordenadora da Seção de Apoio à Mulher da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, Soledad Raquena, sobre o que chama de “desengajamento dos movimentos femininos locais, que buscam um assistencialismo, sem muita reflexão e debate sobre as questões das mulheres”:

A Associação de mulheres do bairro Tocantins limita-se a visitar famílias carentes, fornecer cestas básicas e promover discussões e palestras com denúncias hoje restritas³⁴.

Soledad Raquena se refere a uma das práticas da Associação Feminina do Bairro Tocantins (AFETO), criada neste período (fim da década de 1980), a fim de reclamar mais atenção da administração municipal acerca da violência contra a mulher naquele bairro e promover ações de melhoria das condições de vida na localidade.

Diante dessa frase, nos perguntamos: será essa a questão ou as demandas são outras? O que percebemos é que estas mulheres estavam presentes no cenário político da cidade, atuantes frente aos acontecimentos que repercutiam na sociedade, que elas se uniam, que articulavam e organizavam seus espaços de discussão, como associações de mulheres nos bairros.

³³ TÍQUETES DÃO MAIS DE CR\$ 2 MILHÕES DE PREJUÍZO. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 5, 27 jun. de 1990. Arquivo Público de Uberlândia, n. 144.

³⁴ MOVIMENTO DE MULHERES LOCAL ESTÁ DESARTICULADO. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 4, 9 ago. 1990. Arquivo Público de Uberlândia, n. 146.

Nesse tocante, o discurso de Soledad Raquena revela a posição dos sujeitos por trás da fala. Expressa contradições existentes entre estes dois grupos e dos lugares sociais ocupados por eles³⁵. E é nesse processo, no entanto, que se constroem as identidades destes sujeitos coletivos e se criam condições para participação; participação que se configura por meio da elaboração de outros modos de intervenção social. As mulheres do Tubalina, do Tibery e do Tocantins se expressam a partir do seu lugar no bairro, na cidade, no poder público; lugar este que remete a sua experiência³⁶ enquanto sujeito da própria história. Por isso, é tão importante distinguir estas diferentes experiências que se perfazem na maneira como estas mulheres se colocam neste contexto, assim como são vistas na sociedade.

Considerando que a história é uma disciplina do contexto e do processo, como observa E. P. Thompson³⁷, podemos inferir que houve uma transformação importante na maneira de pensar e fazer política, na medida em que estes sujeitos adentraram a cena pública e a modificaram, criando novas formas de expressão social, pois, como sugerem as colocações de Thompson, o que muda quando as relações se modificam é a própria experiência dos homens e das mulheres³⁸. É essa experiência vivida, de diferentes formas, por diferentes agentes sociais, que nos estimulou a verificar os caminhos destas mulheres como protagonistas de sua própria história. Caminhos estes que se configuram como alternativas à cultura dominante na cidade.

Orientadas por necessidades “práticas”, as mulheres das camadas populares lutavam por questões emergenciais, como asfalto, creches. Nesse percurso, o cotidiano e a vivência no bairro, na comunidade, era o princípio aglutinador e mobilizador de suas ações. É o que ocorre na união das mulheres do bairro Parque São Jorge, em Uberlândia, em janeiro de 1990, para manter uma creche organizada por elas em funcionamento, uma vez que o poder público havia se eximido de tais obrigações, que

³⁵ Como sugere Eder Sader, o discurso denuncia o sujeito político por trás da fala: “O discurso que revela a ação revela também o seu sujeito. Assim, do discurso dependeria a articulação do sentido às coisas, a partir do primeiro significado, que permite o diálogo humano, que é o de estabelecimento das identidades”. Ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980*. Op. cit., p. 57.

³⁶ Aqui fundamentados nas proposições de Edward P. Thompson acerca do desenvolvimento do conceito experiência como todo o modo de percepção e atuação dos sujeitos sobre o vivido. Ver THOMPSON, E. P. O termo ausente: a experiência. In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-201.

³⁷ THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 227-267.

³⁸ Id. *ibid.* p. 260.

deveriam ser de responsabilidade do Estado, segundo o estabelecido na Constituição de 1988, que garantiu o acesso de crianças de até cinco anos de idade a creches e pré-escolas³⁹. Por isso, é possível compreender, portanto, que estas mulheres também estavam lutando pelo cumprimento da lei, já anunciada em fins da década de 1980, que determinava a responsabilidade dos municípios no atendimento educacional das crianças nessa faixa etária, como exposto na fala da vereadora Nilza Alves de Oliveira (PCB) – “a Lei é clara, não há como contemporizar. O município deve ter como prioridade as crianças e suas necessidades fundamentais”⁴⁰.

³⁹ Ver BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 jun. 2013. Capítulo II - Dos Direitos Sociais, Art. 7º, Inc. XXV.

⁴⁰ CRECHE E EDUCAÇÃO AGORA SÃO DEVERES DAS PREFEITURAS. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 6, 10 dez. 1989. Arquivo Público de Uberlândia, n. 138.



Imagem 5

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 5, 4 jan. 1990.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 139.

Na matéria do jornal *Correio*, de janeiro de 1990, notamos a iniciativa destas mulheres em campanha que havia reunido um grupo de 13 mulheres para ir até a prefeitura falar com o titular da Secretaria de Trabalho e Ação Social, José Cupertino, e exigir da administração pública recursos para a conservação da creche no bairro Parque

São Jorge, assim como cobrar o cumprimento dessa prioridade, conquistada através da mobilização feminina. De acordo com o texto da matéria, vemos que a reivindicação não havia sido atendida por parte do secretário sob a alegação de que a creche não estaria funcionando num prédio adequado; e vemos, também, o protesto de uma das responsáveis pela creche do Parque São Jorge, Altair Alves Borges Ribeiro, sob o argumento de que, se nenhuma providência fosse tomada, as crianças do bairro iriam passar fome, uma vez que as mães não poderiam trabalhar fora para ajudar no orçamento doméstico familiar, que já era pouco apenas com o ganho dos homens.

As mulheres do Parque São Jorge, em Uberlândia, demonstram que não basta somente reivindicar a lei de creches, insistem no esclarecimento de que, mesmo em condições precárias como as do espaço do qual podiam dispor naquele bairro, era preciso recursos para mantê-las funcionando e que propiciassem a estas mães trabalhadoras o direito de exercer seus ofícios: mesmo com a negativa do poder público, elas retornaram na manhã seguinte para negociar com o secretário José Cupertino. É o que Eder Sader nos fala sobre as matrizes discursivas e como os sujeitos, através das matrizes constituídas, recorrem às matrizes de sua própria cultura, por meio de uma pluralidade de agências sociais⁴¹. Assim, é através de sua experiência como trabalhadoras pobres que estas mulheres buscam construir um lugar comum de fala e de luta, uma identidade para si e para seus movimentos.

Percebemos que estas mulheres estavam a par dos acontecimentos políticos que se desenhavam no cotidiano da cidade e propunham caminhos alternativos a eles, como a organização comunitária em favor de melhorias nas suas condições de vida. Elas demonstram entendimento e consciência de seus direitos na construção de um novo espaço, além do sistema de representação política:

Os homens vivem sua experiência integralmente como ideias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão, desejos, como sujeitos sociais que improvisam, forjam saídas, resistindo, se submetendo, vivendo enfim, numa relação contraditória, o que nos faz considerar essa experiência como experiência de luta e de luta política⁴².

⁴¹ “No fogo dos encontros e diante da interpelação da matriz dominante, os movimentos sociais recorrem às matrizes discursivas da contestação para repensar o cotidiano das classes populares”. Ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980*. Op. cit., p. 194.

⁴² VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. *A pesquisa em história*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 7.

A luta política se perfaz nas diferentes experiências sociais vividas por estes sujeitos. Na afirmação de sua identidade política, experimentada no processo de luta. É o que buscam estas mulheres através de ações afirmativas no bairro, na comunidade. Essas ações se constituem também na afirmação de valores de sua cultura frente à cultura dominante na cidade.

Dessa forma, elas criavam pautas para a agenda pública da cidade, solicitando momentos específicos de discussão. A reportagem do jornal *Correio*, de abril de 1992, indica essa postura: continuar as comemorações do Dia da Mulher criando a Semana da Mulher Negra. Frente à notícia de uma atitude tomada pelo poder municipal, na figura da vereadora Normy Firmino (PSDB), vimos que esta parcela dos populares – mulheres negras – reivindicava momentos específicos para tratar de suas necessidades, instalando demandas públicas.



Imagem 6

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 6, 28 abr. 1992.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 164.

A reportagem do jornal *Correio* revela a interpelação destas outras mulheres em compor os assuntos da administração pública. Notamos essa evidência a partir da proposta da vereadora Normy Firmino (PSDB) em estender as comemorações do Dia Internacional da Mulher em Uberlândia, com a realização de eventos para divulgar a cultura negra, como uma Semana da Mulher Negra no Contexto Político. Essa evidência nos conduz para considerar as estratégias dos grupos que exerciam o poder na cidade, indica estarem atentos à movimentação destas mulheres e à força política que estava se gestando aí. Devemos questionar também se estes eventos eram representativos deste grupo, visto que já sabemos que elas possuíam outras formas de organização e representatividade, especificidades para além da discriminação de gênero. Exemplo disso é a imagem que ilustra a reportagem – uma fotografia da vereadora. Por que não vemos a imagem de uma mulher negra, já que o momento se destinava a falar de sua atuação na sociedade, como sugere o título da reportagem – “Semana da Mulher Negra”? Onde fica a questão da identidade étnico racial, uma vez que a imagem utilizada pra compor a reportagem remete à discriminação sofrida por estas mulheres? Ainda assim, percebemos que estas mulheres estavam reivindicando seu lugar na cidade. Lugar esse que não era de passividade e sujeição, mas de intensa atividade e atuação política. O que não se resumia apenas em fazer, implicava, também, em desenvolver uma consciência crítica sobre esse fazer.

Na constituição de suas lutas, as mulheres das camadas populares demonstram não aceitar mais o descaso em relação a suas questões. Elas estavam no espaço público e sua voz ecoava por todos os cantos da cidade. Montar uma creche, organizar uma associação de trabalho, manifestar-se em frente à Câmara significava ocupar um novo lugar social e um novo espaço na cidade, anteriormente negado a estas camadas. O que vemos agora é que este lugar se tornava, aos poucos, um espaço de efervescência de ideias, proposições e ações. Nesse tocante, ser tema de um evento no contexto da cidade, ainda que não representasse suas verdadeiras aspirações, poderia representar uma vitória por parte destas “outras mulheres” na conquista deste espaço.

Nas demandas colocadas em pauta, percebemos a evidência de alguns assuntos – creches, recursos públicos e participação nos projetos da cidade –, o que revela também um posicionamento sobre as questões que estas mulheres consideravam relevantes na luta. E um posicionamento que, por sua vez, confirma as diferenças acerca do que era entendido como injustiça por elas e pelos movimentos organizados

(movimentos feministas). Como salientamos, as mulheres pobres e também mulheres negras, se mobilizavam por causas imediatas. Elas se reuniam em prol de uma necessidade, como a creche; improvisavam a ação e depois se dispersavam, somente voltando a se unir quando identificavam outra necessidade comum. Para as mulheres “organizadas” na institucionalidade, isso consistia numa “desarticulação” do movimento. E apontamos aqui como formas distintas de atuar, consonantes com as relações sociais desenvolvidas, com o modo como experimentam o acontecer social.

Tudo isso remete à questão da cultura e dos valores partilhados por estes sujeitos, uma vez que a experiência não se define apenas no desenvolvimento da consciência de classe, mas também em relação a todo o processo social e cultural vivido, como formas de atuar e conceber ideias sobre as diferentes realidades experimentadas por estes sujeitos em mobilização:

... é importante aprender que não se quer pensar a cultura como elemento exterior a completar qualquer ordem social, mas ao contrário que ela é elemento importante na sua constituição e assim pode ser investigada como um “sistema de significações” de maneira ampla, de modo a permitir a inclusão de todas as práticas e assim definir-se como um “processo social constitutivo que cria diferentes e específicos modos de vida”⁴³.

É a este “sistema de significações”, das diferentes linguagens de luta que nos referimos ao tratar das questões que motivavam as mulheres organizadas e estas outras mulheres a se reunirem em prol de demandas variadas. Entendemos linguagens, portanto, como práticas que se estendem para além da exposição de ideias, por contemplarem as diferentes formas que os diferentes agentes sociais concebem ao viverem sua experiência e que se traduzem nestes “diferentes e específicos modos de vida”, de que nos fala Déa Fenelon: assim, “os aspectos sociais [e culturais] não podem ser separados dos outros aspectos de seu existir”⁴⁴.

Nesse sentido, sugerimos que, ao se colocarem no espaço da cidade, as mulheres pobres, negras, estavam (re)atualizando estes modos de viver necessidades, privação de recursos, em demandas para a administração pública, ou seja, tanto “os valores quanto às necessidades materiais serão sempre um terreno de contradição, de

⁴³ FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993. Ver p. 86.

⁴⁴ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 27-51, jan./jun. 1992. Ver p. 36.

luta entre os valores e visões-de-vida-alternativos”⁴⁵. Assim, constatamos que a luta destas mulheres se dá em oposição à cultura dominante em Uberlândia e ao lugar atribuído por ela a estas camadas de “submissão” a suas decisões. Suas lutas emergem desse conflito. Não é porque estas mulheres são vistas pelos grupos dominantes como sujeitos “à margem” que elas não se constituíam em uma “organização”. As mulheres das camadas populares buscavam ter seus valores reconhecidos, por meio de novas formas de fazer política.

Portanto, as mulheres pobres, negras, procuravam incluir sua experiência de luta política nas mobilizações que se propagavam pela cidade, da mesma forma que elaboravam seus próprios caminhos de luta, que passava pela coletividade no bairro e pela solidariedade social antes de atingir a esfera do poder e a via da institucionalidade, na medida em que os valores são experimentados por meio da identidade comum e do sentimento e do desejo de cidadania.

1.2 Mulheres pela cidade: expansão e exposição da luta

Ainda que defendendo variadas demandas, recursos para o bairro onde moravam, atenção do poder público para suas necessidades enquanto mulher pobre e negra, questões legislativas etc, as mulheres se distribuía na cidade em lutas e mobilizações por direitos e cidadania. Elas participavam de movimentos organizados, institucionais, associações de bairro e movimentos sociais diversos. Na esfera política mais ampla ou simplesmente comunitária, elas arquitetavam planos de ação frente às questões da cidade, principalmente aquelas que afetavam diretamente sua condição social. Suas demandas circulavam na imprensa local com alguma frequência, embora o espaço destinado a elas não figurasse entre as páginas de destaque. Nesse tocante, vale ressaltar que o jornal expressa determinado projeto político⁴⁶ vinculado aos grupos dominantes, que também se perfazia no destaque dado às mulheres políticas diretamente envolvidas com a administração local.

⁴⁵ THOMPSON, E. P. O termo ausente: a experiência. In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Op. cit. p. 194.

⁴⁶ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.

Vale destacar que, ainda que as mulheres das camadas populares não se reconhecessem nas formas que o jornal abordava suas necessidades, aquele espaço, de uma notinha de canto de página que fosse, tornava-se importante para sensibilizar pessoas sobre suas questões e/ou dar visibilidade, levar ao conhecimento de outros seus problemas e lutas no contexto da cidade.

Nesse aspecto, o que acontece não é uma disputa entre as feministas e as mulheres das camadas populares e, sim, uma diferença de interesses que acaba por contrapor o movimento organizado e as práticas destas “outras mulheres”. Ao nível do poder, não se reconhece a legitimidade de suas ações, como demonstra a página extraída de uma cartilha informativa do Programa de Defesa dos Direitos da Mulher, da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social de Uberlândia, integrante da Coleção CDP e que conclama estas mulheres à “*ação organizada*”:

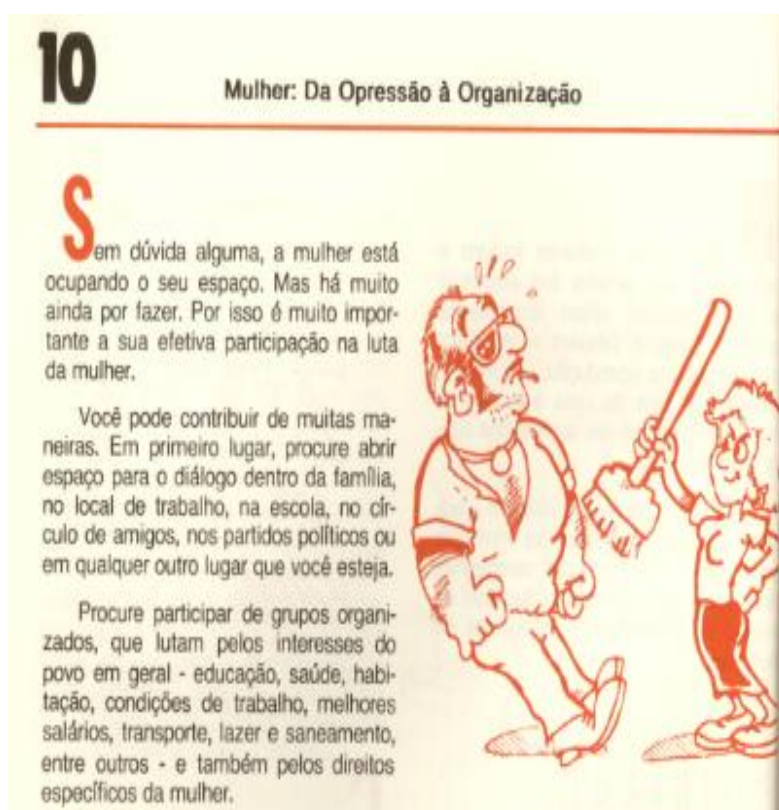


Imagem 7

Cartilha do *Programa de Defesa dos Direitos da Mulher da Secretaria Municipal de Uberlândia*,
Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, s/d.
Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Box CDP (04) M.D.H 001.

A cartilha, apesar de não trazer a data de produção, possivelmente foi elaborada em 1986, data da criação do Programa de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, conforme matéria do jornal *Participação*⁴⁷.

Podemos observar que a cartilha faz alusão à conquista do espaço público pela mulher, ou seja, um novo lugar social conquistado para além do lar e suas relações domésticas, assim como aos movimentos sociais de forma geral. Entretanto, enfatiza a forma como deve se dar o que chama de “participação **efetiva** da mulher” – “*Procure participar de grupos **organizados***” –, onde o elemento balizador das ações está na organização institucional consequentemente atrelada às práticas da política tradicional. O que para muitas destas mulheres não fazia o menor sentido, pois estas práticas, muitas vezes impositivas, engessadas em um modelo, não representavam a realidade vivida por elas. Essa questão dificultava a aproximação destas outras mulheres com o movimento feminista organizado. Em sua maioria, elas não se reconheciam dentro desta estrutura, nem se viam dotadas de algum poder nas decisões, salientando que o que opunha as mulheres das camadas populares e as feministas era o modo de organização.

A ênfase na institucionalidade dos grupos é uma constante, que consequentemente lhes confere legitimidade na vida pública. Por isso, para muitas das feministas, o discurso deve ser construído dentro das esferas políticas tradicionais; o que não ganha importância para estas mulheres “à margem” do poder, em razão de sua descrença em relação à política tradicional, que, na maioria das vezes, não corresponde aos seus anseios por expressar uma postura autoritária por meio da sujeição às instituições. A atitude de não participar de um grupo organizado, como os grupos dominantes definem, funciona como resistência àquilo que não reconhecem como parte de sua experiência⁴⁸.

É notório que tanto as mulheres dos grupos feministas organizados como as das classes populares seguiam na luta contra a discriminação sofrida em sociedade, porém esta se perfazia por meio de um caminho próprio a cada um dos grupos. E é esse

⁴⁷ EM DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. *Participação*, Uberlândia, p. 12, jan. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

⁴⁸ Marilena Chaui nos aponta essa nuance ao tratar das estratégias de conformismo e resistência das classes populares. Não se trata de propor outro discurso, mas apreender os mecanismos que os constituem em suas diferenças, ou seja, os sujeitos “nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe [...]”. Ver CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 122.

caminho próprio que nos interessa, pois é a partir dele que se formam as mobilizações. Como verificamos nas evidências, este *caminho próprio* dita o envolvimento ou não em determinadas questões. Aquilo que identifica os sujeitos e seus modos de viver e relacionar-se constitui elemento de localização destes na sociedade, assim como determina os grupos que serão formados.

Nesse tocante, as mulheres das camadas populares se integram em outros grupos de atuação, em outro padrão de experiências. O elemento balizador aqui não é a *organização institucional*, mas a *situação* de privação e esquecimento vivenciada no contexto da cidade. O que guia suas ações é a solidariedade social. Como vimos discutindo, as mulheres organizadas institucionalmente querem alterar posições de mando, onde os homens predominam no poder; a imagem da cartilha é bem sugestiva desse interesse – uma mulher entregando uma vassoura a um homem robusto que traz em seu rosto a expressão de apavoramento. Estas outras mulheres buscam melhorar sua vida no bairro, na comunidade, adquirindo mais atenção do poder público aos problemas vivenciados por elas nestes espaços. É aí que se encontram as divergências, no campo do vivido, das experiências, no modo como estas mulheres concebem os espaços de intervenção social. As mulheres das camadas populares também se preocupavam com a discriminação vivenciada na vida pública, em conquistar mais representatividade na sociedade, porém sua atenção está centrada nas causas emergentes, como evidenciam suas manifestações. Mais uma vez, queremos afirmar a importância da *experiência* na constituição destes grupos. É ela (a experiência) quem dá o tom das ações.

Outra preocupação é a configuração, na conjuntura política, da forma como as mulheres aparecem na cidade, o modo como são tratadas, principalmente aquelas que não estão ligadas às instâncias de poder. Sob esse aspecto, destacamos dois momentos políticos que se deram no período aqui examinado (anos de 1980-1990). Dentre as perspectivas políticas vigentes na cidade, configuram-se um governo dito de oposição, mais próximo dos grupos comunitários, representado pelo prefeito Zaire Resende (PMDB) durante os anos de 1983-1988, com um projeto político-social de democracia participativa; e um governo dito conservador, vinculado aos grupos dominantes, representado pelo prefeito Virgílio Galassi (PDS) durante os anos de 1989-1992⁴⁹.

⁴⁹ Uma proposta elucidativa acerca das questões em torno das disputas político-sociais no período pode ser vista no trabalho de Carlos Menezes Sousa Santos. Ver SANTOS, Carlos Menezes Sousa. Democracia

Investigar essa dimensão política se torna imprescindível na nossa compreensão das disputas engendradas na cidade, uma vez que, como salienta Marta Emisia Jacinto Barbosa⁵⁰, os grupos que dominam a comunicação estão articulados a diferentes redes de poder que condicionam o que é informação e, consequentemente, delimitam espaços. Nesse sentido, podemos afirmar que as mulheres das camadas populares por vezes travavam uma batalha com estes grupos a fim de terem suas questões amplamente divulgadas. Uma alternativa criada por estes sujeitos foram os *centros de documentação popular* que reuniam documentação variada (de formação e divulgação) dos movimentos sociais na cidade⁵¹. Contudo, ao mesmo tempo, em que compunham vários movimentos no espaço urbano e faziam frente aos grupos no poder, muitas vezes também trabalhavam por meio deles, aliando-se a figuras do poder executivo ou do poder legislativo, como a vereadora Nilza Alves de Oliveira (PCB), creditada como porta-voz das questões da mulher e dos grupos comunitários. Raymond Williams lembra, em “Marxismo e Literatura”, que estes sujeitos também atuam através do hegemônico, do instituído, criando novas significações culturais por meio da experiência vivida nas práticas e atividades cotidianas:

Isto é, a ênfase política e cultural alternativa e as muitas formas de oposição e luta são importantes não só em si mesmas, mas como características indicativas daquilo que o processo hegemônico procurou controlar, na prática⁵².

participativa na Uberlândia dos anos de 1980 – “uma prece democrática”. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 18., 2006, Assis-SP. –, , 24 a 28 jul., ANPUH/UNESP Assis/SP. *Anais do XVIII Encontro Regional de História: O historiador e seu tempo*. Assis-SP: Associação Nacional de História, Seção São Paulo, 2006. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/PAINEL%20PDF/Carlos%20Meneses%20Sousa%20Santos.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2013. Ver também sua monografia: SANTOS, Carlos Meneses Sousa. *Democracia participativa e tensão social em Uberlândia: experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças*. 2006. 110f. Monografia (Bacharelado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

⁵⁰ BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes et. alii. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d' Água, 2006. p. 262-272.

⁵¹ Sobre os centros de documentação popular e o processo de constituição destes espaços na cidade, ver ROSA, Amanda Marques. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias* (Uberlândia, 1985-1995). 2008. 120f. Monografia (Bacharelado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Para um aprofundamento dessa questão, ver também sua dissertação: ROSA, Amanda Marques. *Memórias, histórias, movimentos sociais: mobilização, comunicação e projeto de luta* (Uberlândia-MG, anos 80). 2011. 265 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3310>. Acesso em: 21 maio 2013.

⁵² WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. *Marxismo e literatura*. Op. cit. p. 116.

Nesse universo, de retomada dos movimentos populares, os sujeitos buscavam a afirmação de sua identidade político-social, ou seja, afirmar sua participação na construção do espaço público. Isso é perceptível na apropriação que as mulheres pobres e negras fazem do trabalho de base da vereadora Nilza Alves de Oliveira (PCB), incluindo suas questões no espaço do poder. Eles criam significados, códigos próprios para o vivido, numa tensão constante com os padrões dominantes, através de resistências diversas, reivindicando “dignidade de acontecimento histórico”⁵³.

Assim, as mulheres negras também procuravam fazer-se enquanto sujeito histórico na cidade. Esse percurso de organização de movimentos negros e de mulheres negras desponta em todo o país num período marcado por uma série de transformações nas esferas política e social brasileira (anos de 1980) que levaram notoriedade às lutas populares, através do retorno destes grupos ao espaço político, como apontam as reflexões de Eder Sader acerca dos movimentos sociais na região de São Paulo. E, nesse espaço, as mulheres negras também imprimem seus modos de fazer-se, na construção de uma identidade política afirmativa.

Por meio da ideia de conscientização presente no cerne dos movimentos sociais, a identidade reconhecida era relacionada às noções de direitos e cidadania. Desse modo, as mulheres negras iam compondo outros espaços de luta. A criação do Movimento Negro Visão Aberta (MONUVA), em 1984, fomentou o surgimento de diversos outros movimentos étnicos na cidade de Uberlândia⁵⁴, em que a participação feminina era ativa. Elas combatiam a dupla discriminação a qual estavam sujeitas, como aparece em uma matéria do ano de 1987 do jornal *Participação*:

⁵³ Marilena Chauí levanta esta ideia ao tratar do que ela chama da criação de um novo sujeito social e histórico – os movimentos sociais populares –, na apresentação do estudo de Sader sobre os movimentos sociais na São Paulo dos anos de 1970-1980. CHAUI, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980*. Op. cit. p 12.

⁵⁴ A esse respeito, ver SANTOS, Fernanda. *Negros em movimento: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais (Uberlândia / 1984-2000)*. 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3353>. Acesso em 21 mai. 2013.

Estima-se 84 por cento da população do país sofre de doença e malária, as maiores doenças prevalentes, especialmente entre os negros. O "malhada de um" representa mais da metade deste percentual.

Não se dá a sua como esposa, mãe, malhada, dona-de-casa, cozinheira, e sua condição de "mulher negra" é algo de surpreendentemente duplamente discriminatório na sociedade: o fato de ser mulher e negra. Para analisar esta condição, exemplos é que se citam no relato de Dóris Maria Gomes dos Santos, 38 anos, casada, três filhos, cabeleireira — e Jacqueline Gomes, 42 anos, empregada doméstica, 23 anos, casada, quatro filhos.

Corso di laurea in Scienze della Comunicazione, Università degli Studi di Roma "La Sapienza".



(Congressman representing negro in Legislative Municipal)

nância, seu poder aquisitivo e expansão do poder econômico. Não são raras as vezes em que são desviadas para serem atribuídas por outros. Nesta situação, de fato, há fraude e o ponto de partida dos mudanças é seguir a cadeia para não ficar impedições, não estão perdendo nada. Quem compra?

Dizem, contudo, há 15 anos, com seu amor leal, tem toda a vida ligando-se de pontilhinhos solitários pela sua vida. Uma lembrança viva ligando-se aos momentos de chegada. (O Brasil, há 15 anos atrás, um rio de lágrimas para a vida). Logo ao lado de para o arvoredo em 1988, a vida é uma vida declarada de que não é uma gota de sangue e com sua própria, ali para os dois virados chegou a vida e a vida. E a vida é que "não se pode mais" pelo de família e a vida.

Fatores como este são considerados um obstáculo para a melhoria, que tem sido uma prioridade das autoridades mundiais, em uma questão de saúde.



Aparelhos: "A mulher negra deve ser uma
luta política."

ninha de classe alta. Na hora do almoço, devido à proximidade da cozinha com a sala, ouviu o pai dizer com voz alta e de bom tom que "o gosto de almoço está empolgado por parte ainda mais pronta". Ele diz que, de imediato, replicou o pai no momento e pediu desculpas. "Não devia ninguém agradecer minha cois".

Analisando a mulher negra no poema de "verso leviniano", Jacqueline ressalta que o homem branco, em sua maioria, tem a mulher negra sob o rótulo de "objeto sexual mais fácil de se possuir do que as mulheres brancas".

Seguridade financeira que nem todos os indivíduos conseguiram conquistar de direito. No seu entender, muitos não sabem nem a própria cor. "Das brancas se sente igual a brancas e encarnar a situação", desabafa. Em tom decisivo, Enoc fala que "aprendi a assumir a minha cor e assim adquiri o meu modo de pensar a determinadas situações e minha postura".



Dña María Gómez de Sotomayor, Wanda

No alto de seus 65 anos, Maria Ivo de Oliveira, mãe de cinco filhos, avó de sete netos, integrante do diretório do PMDB feminino e da Associação de Avós de bairro Juvenalândia, em um depoimento sobre a condição de mulher negra afirma que "a situação das mulheres mudou de uns tempos para cá. Há tempos atrás não tínhamos que as mulheres negras não tinham o mesmo direito, vivia no limbo. Mas sempre existiu na cabeça de mulher negra. Hoje a situação está mudando, lentamente mas está".

Aparecida de Fátima Neto, integrante do Diretório do Conselho Municipal de Participação e Defesa da Cor Negra, não recusa a proposta de candidatar-se às eleições municipais para o próximo ano como candidata mulher negra. Para ela, a representatividade política é um importante canal para uma defesa de fronteiras aos direitos de cidadania.

Sobre o Programa de Defesa dos Direitos da Mulher, criado pela Administração Zairé Bezerra, Apetruda Beis acha que é um fato muito importante, pois alcança plenamente os anseios de milhões de mulheres.

Em agosto de dois anos o conselho da rede de Uberlândia ganhou o selo de sua existência, através do promotor de reuniões e formulação de duas entidades: o próprio Conselho e o Movimento Negro. Visto, Alerta de UBERLÂNDIA em que se registra grau de participação de cada um na composição de suas direções. Para Aguardar, do Conselho da política, mesmo o único governo Zaire. Reunido de apoio às organizações comunitárias. Dente modo, salienta, a comunidade negra, a comunidade de seu próprio grupo.

Diana: "Não se pode tapar a orelha com a mão."

"A mulher negra precisa sentir mais sua cor, sua raça. Como mãe, ela quer que os filhos tenham uma visão aberta sobre os preconceitos advindos da sociedade branca, para evitar que eles anulem. E preciso criar condições para que meus filhos que não se pode falar de e sem da sua pele". Este é o recado que Nêgo Maria Góes dos Santos, 38 anos, casada, três filhos, catequista, moradora do bairro Planalto, deu para todos os leitores de sua coluna do jornal *Povo da Rua*.

Cita que os principais motivos para não apoiar o movimento são a falta de informação e de recursos de divulgação da luta da mulher e de estudos de dados sobre a participação da mulher na educação dos filhos.

A vencedora Olga Helena da C

Maria Ivã: "A mulher negra não sabe o que é ser discriminada, ela sabe que é mulher."

ta, 37 anos, professora, entrou para história de Uruvilhã como a primeira mulher negra a ocupar cargo de chefe. "A minha eleição abriu um canal de participação política para a mulher negra", diz.

A universitária Inez Greim, 21 anos, solteira, estudante da Universidade Federal de Uberlândia, reconhece que a discriminação da mulher negra é mais forte no mercado de trabalho, embora reconheça que esta situação apresenta distorções prematuras no mercado com o ingresso dela com alguns empregos onde praticamente não há mulheres presentes, a exemplo da mineração.

A coordenadora do Programa de Defesa dos Direitos da Mulher (PDM), Izabella Marques, afirmou estar otimista em relação às chances de constituição de mulheres negras de sua coalizão na sessão da sua participação debata no quinto encontro sob o tema de "A Mulher na Constituinte" realizado na sessão na região da Trindade e Aldeia Perceira.

Apesar de um diálo-
go na sociedade por ser
muito mal-entendido,
as entrevistas enfatizam que
"em nenhum momento impõem a
natureza por terem tirado de ela
o que é, muito pelo contrário, sentem
impulso de conduzir de 'maior
bem'".

Reportagem do Jornal *Participação*, Uberlândia, p. 12, jan. 1987.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

Em menos de dois anos a comunidade negra de Uberlândia quebrou o silêncio de sua existência, através da promoção de encontros e formação de duas entidades (o próprio conselho e o Monuva – Movimento Negro Visão Aberta de Uberlândia) em que

se registra grande participação de mulheres na composição de suas diretorias⁵⁵.

Assim como vários outros sujeitos em emergência na cena pública neste período, as mulheres negras estavam reivindicando seu lugar na cidade, na construção do espaço urbano, colocando-se na luta social e política. Em outro trecho, verificamos sua preocupação em inserir representantes de sua luta na política:

Aparecida de Fátima Reis, integrante do Diretório do Conselho Municipal de Participação e Defesa da Cor Negra, não esconde a proposta da entidade em lançar nas eleições municipais para o próximo ano uma candidata mulher negra. Para ela, a representatividade política é um importante canal para sua defesa de fazer valer seus direitos de cidadã⁵⁶.

Como verificamos, as mulheres negras estavam articulando maneiras de se fazer representar. Através de movimentos, conselhos, disputas eleitorais, encontros ou da simples solidariedade nos bairros, elas iam se inscrevendo nos espaços da cidade. No dizer de uma das entrevistadas para a reportagem, “a situação está mudando [...] lentamente mais está”⁵⁷. Articulações se difundiam em práticas cotidianas e aos poucos iam se entranhando nos territórios da cidade. Em síntese, elas queriam demonstrar sua força enquanto sujeito histórico e denunciar a imagem depreciativa muitas vezes atribuída a sua cor: “Tudo isso coloca a questão da luta pelo direito à expressão e da luta dos dominados pelo direito de se apresentar na cena histórica como sujeitos”⁵⁸. Estas mulheres vinham de um processo social e cultural de discriminação cristalizado por uma leitura excludente da história⁵⁹.

É importante ressaltar que, nesse período, a cidade era dirigida pelo governo Zaire Resende (1983-1988). Na oposição ao grupo político de seu antecessor Virgílio Galassi (1977-1982) (de postura mais conservadora e elitista), Zaire Resende buscava se consolidar como aberto à participação das camadas populares; estas, por sua vez, através da articulação em movimentos sociais, já vinham pressionando por uma

⁵⁵ MULHER NEGRA: DUPLAMENTE DISCRIMINADA. *Participação*, Uberlândia, p. 12, jan. 1987. Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

⁵⁶ Id. *ibid*.

⁵⁷ Id. *ibid*.

⁵⁸ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. *A pesquisa em história*. Op. cit. p. 20.

⁵⁹ Aqui nos referimos à história das grandes personalidades e seus feitos, difundida pela escola positivista em fins do século XIX.

participação mais direta. Este momento particular de ampliação das relações, proporcionado por uma nova perspectiva política, condizente como o processo de abertura política pelo qual o país passava, fomentou a mobilização dos grupos populares, como evidenciamos com a criação de diretórios, conselho e programas de apoio na administração Zaire, fruto de demandas colocadas por estes novos sujeitos em cena.

Dessa forma, as mulheres manifestavam-se contra uma política autoritária, anteriormente vivenciada no país, bem como a política instituída pelo grupo dominante na cidade, de Virgílio Galassi, que criava entraves aos projetos relacionados à questão da mulher e à participação das camadas populares na construção do governo⁶⁰. Pudemos constatar tal fato na fala da vereadora Nilza Alves de Oliveira (PCB) acerca da relação entre governo e populares, em entrevista publicada pelo jornal *Correio de Uberlândia* em julho de 1989:

[...] “a atual administração é extremamente conservadora, uma perfeita empresa privada a serviço de um grupo dominante que oferece muita resistência às reivindicações dos grupos comunitários”, afirma Nilza. E continua, “o atual prefeito [Virgílio Galassi] que quando deputado constituinte votou contra todos os projetos em benefício das mulheres, praticamente comanda seus vereadores na câmara...”⁶¹.

Vereadora pelo segundo mandato, em 1989, e representante da oposição na Câmara, Nilza de Oliveira se queixava do “pouco caso” do governo com as questões do povo, revelando o conflito existente entre dirigentes e camadas populares; aqui, em especial, as questões da mulher. Contudo, elas já estavam atuantes, colocando-se por meio da criação de associações e movimentos de bairro. A cartilha de apresentação e

⁶⁰ As administrações Zaire Resende e Virgílio Galassi polarizavam o embate entre dois grupos políticos da cidade. O primeiro, com uma proposta de promoção da participação popular, que se apresentava como um candidato do povo, comprometido com as causas sociais, cuja vitória, no processo eleitoral do ano de 1982, representou as mudanças que se instituíram por meio da emergência destes novos sujeitos históricos em movimento. Enquanto o segundo, com uma postura conservadora, representante da classe dominante (empresários, produtores rurais), pregava um discurso desenvolvimentista e progressista, de uma política comprometida com a modernização da cidade. Sua vitória no processo eleitoral do ano de 1988 representou a volta a velhos modelos, porém, não significou o silêncio destas camadas. Sobre essas forças sociais em disputa na cidade, ver o trabalho de Carlos Meneses Sousa Santos acerca da relação entre as camadas populares e a administração Zaire Resende: SANTOS, Carlos Meneses Sousa. *Democracia participativa e tensão social em Uberlândia: experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças*. 2006. 110f. Monografia (Bacharelado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

⁶¹ NILZA ALVES – A FORÇA POLÍTICA DA MULHER. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 11, 18 jul. 1989. Arquivo Público de Uberlândia, n. 135.

criação da Associação das Mulheres de Uberlândia (AMU), de 1988, expressa essa ação afirmativa das mulheres pela cidade, já no ano anterior à entrevista da vereadora:

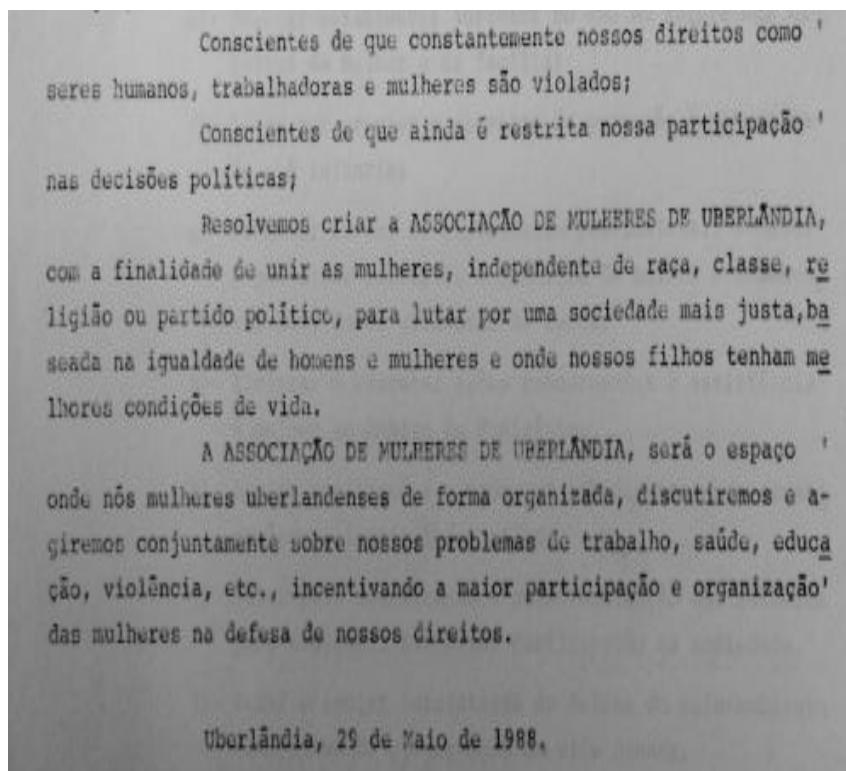


Imagem 9

Cartilha *Proposta de Carta de Princípios: Às Mulheres Uberlandenses*.

Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, 29 mai. 1988.

Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) D.d-01.

Entretanto, na leitura da cartilha uma frase particular nos chamou a atenção: “A Associação de Mulheres de Uberlândia, será “*o espaço onde nós mulheres uberlandenses de forma organizada, discutiremos e agiremos [...] incentivando a maior participação e organização das mulheres...*”. O trecho em destaque nos fez refletir acerca dos sujeitos envolvidos na criação da associação. Quem eram estas mulheres “organizadas”? Seriam as mesmas que lutavam nos bairros mais pobres da cidade? O enfoque na organização nos sugere que não. A nota de apresentação da vereadora Nilza Alves de Oliveira (PCB), em matéria do jornal *Correio* aqui citada, confirma o perfil das mulheres que compunham o quadro da AMU – “Nilza Alves é membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher-Câmara Municipal e da Associação das

Mulheres em Uberlândia”⁶², e permite aventar que as mulheres que participavam da associação eram ligadas à política, escolarizadas, de grupos que exerciam o poder na cidade. Mas esse fato não é suficiente para se desconsiderar a “organização” das mulheres das classes populares, que se juntavam a partir de ações coletivas nos bairros; que lançavam mão da fala da vereadora, da bancada de oposição na Câmara, para colocar questões; ou formavam outros tipos de associação, como as mulheres negras, para atender a demandas específicas mas nem por isso menos sociais ou menos políticas, como a dupla discriminação sofrida por elas na sociedade, a de cor e a de sexo, e construir uma identidade afirmativa, lutando pela formulação de políticas públicas condizentes com sua condição social, geralmente econômica e intelectualmente desfavorecida em relação às mulheres brancas.⁶³

As mulheres negras de Uberlândia que vinham participando do Movimento Negro Visão Aberta (MONUVA), constituído em um movimento paralelo às organizações de mulheres na cidade, tinham que constantemente se recriar enquanto movimento dentro do movimento de mulheres. Podemos notar essa característica na notinha publicada no *Correio de Uberlândia* em 1989, que, de modo breve, em poucas linhas, informava sobre atividade em comemoração ao Dia Internacional da Mulher no espaço do movimento, como atividade complementar à programação proposta por outros segmentos:

⁶² NILZA ALVES – A FORÇA POLÍTICA DA MULHER. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 11, 18 jul. 1989. Op. cit.

⁶³ Sobre este assunto, o trabalho de Marjorie Chaves Nogueira permite uma compressão das lutas das mulheres negras. Ver CHAVES, Marjorie Nogueira. *As lutas das mulheres negras: identidade e militância na construção do sujeito político*. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4751>. Acesso em: 4 abr. 2013.

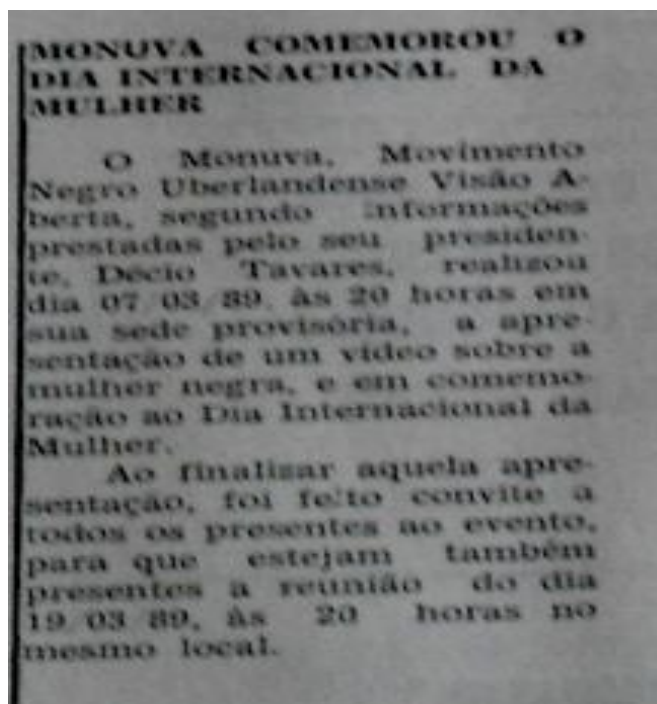


Imagem 10

Nota do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 9, 10 mar. 1989.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 132.

A nota do jornal *Correio* não traz mais detalhes sobre a atividade realizada no MONUVA, nem acerca dos sujeitos envolvidos nela. No entanto, podemos inferir que as mulheres negras procuravam ter sua identidade reconhecida e construíam caminhos alternativos de participação, que algumas vezes se desencontravam dos do movimento estritamente feminino, e em outras se cruzavam com suas lutas, como no caso da luta por mais espaço na cidade. Afirmavam-se na diferença, nas especificidades. Por outro lado, dentro do próprio movimento negro também havia perspectivas distintas quanto à forma de se colocarem, de acordo com as variadas vertentes do movimento.

Cabe aqui uma consideração sobre o movimento negro, embora não seja esse o foco desta dissertação. Um importante momento da organização de movimentos negros no país se situa na década de 1970 com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), o qual também contou com ampla participação feminina. Foi a partir desse contexto que diversos outros movimentos étnicos foram criados⁶⁴. Entretanto, as

⁶⁴ Utilizamos como referência o trabalho de Marjorie Nogueira Chaves sobre a atuação das mulheres negras dentro do movimento feminista, na construção de sua identidade política. CHAVES, Marjorie Nogueira. *As lutas das mulheres negras: identidade e militância na construção do sujeito político*. Op. cit. Outro trabalho que contribuiu para nossa compreensão dos movimentos negros, numa perspectiva

mulheres negras, além de enfrentarem impasses com os movimentos feministas, que por vezes deixavam de abordar questões específicas à sua condição, ainda enfrentavam dificuldades com o movimento negro de forma geral. Podemos ter uma ideia desta luta interna por meio do panfleto datado de 1991, com a divulgação das ações da SOF (Sempre Viva Organização e Formação), associação feminina da cidade de São Paulo:

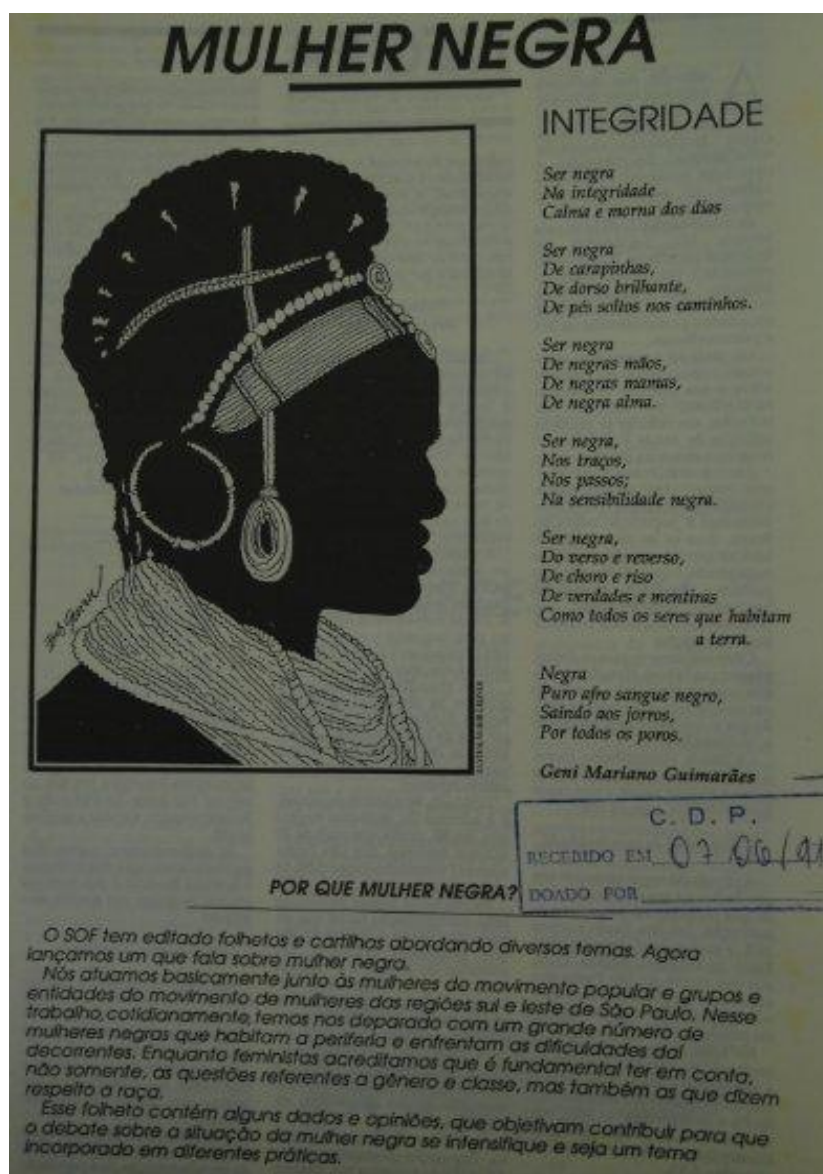


Imagem 11

Cartilha *Mulher negra. Reafirmação na negritude.*

Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, 7 jun. 1991.

Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) D.d-01.

diferente de Chaves, pode ser visto na análise desenvolvida por Fernanda Santos acerca da experiência política de homens e mulheres negros (as) a partir de práticas e manifestações culturais de sua etnia: SANTOS, Fernanda. *Negros em movimento: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais* (Uberlândia / 1984-2000). Op. cit.

O material da SOF complementa nosso referencial acerca das questões enfrentadas por estas mulheres, bem como revela a rede de relações entre os centros de documentação popular pelo país, no compartilhamento de materiais de formação e informação. A cartilha compõe a Coleção Centro de Documentação Popular, em Uberlândia, e, nesta perspectiva, traz informações sobre as lutas travadas pelas mulheres negras, com enfoque nos problemas por elas vivenciados dentro do movimento de mulheres e do movimento negro. Ao tratar das organizações feministas, o informativo da SOF enfatiza:

As mulheres negras possuem especificidades, e não são poucas, e lutam para que suas propostas e reivindicações sejam incorporadas e assumidas pelos movimentos sociais. Um dilema que se coloca hoje é saber se a questão da mulher negra é um eixo de luta do movimento feminista na medida em que a opressão das mulheres, enquanto gênero, é comum, mas enquanto raça e diferenciada⁶⁵.

Notamos que as mulheres negras lutavam para que suas questões fossem parte da ação dos movimentos sociais, assim como colocavam que a questão racial fosse uma demanda do movimento de mulheres, não apenas um eixo de sua atuação. Em relação ao movimento negro, elas também expressam sua preocupação acerca das lutas assumidas:

Já o movimento negro na busca de superação do racismo tem encaminhado suas lutas de forma generalizada, sem considerar as diferenças entre homens e mulheres – a discriminação sexual. Nós mulheres, somos uma grande parcela do movimento no entanto, nossas questões específicas são ainda periféricas⁶⁶.

Sabemos que a constituição de movimentos negros se deu de diferentes maneiras país afora, de acordo com as necessidades destes grupos, como também pudemos verificar em Uberlândia⁶⁷.

⁶⁵ Cartilha *Mulher negra. Reafirmação da negritude*. Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, 7 jun. 1991, s/p. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta (09) D.d-01.

⁶⁶ Id. *ibid*.

⁶⁷ Inicialmente, estes grupos se organizaram em torno do direito de expressar suas manifestações culturais. A partir daí surgiram diversos movimentos embalados pela luta de redemocratização política do

Todas essas afirmações colocadas pela SOF revelam as dificuldades e embates enfrentados pelas mulheres negras ao compor os movimentos sociais mencionados. Impasse que também podemos visualizar nas mobilizações de mulheres em Uberlândia. Porém, mesmo distante da forma ideal, elas se reconheciam no espaço conquistado pelo movimento negro ou nos movimentos de moradores de bairros pobres da cidade. Ali elas podiam expor suas questões específicas.

Notamos que, assim como as questões das mulheres pobres, as necessidades das mulheres negras eram outras em relação ao movimento de mulheres já presente na esfera política tradicional. Característica que as levava a defender outras bandeiras, que não só a de gênero, mas também a de etnia e de classe. O sujeito *mulher negra* se constituía a partir de outras bases culturais e sociais⁶⁸.

Dessa forma, as mulheres negras de Uberlândia trilhavam outros caminhos ao se mobilizar. Caminhos esses que convergiam em modos peculiares de se organizar, como na criação de movimentos representativos de sua classe e sua cor, onde se orientavam por outros valores (específicos da cultura negra), saberes e crenças, outros modos de vida, na periferia da cidade. Contudo, um aspecto nesta trajetória nos chamou a atenção: o parco espaço destinado a seus movimentos na imprensa local, o que nos fez indagar sobre qual era o lugar destas mulheres na cidade. Como eram tratadas? Na tentativa de respondermos a esta pergunta, retomamos aqui os apontamentos de Marta Emísia Jacinto Barbosa acerca da imprensa e suas redes de poder. Além do papel de “informar”, a imprensa atua como força ativa, instituindo sentidos para o presente e,

país e, pela luta contra o racismo em fins da década de 1970. Neste contexto, podemos observar, em Uberlândia: o MONUVA (Movimento Negro Visão Aberta), fundado em 1984; o GRUCON (Grupo União e Consciência Negra), criado em 1986; e o GRICONEU (Grupo Integração de Consciência Negra de Uberlândia), formado em 1989. São estes mais atrelados a uma postura ideológica e política, revelando, portanto, variadas formas de organização política da comunidade negra na cidade, bem como os distintos posicionamentos. Vale lembrar que o GRUCON é um movimento nacional, que passou a contar com uma sede aqui na cidade de Uberlândia. Todos estes aspectos compõem as distintas questões em torno das quais estes grupos se reúnem, assim como suas disputas internas e especificidades, no caso da inclusão das mulheres a estes movimentos e a incorporação de suas necessidades. Sobre estas questões, das variadas formas de correlação político-sociais entre estes grupos, bem como as várias formas de organização da comunidade negra uberlandense, ver: BARBOSA, Pedro; DOMINGUES FILHO, João. BARBOSA, Pedro; DOMINGUES FILHO, João. Os modos de organização política da comunidade negra de Uberlândia. *Horizonte Científico*, Uberlândia, v. 1, n. 7, p. 1-23, 2007, Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/4223/3164>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

⁶⁸ “A experiência é uma história do sujeito (Cf. SCOTT, 1999: 42). E para perceber a identidade das mulheres negras militantes, é necessário historicizar sua experiência com o feminino e com a negritude, e entendê-las como efeitos de discursos em um processo muitas vezes conflitivo”. Ver CHAVES, Marjorie Nogueira. *As lutas das mulheres negras: identidade e militância na construção do sujeito político*. Op. cit. p. 30.

consequentemente, edificando memórias, ou seja, é também prática social, como nos adverte a autora:

Nesta perspectiva a imprensa pode ser pensada não como mero veículo de informações, mas como agente social que produz ações, intervenções. É um ingrediente do acontecido, é parte dele, como disse Darnton, e não registro simples do que ocorreu.⁶⁹

Mais do que transmitir informações, a imprensa compõe o campo de debates, articula o repertório de práticas sociais ali presentes e, sobretudo, articula-se a propostas, projetos políticos e decisões sobre a cidade. Suas páginas podem revelar as intencionalidades dos grupos dominantes, aqueles que definem o que é importante que apareça ou não, para a manutenção do controle social. Nesse sentido, podemos compreender porque a imprensa uberlandense, ainda que de forma insuficiente, abria algum espaço para os(as) negros(as) da cidade, percebendo a força social que se gestava ali, neste momento de formação de movimentos negros em Uberlândia. Sendo a imprensa parte das relações sociais na cidade, como o embate entre diferentes forças sociais e interesses, o historiador necessita realizar um trabalho atento com uma narrativa sobre o acontecido que se apresenta como o próprio acontecimento e reivindica um lugar de verdade, de reprodução fidedigna da realidade social⁷⁰.

A solução encontrada por estes sujeitos era muitas vezes a produção de seu próprio material de informação e formação – boletins, panfletos, cartilhas e periódicos. Nesses, eles podiam expressar seus problemas a sua maneira, como também divulgar suas ações, fazer frente aos grupos que dominavam a imprensa local, produzindo um material alternativo a ela, assim como construir outras redes de comunicação, que acabavam por dialogar no embate de perspectivas entre estes sujeitos e os grupos sociais dominantes. É, portanto, nesse processo de disputa pela produção de memórias que vislumbramos a importância da criação de centros de documentação popular enquanto meio de resistência simbólica e material à cultura hegemônica em Uberlândia.

De acordo com o que mencionamos na introdução desta dissertação, o CDP - Centro de Documentação Popular, que havia sido criado em 1985 por iniciativa de um grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia, a princípio,

⁶⁹ BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. Op. cit. Ver p. 266-268.

⁷⁰ MACIEL, Laura A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telegráfo e imprensa. In: FENELON, Déia Ribeiro et. alii. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 14-40. Ver p. 15.

configurou-se como um espaço de assessoria do movimento sindical em Uberlândia, posteriormente incorporou a função de divulgação da história e da preservação da memória dos movimentos populares da cidade, com a participação de militantes dos movimentos sociais⁷¹. Vale destacar aqui a questão da institucionalização, que não deixa de ser uma forma de controle sobre as maneiras desses grupos se organizarem. Assunto que abordaremos mais adiante nesta dissertação.

Em meio a este contexto, as mulheres das camadas populares vinham se colocando no centro das questões debatidas na cidade e chamando a atenção para suas iniciativas. A criação de associações nos bairros era uma delas. A Associação Feminina do Bairro Tocantins (AFETO) veio somar com estes novos espaços de intervenção social elaborados pelas mulheres pobres e negras na cidade, como podemos acompanhar a partir da reportagem do jornal *Correio de Uberlândia*, de 1990:



Imagem 12

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 5, 8 mar. 1990.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 141.

⁷¹ Ver ROSA, Amanda Marques. *Memórias, histórias, movimentos sociais: mobilização, comunicação e projeto de luta* (Uberlândia-MG, anos 80). Op. cit. p. 48. Ver também sua monografia: ROSA, Amanda Marques. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias* (Uberlândia, 1985-1995). Op. cit.

A reportagem do *Correio* informa sobre atividades do Dia Internacional da Mulher, promovidas pela associação. No breve relato do jornal acerca do debate e das apresentações culturais que ocorreram na sede da AFETO, com a participação de moradores do bairro e convidados, notamos a expressividade das ações nos bairros, por onde estas mulheres se inscreviam na agenda da cidade, levando, assim, visibilidade a suas lutas.

Por meio da promoção de encontros nos bairros, elas saíam às ruas para protestar pelo direito a creches, ao ticket do leite, à participação na gestão pública. “Organizadas” ou não em espaços institucionais, estas mulheres lutavam por aquilo que acreditavam justo e passavam a inscrever nova pauta de justiça social na esfera pública:

As “lutas do dia-a-dia” eram o aprendizado da cidadania, modo pelo qual pensavam suas privações enquanto injustiças que poderiam ser sanadas se as pessoas injustiçadas se dispusessem a lutar por seus direitos. Elas brotavam das queixas do cotidiano, regadas por informações sobre modo possíveis de mobilizar-se para alterá-lo⁷².

Através da solidariedade social, da cooperação nas suas dificuldades cotidianas, como a creche, o alimento para as crianças menores, estas mulheres constituíram um processo de luta por direitos e de construção de identidades, que aos poucos adquiria força e visibilidade, subvertendo a ideia de “subordinação” das classes populares.

A matéria no jornal *Correio* de 1992, relatando acerca dos debates sobre as questões relacionadas às mulheres, que agora iriam para os bairros, revela a força de articulação política destas mulheres que, aos poucos, iam aprendendo sobre os mecanismos da vida política.

⁷² SADER, 1988: 210.



Imagem 13

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 6, 21 mar. 1992.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 163.

Ao pressionarem o poder público a levar os debates para os bairros, como observamos na realização da Semana da Mulher no Contexto Político, empreitada pela vereadora Normy Firmino (PSDB), as mulheres das camadas populares demonstram uma consciência dessa força e potencialidade política, ao apropriar-se deste momento para inserir suas questões, através desses eventos. É uma consciência desenvolvida justamente nesse espaço de sociabilidade, no fazer por elas mesmas, ponto a partir do qual constituem espaços de cidadania. É nas decisões tomadas em conjunto, na elaboração das lutas, que estas mulheres se dão conta de que estão construindo o espaço público em que vão atuar efetivamente para o combate às injustiças sociais cometidas contra as mulheres, contra os(as) trabalhadores(as), pobres, negros(as) e pela busca por viabilidade para suas questões. Assim, percebemos o movimento, nas relações imbricadas neste processo de formação social.

Partilhando dos apontamentos de E. P. Thompson⁷³ acerca da lógica histórica, notamos que esta formação obedece a uma lógica própria, particular ao processo no qual estes sujeitos estão envolvidos. Estas mulheres não se guiam por estruturas dadas, mas por suas próprias experiências com o político, desenvolvendo uma nova concepção de política. Sader fala dessa transformação política operada pelas mulheres das camadas populares ao analisar a constituição de movimentos sociais femininos a partir dos clubes de mães:

[...] E justamente a “revolução” de expectativas produzidas por essas mulheres esteve na busca de uma valorização da sua dignidade, não mais no estrito cumprimento de seus papéis tradicionais, mas sim na luta contra o que consideravam as injustiças de que eram vítimas. E, ao valorizarem a sua participação na luta por seus direitos, constituíram um movimento social contraposto ao clientelismo das relações tradicionais entre os agentes políticos e as camadas subalternas⁷⁴.

Verificamos um rompimento com a tradição sócio política de tutela e de cooptação e a invenção de novas formas de política. Ao constituir suas identidades enquanto sujeitos políticos, as mulheres pobres, negras, contrapunham-se à ideia de passividade e subordinação ante os grupos dominantes. Em Uberlândia, as mulheres das camadas populares também se lançaram no cenário político: criando espaços de debate, protestando, cobrando das autoridades, fazendo-se presentes na cidade. Sua *atividade* pode ser verificada por toda parte: na união no bairro para fazer funcionar uma creche ou nas marchas até a prefeitura para cobrar atendimento aos seus direitos, elas ocupavam os espaços da cidade e os reconstruíam.

Assim, estas mulheres construíam seu lugar na cidade. Um lugar que não era de silêncio, como alguns grupos intencionavam afirmar, mas um lugar de grande efervescência de ideias e práticas políticas, que não se restringia somente ao seu círculo de conhecimento, mas se lançava numa disputa por poder e espaço.

⁷³ THOMPSON, E. P. A Intervalo: a lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 47-62.

⁷⁴ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Op. cit. p. 222.

Capítulo 2

Um movimento “enfraquecido”?

2.1 Tensões e contradições: os sujeitos por dentro do movimento

Buscando as evidências que levaram a uma ideia de “enfraquecimento” do movimento de mulheres de Uberlândia, pretendemos discutir neste capítulo como as mobilizações das mulheres pobres e negras aparecem em diferentes períodos e momentos da imprensa na cidade, quem são seus interlocutores, bem como quem são os sujeitos por trás e por dentro do movimento, assim como o que significa ter alguma visibilidade nas páginas do jornal.

No decorrer do processo que culminou na formação de variados movimentos sociais populares, verificamos o nascimento de um novo sujeito político que se constituiu na luta por direito a ter direitos. Na ânsia de garantir aquilo que lhes era devido, estes “novos personagens”, homens e mulheres, conjecturaram a possibilidade de uma participação mais efetiva na construção do espaço político e construíram novas formas de fazerem-se presentes.

É notório que essas formas eram diferentes para os distintos agentes sociais em mobilização, que representavam posturas que diziam respeito ao grupo político e à classe em que se encontravam inseridos por uma infinidade de relações, bem como expressavam os projetos de cidade almejados por cada um destes grupos – populares e classe dominante. Como observamos, estas diferentes concepções se perfaziam nos modos de se organizar e identificar o que se constituía enquanto demanda para a luta.

Diante desse contexto de formação e emergência do movimento de mulheres em Uberlândia, podemos apontar alguns aspectos da dita “apatia e desmobilização” atribuída ao movimento feminino na cidade pelas organizações institucionalizadas. O que constamos é uma divergência de interesses norteadas pelo lugar social ocupado por estas mulheres, chegando mesmo a uma autonomia destas outras mulheres em relação

às organizações institucionais da cidade, como observamos em suas iniciativas nos bairros. Na verdade, o que verificamos é um intenso debate entre estes grupos.

Cabe aqui uma consideração acerca das mudanças decorridas ao longo do processo de constituição dos movimentos feministas. Ainda que este não seja o alvo de nossa investigação, acreditamos importante para a compreensão das mobilizações que se desenvolveram após o período dos anos de 1970-1980.

Os movimentos feministas surgidos nos anos de 1970-1980, assim como os chamados *novos movimentos sociais*, que se multiplicaram na cena pública, intentados em meio a governos autoritários e excludentes, trouxeram para o bojo das discussões sobre direitos e cidadania uma variedade de temas culturais, sociais e políticos, bem como uma diversidade de agentes sociais⁷⁵.

Os anos de 1980 foram significativos na luta por mais visibilidade no espaço público, por direitos e pela criação de órgãos representativos das mulheres, tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito municipal. No ano de 1985 cria-se o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Já em âmbito municipal observamos, na cidade de Uberlândia, a criação do Programa de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher, em 1986. Nesse momento, emerge uma nova configuração de movimentos, como o das mulheres das camadas populares, que vinham, cada vez mais, imprimindo suas experiências e trajetórias na luta feminista.

Na carta/convite, endereçada ao CDP, podemos notar esse (re)arranjo em relação à atuação destas mulheres. A carta, datada de 1988, traz informações a respeito da organização do I Congresso de Mulheres – A nova Constituição e a luta das mulheres, a se realizar em Uberlândia. Nela, a Associação de Mulheres de Uberlândia (AMU) convida as entidades populares, dentre elas o CDP, para debater neste encontro as questões fundamentais acerca dos direitos das mulheres aprovadas pelo Congresso Constituinte. O foco do encontro era discutir as questões à luz da luta para manter sua aplicabilidade na sociedade. Ressaltamos que este era um momento de retomada dos movimentos sociais de várias vertentes no contexto político, dentre eles do movimento

⁷⁵ “...a segunda metade dos anos 80 e anos 90 viram a proliferação de novas protagonistas cujas trajetórias político-pessoais diferiam de modo significativo das primeiras feministas [...] e cujas práticas diferiam às vezes da política cultural dos primeiros anos do feminismo”. Ver ALVAREZ, Sonia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos. Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Op. cit. p. 393-394.

de mulheres que agora buscava fazer valer os direitos conquistados na luta durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Na organização do evento constava a coordenação da AMU, e, entre suas integrantes, a vereadora Nilza Alves de Oliveira (PCB), demonstrando a operação deste segmento do poder para tratar com as mulheres das camadas populares, já que Nilza possuía uma boa relação com essa parcela da população, costurada por seu trabalho de base, visto que estas outras mulheres também constituíam “organizações”. O I Congresso de Mulheres se realizou em 1998. Apesar de na carata/convite não constar informação sobre local e data de sua realização, aventamos a hipótese de que tenha ocorrido nas dependências da Câmara Municipal, uma vez que a entidade promotora do congresso – AMU, mantinha estreita relação com o poder, contando inclusive com a participação de políticos da casa.

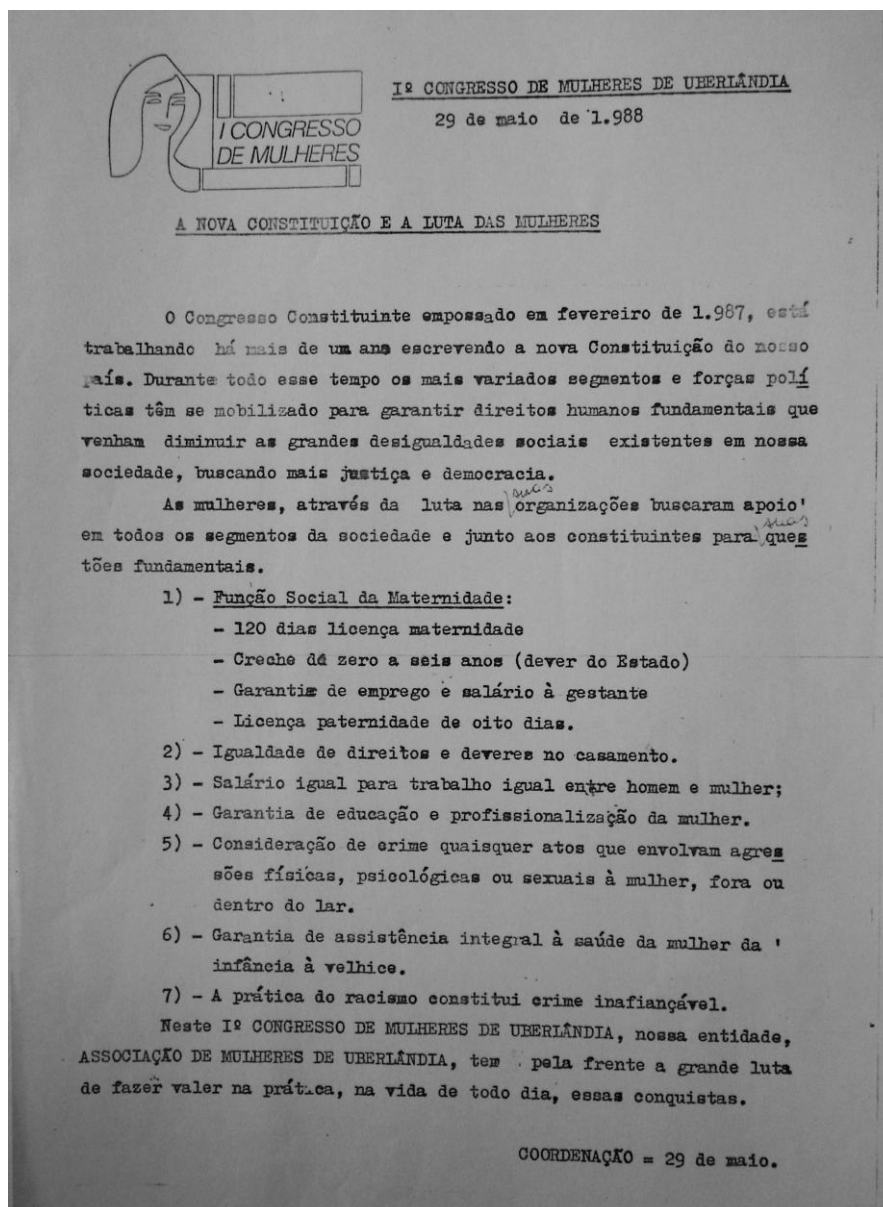


Imagem 14

Carta Informe sobre o I Congresso de Mulheres de Uberlândia.

Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, 21 maio 1988.

Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) Dd-03.

A carta da Associação de Mulheres de Uberlândia (AMU) representa este momento de luta e afirmação destas outras mulheres no espaço público. No trecho selecionado, podemos notar a diversidade advinda desta (re)configuração dos movimentos de mulheres, bem como o debate entre estes dois grupos sociais – integrantes da AMU e mulheres das camadas populares, através do emprego da palavra “suas” antes das palavras “organizações” e “questões”.

Na primeira versão da carta, lê-se:

As mulheres, através da luta nas organizações buscam apoio em todos os segmentos da sociedade e junto aos constituintes para questões fundamentais.⁷⁶

Na versão corrigida à mão, fica:

As mulheres, através da luta nas *suas* organizações buscam apoio em todos os segmentos da sociedade e junto aos constituintes para *suas* questões fundamentais.⁷⁷

O acréscimo da palavra “suas” (feito à mão) posteriormente ao texto, como é possível observar pela diferença de grafia em relação ao restante do texto que fora datilografado (ver imagem 14), despertou nossa atenção para a diversidade que formava o movimento de mulheres na cidade, uma vez que os movimentos populares, conforme evidenciamos, não estavam congregados na AMU. Esse fato sugere a tensão existente entre os movimentos de mulheres na cidade de Uberlândia, assim como demonstra que estes outros segmentos de mulheres cobravam espaço nas organizações de mulheres da cidade.

Verificamos, aqui, que não se tratava apenas de uma (re)configuração dos movimentos de mulheres, mas também de uma mudança no cenário político vigente e na consciência destes sujeitos, que não concordavam com o lugar de “invisibilidade” que a classe dominante atribuía a suas necessidades na cidade, muitas vezes não considerando suas demandas. Nesse sentido, a incorporação posterior da palavra “suas” ao texto já pronto da AMU representa mais que a constatação da diversidade presente no debate entre estes dois grupos, mas indica, sobretudo, que as mulheres das camadas populares estavam atentas aos projetos colocados para suas questões no âmbito institucional, reivindicando para si um conjunto específico de questões para a organização de um espaço próprio de luta, ainda que integrada à agenda mais ampla das lutas populares.

Os anos de 1990 marcaram esta luta frente ao poder da instituição. Com a criação de órgãos representativos das mulheres e a cooptação das questões femininas

⁷⁶ I CONGRESSO DE MULHERES DE UBERLÂNDIA. Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, 21 maio 1988. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta (09) D.d-03.

⁷⁷ Id. *ibid.*

pela agenda governamental, tornou-se crescente a busca por autonomia. E é essa “liberdade de decidir” que os grupos das camadas populares querem colocar. É evidente que as questões femininas saíram da condição de marginalidade que se encontravam antes da sua inserção no espaço público, no entanto, estes sujeitos procuravam se afirmar para serem reconhecidos no estabelecido pelo grupo dominante que se encontra frente às instituições. É o que observamos nas ações das mulheres pobres, negras na cidade de Uberlândia. Na verdade, estas formas de fazerem-se atuantes, como exposto no documento apresentado anteriormente, representa a reivindicação do direito de participar das decisões tomadas no âmbito institucional. O que também nos revela que não havia uma aversão das mulheres das camadas populares à instituição, mas aos modos de fazer da instituição – de cima pra baixo, sem considerar suas especificidades.

Conforme sugere E. P. Thompson, a *identidade social* dos sujeitos é ao mesmo tempo tradicional e rebelde⁷⁸. Isso explica o desejo dos grupos populares de serem incluídos nas instituições, ao mesmo tempo em que se colocam contrários às formas de atuação institucionais, como em relação a decisões na maioria das vezes tomadas a partir de uma hierarquia de poder, dinâmica oposta ao que acontecia nas práticas daqueles grupos populares, que se guiavam pelo coletivismo, pela participação.

É essa noção de coletividade que move estas outras mulheres na luta por reconhecimento de suas necessidades. Elas lutavam, portanto, para serem reconhecidas como alguém que pertence à cidade. Entretanto, esse *pertencer* significa mais que serem incluídas, estende-se à conquista de voz ativa nos assuntos administrativos. Daí o embate entre os grupos populares e a classe dominante. Se aquelas muitas vezes pareciam aceitar as condições da esfera política tradicional, terminavam por construir uma atuação paralela às tramas do poder, resistindo à sujeição imposta pelos dominantes através de suas práticas e experiências do viver a (na) cidade. Assim, pensamos que atribuir a estes sujeitos e seus movimentos o caráter de *desmobilizados* (maneira como as mulheres organizadas viam suas práticas) representa uma tentativa da classe dominante de anular, descaracterizar a importância e a representatividade de suas lutas. Outras vezes, vemos que os grupos no poder procuravam envolver as camadas

⁷⁸ “A identidade social de muitos trabalhadores mostra também uma certa ambiguidade. É possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde”. O autor recorre a esta questão ao tratar dos aspectos da cultura tradicionalmente instituídos e daqueles que são definidos pelas práticas dos sujeitos. Ver THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 20.

populares com as questões administrativas, a fim de manter sua hegemonia e o controle social sobre esta parcela da população.

Na correspondência do ano de 1989, percebemos o apelo às lideranças sindicais e populares para participarem de um debate organizado pelo poder público municipal, sobre a questão das creches, questão mobilizadora de muitos movimentos de mulheres nos anos de 1980, principalmente as de famílias pobres, que, precisando trabalhar fora, não tinham com quem deixar seus filhos, e, na falta de espaços como estes nos bairros, acabavam organizando coletivamente creches comunitárias. Essa prática denunciava a omissão do poder em relação a direitos básicos, como a educação. Não é por acaso que o poder público municipal insistia na importância da participação destas mulheres, que na maioria das vezes eram responsáveis pela constituição destes espaços nos bairros; realidade já presente na cidade de Uberlândia na década de 1980.

Uberlândia, 22 de novembro de 1.989

Prezados(as) Senhores(as);

No dia 30 de novembro/89, às 19:00 horas, no plenário da Câmara Municipal, realizar-se-á um debate sobre CRECHE, no qual contaremos com a presença de uma representante da Coordenação da Comissão de Creche do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Tal evento tem por objetivo mobilizar e sensibilizar o conjunto das mulheres trabalhadoras, lideranças sindicais e populares, autoridades constituídas em torno da questão "CRECHE". Neste sentido convidamos esta entidade para participar do debate. Temos a certeza que a presença desta entidade em muito contribuirá e qualificará a discussão.

Esta atividade está sendo promovida pela Associação de Mulheres, pela Associação de Apoio ao Menor de Uberlândia e pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal.

Contamos com a participação de todos ! !

Atenciosamente

COMISSÃO ORGANIZADORA.

AO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO POPULAR DE UDI - CDP
N E S T A

Imagem 15

Correspondência A Associação das Mulheres, Associação de Apoio ao Menor de Uberlândia e a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Municipal solicitam a presença das mulheres trabalhadoras, lideranças sindicais e populares para discutirem questões vivenciadas pelas "creches".

Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, 22 nov.1989.

Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) C.R-001.

A correspondência endereçada às mulheres trabalhadoras e lideranças sindicais e populares conclama a participação destes segmentos no debate sobre creche.

Evidencia-se o esforço desse grupo, aliado ao poder municipal, para “inserir” essas mulheres das lideranças sindicais e populares na discussão, legitimando o controle sobre os grupos em mobilização na cidade, assim como procurando envolver os dissidentes nos assuntos administrativos, numa pretensa relação de “cumplicidade”, já que, como se vê pelo caráter convocatório da correspondência, essas outras mulheres não estavam incorporadas desde o início dos trabalhos. Outro ponto relevante é o destaque dado à presença de uma representante do CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a fim de salientar a importância do encontro.

O encontro foi marcado para se realizar na Câmara Municipal, onde, como o texto da correspondência ressalta, contariam com a presença das “lideranças” destes grupos de mulheres. Dessa forma, podemos concluir que essa participação se dava por um modelo estabelecido de atuação social, que buscava reunir as práticas sociais no padrão imposto pela instituição⁷⁹. Como visto anteriormente neste trabalho, as mulheres das camadas populares estavam organizando creches comunitárias em seus bairros, muitas vezes mantidas com recursos próprios e com a ajuda dos moradores (mães trabalhadoras), ao mesmo tempo em que cobravam um posicionamento do poder público municipal a respeito dessa questão prioritária para a população dos bairros pobres da cidade. Contudo, a partir da tensão entre estes diferentes grupos (populares e classe dominante), verificamos, mais do que um simples debate político, mas também um debate acerca das maneiras de fazer, da *prática política*. O enfoque nas lideranças como condição para a participação efetiva das mulheres das camadas populares é um expoente deste debate sobre as maneiras de fazer.

Nesse debate, também se evidenciava um conflito no campo dos valores tanto quanto de suas necessidades na cidade, conflito por valores que eram negados pelo modo de fazer da política tradicional, pela prática daqueles que se encontravam no poder. A centralidade na figura dos representantes das associações é um exemplo dessa negativa, uma vez que os demais integrantes dos movimentos de bairro se sentiam

⁷⁹ “Essa política de organização das populações empobrecidas da cidade em instituições representativas revela o modelo de participação permitida pelo poder público”. SANTOS, Carlos Meneses Sousa. *Democracia participativa e tensão social em Uberlândia: experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças*. Op. cit. p. 67. Conforme o autor ressalta, este modelo de participação por meio da organização nas AMs (Associações de Moradores) começou a ser desenvolvido em Uberlândia no governo Zaire Resende (1983-1988). Observamos que, após o seu mandato, ocorreu uma apropriação deste modelo para servir aos interesses do grupo então no poder, representado por Virgílio Galassi, visto que as eleições de 1982 revelaram as mudanças ocorridas a partir da emergência destes sujeitos no cenário público, bem como sua insatisfação com o modelo tradicional de governar, que por muito tempo se alternou no comando da cidade.

apartados da relação com o poder e concebiam o representante como alguém *diferente* deles, na medida em que este se encontrava numa relação direta com as instâncias da administração municipal.

Segundo Carlos Meneses Souza Santos, este conflito se revela nas experiências destes sujeitos moradores de bairros pobres da cidade que já vinham lutando por melhorias em suas condições de vida anteriormente às formas instituídas pela administração Zairista e nas mudanças que se seguiram posteriormente⁸⁰, que fazia com que eles se sentissem fora da relação entre poder público municipal e a associação de moradores.

Percebemos que estas outras mulheres pobres, negras tinham em suas práticas outro modo de viver a (na) cidade e de atribuir significados àquilo que o poder via como (des)ordem, mas que para aqueles sujeitos também era uma forma de *resistir* e de *(re)afirmar* sua cultura frente ao grupo dominante.

Nesse sentido, o que parecia “apatia” para as organizações que se beneficiavam de alguma forma da ligação com o grupo que exercia o poder, para as mulheres das camadas populares, se constituía em mais uma forma de se colocar, de intervir na dinâmica estabelecida pela classe dominante para que este segmento tivesse “acesso” às decisões sobre a cidade, conseqüentemente sobre suas condições de vida.

Com isso, podemos aventar que as lutas destes sujeitos compunham-se pelo elemento do seu cotidiano, dos seus modos de vida e trabalho, que se convertiam em diferentes linguagens. Lembrando do que foi levantado anteriormente nesta dissertação, linguagem aqui é compreendida enquanto expressão política; como forma de luta. É deste aspecto das “relações expressas e formuladas em linguagem” que Eric Hobsbawm nos fala, e que vemos sendo construído nas mobilizações destas mulheres:

... os aspectos sociais ou societais da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos de seu ser [...] Não podem ser separados, mais que por um momento, dos modos pelos

⁸⁰ “Após a vivência das expectativas da administração Zaire Resende, a precariedade e as demandas sociais não deveriam mais ser ‘ignoradas’, pelo menos não como antes. Não poderia o ‘novo prefeito’ recomeçar de uma folha em branco a ‘impressão do progresso’ pois muitas pessoas haviam experimentado a possibilidade de novas relações. E mesmo que estas não se fizessem presentes em suas vidas por meio de realizações, eram reais em seus modos de viver e se faziam presentes no campo de lutas agora estabelecido. Esta condição exigia retratação histórica por parte do político chefe do Poder Executivo, e ele, não tendo nesta medida os interesses do seu grupo contrariados, mas sim preservados, o fez”. SANTOS, Carlos Meneses Sousa. *Democracia participativa e tensão social em Uberlândia: experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças*. Op. cit. p. 92.

quais os homens obtêm seu sustento de suas ideias, já que suas mútuas relações são expressas e formuladas em linguagem que implica conceitos no momento mesmo que abrem a boca⁸¹.

Na realidade, elas não estavam “desligadas” do movimento organizado, nem se negavam a participar de suas atividades, como sugere a convocação para o debate sobre creches promovido pela AMU e por parceiros, aqui mencionada; mas trabalhando a partir de outra linguagem que não era a das mulheres políticas ou a do poder executivo municipal e, sim, a do engajamento na comunidade, da luta por pequenas melhorias nestes locais de moradia, que, quando conquistadas, proporcionavam oportunidade para que elas se inserissem em novas lutas, uma vez que ter uma rua asfaltada, transporte no bairro, além de questões legislativas, como a Lei de Creches, também significam, para estas trabalhadoras, direitos da mulher. Por isso, insistimos no conflito de posturas entre estes grupos – mulheres das camadas populares e mulheres da classe dominante.

Por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em março de 1990, o jornal *Correio* produziu uma reportagem que tratava de questões envolvendo a discriminação contra a mulher e sua emancipação. Chama nossa atenção o contraste entre o modo como o texto do jornal se referia a estas outras mulheres e às maneiras como elas se organizavam em sua comunidade, demonstrando consciência em relação aos acontecimentos que lhes diziam respeito:

⁸¹ HOBBSAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 83-105. Ver p. 87.

Correio

Dia Internacional da Mulher é comemorado hoje sem entusiasmo

Uberlândia - Hoje, 8 de março, é Dia Internacional da Mulher. Apesar de poucas mulheres sabermos da comemoração de seu dia, ele é festejado em todo o mundo com o aval de importantes organismos internacionais, como a organização das Nações Unidas. É o caso de Edna Siqueira Araújo, 27 anos, do lar que espera que nesta data tenha mais reflexões sobre os problemas enfrentados pela mulher tanto no serviço quanto no lar. "Eu estou em casa, desempregada porque nenhuma firma contrata mulheres casadas e com filhos", enfatizou.

Para ela, até mesmo a liberdade de uma mulher dentro de casa é vista de maneira diferente. "Os homens pensam que nós somos menos que eles", destacou. A costureira leda Maria Português, 28 anos concorda com Edna quanto à discriminação que existe no trabalho para as mulheres casadas. Ela reconhece que até hoje, várias conquistas foram obtidas principalmente no que diz respeito a trabalhar fora de casa. "Mas, mesmo com a conquista, a licença maternidade tem provocado este problema, pois está cada dia mais difícil arrumar emprego", ressaltou.

A dona-de-casa, Josefa de Oliveira, 55 anos e que no dia 18 de fevereiro foi premiada pelo Caminhão do Faustão observou que a mulher que trabalha no lar é a que mais sofre discriminações. "Além de trabalhar em casa tem que ajudar no pagamento e ganhar dinheiro por fora. Porque, hoje em dia, tem que ajudar o marido a sustentar a casa", protestou. Para ela, as que conseguem aposentar, o valor que ganham não dá "para nada".



Josefa de Oliveira: "a mulher que trabalha no lar é a que mais sofre discriminações"

"Março Mulher" discute emancipação

Uberlândia - A situação da mulher, o cumprimento dos seus direitos na nova Constituição e as suas entidades de organização são temas do Projeto "Março Mulher" que está sendo executado durante este mês pelo Programa de Defesa dos Direitos da Mulher da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.

Segundo a coordenadora do Programa, Soledad Requenha, "apesar das conquistas obtidas com a nova Carta a mulher ainda enfrenta muita discriminação no trabalho, principalmente quando exerce uma mesma função que o homem e recebe um salário menor. A outra conquista citada pela feminista, e que não vem sendo aplicada é a licença maternidade de 120 dias. Neste caso, as próprias mulheres, diz ela, "ainda não compreenderam que o pagamento do salário-maternidade não representa despesas nem para o empresário nem para o governo".

Todos os aspectos da luta pela emancipação da mulher estarão em discussão no "Março Mulher". Hoje a Associação Feminina do Bairro Tocantins promove um encontro para comemorar o Dia da Mulher. No próximo dia 13 estará em exibição o vídeo "Vera", que retrata a vida de uma menor na Felben (Fundação do Bem-Estar do Menor), no dia 5 o vídeo a ser exibido vai retratar os Direitos das Trabalhadoras Domésticas. No dia 23 uma mesa redonda vai avaliar e traçar perspectivas do movimento de mulheres e no dia 25, no encerramento, será realizada a oficina da mulher no Bairro Tocantins.

Imagem 16

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 5, 8 mar. 1990.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 141.

Ao relatar as dificuldades vividas pelas mulheres na sociedade e expor a falta de entusiasmo na comemoração do Dia Internacional da Mulher, a reportagem destacava: "poucas mulheres sabem do seu dia [...] É o caso de Edina Siqueira, 27 anos, do lar"⁸². Na maneira como o jornal se reportava a essa mulher, é possível entender a marca de incapacidade atribuída às experiências que não compõem o quadro de

⁸² DIA INTERNACIONAL DA MULHER É COMEMORADO HOJE SEM ENTUSIASMO. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p.5, 8 mar. 1990. Arquivo Público de Uberlândia, n. 141.

“pessoas importantes”, é como se a entrevistada vivesse aleia ao mundo a sua volta. Diante do exposto nessa frase, fica evidente o lugar de “(des)informação” e “inconsciência” atribuído às mulheres que não se encontravam vinculadas aos grupos dominantes, às instituições. Constatação presente também na maneira como a coordenadora do Programa de Defesa da Mulher da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, Soledad Requena, se referia ao entendimento das mulheres trabalhadoras sobre os direitos de as contemplam. Ela enfatizava que as próprias mulheres não compreendem o funcionamento da licença maternidade. Entretanto, contraditoriamente não é o que demonstrava uma pequena nota, dentro da mesma reportagem, que informava acerca da promoção de discussões sobre os problemas da mulher, que aconteceria na sede da AFETO. Em comemoração ao Dia da Mulher, a Associação realizaria exposições de vídeos, debate sobre os direitos das trabalhadoras domésticas, sobre o movimento de mulheres, além de oficinas no bairro Tocantins. Apropriando-se dos momentos de debate instituídos pelo poder, observamos que a AFETO aproveitava a ocasião para inserir as atividades da associação no Projeto “Março Mulher” do Programa de Defesa dos Direitos da Mulher, da administração municipal. Nesse tocante, notamos uma expressividade das organizações constituídas nos bairros, a contradizer a imagem construída pelas “mulheres organizadas” sobre estas outras mulheres pobres e negras.

Suas atuações centravam-se nos assuntos que permeavam a constituição da melhoria de vida na comunidade e era daí que surgiam outras bandeiras, como a do movimento de mulheres. Foi bem assim que se formou a Associação Feminina do Bairro Tocantins (AFETO) como veremos mais detidamente neste trabalho. O que salientamos é que o movimento não se encontrava “desmobilizado”, “apático”, mas sim se constituía por uma intensa dinâmica em suas formas de atuar a partir da emergência destes novos sujeitos no cenário público. Suas práticas exigiam, portanto, novos olhares, tanto por parte daqueles(as) que iniciaram esta luta, quanto de nós, historiadores, que escolhemos investigar suas mobilizações. Fica claro para nós que estava se desenhando uma mudança nesse cenário que não podia passar despercebida aos estudos em história.

Ainda que a imprensa privilegie a classe dominante em seus projetos para a sociedade uberlandense, podemos retirar das suas próprias entrelinhas argumentos que confirmam o envolvimento destas outras mulheres nas questões levantadas pelo movimento das mulheres organizadas, como a iniciativa de debater e enfrentar as

mudanças colocadas pelo movimento, organizada pelas mulheres do bairro Tocantins, por exemplo.

A imprensa é espaço de disputa por memória e, dentro desse campo, gravitam distintos interesses sobre o que preservar e o que apagar da memória do público leitor na construção de sentidos para o presente. Assim, o jornal se constitui enquanto um elemento para forjar o passado que se deseja reificar.

É preciso pensar os “domínios” que produzem memória. Nesse, sentido, não só jornais devem ser pensados como “senhores”, que articulam campos de poder e memória, e que precisam ser tornados visíveis, mas toda a rede midiática que converge força para determinar parâmetros para vida social⁸³.

O que Marta Emisia Jacinto Barbosa salienta são as diversas relações envolvidas nesse processo, ou seja, os grupos os quais o jornal representa; os projetos políticos; os personagens que determinam o que é notícia na cidade. São eles os responsáveis pela imagem de “desmobilização” atribuída a estes sujeitos e seus movimentos na cidade. Sabemos que o grupo que o jornal representava – políticos da linha conservadora e empresários – se empenhava na construção de um modelo de cidade onde esses sujeitos – trabalhadores, moradores dos bairros populares – não tinham lugar ativo. Porém, as iniciativas e lutas destes trabalhadores e moradores dos bairros populares nos apontam o contrário: que eles(elas) estavam mobilizados pelo direito à cidadania.

É importante destacar também as outras relações que compõem esta rede, como as estratégias destes sujeitos para atribuir visibilidade a suas lutas. Mesmo dentro do espaço controlado do jornal, o clamor à atenção para as questões do bairro, da mulher nas regiões carentes da cidade, abre espaço para ocuparem novas páginas que não somente a página policial, muitas vezes a única atribuída a esta parcela da população.

Ao abordar as iniciativas destas mulheres nos deparamos com estes conflitos, que se perfaziam também na relação entre elas e as “mulheres organizadas” que na maioria das vezes partilhavam interesses com aqueles grupos aqui elencados, de políticos da linha conservadora e empresários. Era um conflito que refletia diretamente no modo como elas concebiam a organização dessas outras mulheres, enquanto

⁸³ BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes et. alii. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. Op. cit. p. 268.

“assistencialista”, destoante do que creditavam como legítimo movimento feminista. As opiniões eram divergentes, assim como a forma de reivindicar. Era comum para as mulheres das camadas populares a postura de protestar, reclamar, exigir, mais do que a de solicitar, como faziam as “mulheres organizadas”, numa relação amistosa com o poder; já essas outras mulheres sabiam que não existia esta relação amistosa entre suas demandas e os interesses do poder público. Faziam-se necessários outros recursos que passavam pelo exercício de gerir, de cuidar de sua comunidade, diante do quadro de negligência que encontravam. O que, para as mulheres alinhadas ao poder, significava retrocesso, mas que, para as mulheres das camadas populares, representava uma gradação importante no processo de sua formação para a luta. É por isso que, de acordo com Marcos Silva, a discussão sobre as lutas sociais e a discussão sobre linguagens devem estar articuladas:

A discussão sobre quem domina quais linguagens, portanto, põe em cena a questão da luta pelo direito à palavra (e a outras unidades de diferentes linguagens), por sua vez, elemento de luta dos dominados para se apresentarem na cena histórica como sujeitos⁸⁴.

Percebemos que o conflito vai além das formas da atuação, passando também pelo *dizer* desse atuar. Sendo a linguagem espaço de dominação, mas também de luta contra os valores sociais vigentes, como nos indica Marcos Silva, verificamos que é imprescindível para estes sujeitos o poder da fala, do expressar seu cotidiano no movimento, pois a linguagem também é poder e forma de se inscrever na cena pública. Assim, podemos dizer que havia mais que um debate entre diferentes maneiras de atuar, também um confronto entre diferentes *linguagens*, que evidentemente não eram as mesmas para os dois grupos – “mulheres organizadas” e mulheres das camadas populares.

Estes grupos podiam se encontrar em alguns momentos, como na defesa dos direitos da mulher, contudo se separavam quando suas demandas esbarravam nas tensões existentes entre essas outras mulheres e os interesses que uniam as “mulheres organizadas” e o poder público, como o modelo de organização institucional. Ainda assim, falavam de lugares sociais divergentes.

⁸⁴ SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 11, 45-61, set. 1985/fev. 1986.

Portanto, pensar no movimento de mulheres pressupõe indagarmos também sobre as formas como estas “linguagens de luta” eram construídas nos meios de comunicação em circulação na cidade.

2.2 Entre páginas e tramas: rastros de um movimento

Conforme observamos, a imprensa, no caso do nosso estudo, *o jornal impresso*, não possui somente o papel de informar o público leitor, mas também de orientar atitudes acerca dos assuntos que veicula. Nesse sentido, o jornal partilha dos interesses, dos projetos daqueles que financiam a grande empresa em que a imprensa se transformou⁸⁵.

Podemos notar essa característica mais facilmente na ideia de cidade – do progresso, desenvolvimentista – pregada ao longo das páginas do *Correio de Uberlândia*, que representava os interesses, os projetos daqueles que estavam no poder (políticos e empresários) e que financiavam os meios de comunicação em circulação na cidade, ou seja, que gerenciavam a “informação”. Já no *Participação*, notamos outra postura: destaque para a união, o coletivismo dos sujeitos em diálogo com o poder público. Abundam notícias sobre iniciativas de moradores dos bairros carentes da cidade e, dentre estas, algumas atuações de mulheres. Entretanto, não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que não havia intenções por trás desta que se colocava como a “imprensa redentora” dos populares. No decorrer do exame dos dois jornais, ficam claros os posicionamentos políticos construídos ali.

Em plena disputa pelo poder municipal, o jornal *Participação* se constituiu como um meio de divulgação da proposta de democracia participativa colocada pelo grupo de oposição à política do grupo de Virgílio Galassi. Formado por Zaire Resende, buscava o comando da cidade nas eleições de 1982. Após o período eleitoral e com a vitória de Zaire, o periódico continuou sendo produzido, agora, pela Assessoria de Comunicação do município, destacando o envolvimento do “novo” governo com as causas populares e as conquistas advindas dessa aproximação, uma verdadeira

⁸⁵ “... na sociedade capitalista, comercializam essa mercadoria especial que é a informação. São meios que vendem informação: quem controla a informação controla o poder”. Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. XV.

propaganda deste grupo. Nesse tocante, podemos afirmar que o destaque para as iniciativas populares, as organizações nos bairros, não estava ali por acaso, mas marcava a disputa entre o “velho” modelo de governar e o “novo”, numa busca de afirmação deste grupo na cidade junto àqueles que se mantiveram no poder e aos populares, que almejavam uma postura política diferente da que vinha imperando em Uberlândia. Assim, estes personagens se inscreviam nas páginas dos jornais locais⁸⁶.

Cada um destes personagens compõe aquilo que constitui o jornal, bem como o que não deve fazer parte de seu corpo de notícias de acordo com as parcerias e disputas que se estabelecem aí. É para esse aspecto que voltamos o nosso olhar – para a dimensão que forma o jornal que interfere diretamente no senso comum e que se espalha pela cidade.

Cabe aqui uma consideração a respeito do avanço temporal efetuado. Nosso foco no *Correio* se justifica pelo término da produção do jornal *Participação* em 1988, com o fim do governo Zaire Resende, como também pela mudança de postura daquele jornal após a experiência de participação popular vivida no governo Zaire. Entretanto, como o jornal *Correio* era financiado pelo grupo dominante (políticos e empresários), reportar-se a tais mobilizações significa dizer que o governo agora novamente no comando da cidade (Virgílio Galassi) também apoiava este conjunto da população. Sendo o jornal também um meio para chegar até este grupo, um mecanismo de controle social, não poderia ignorar a atuação destes sujeitos, necessitando adaptar-se, então, ao momento vivido anteriormente, ainda que, na relação com a forma como a atividade desse grupo na (pela) cidade era noticiada, omitissem muitos aspectos de sua verdadeira organização.

O *Participação* iniciou suas atividades como um informativo sobre a campanha de Zaire para as eleições de 1982 e divulgação da proposta política de democracia participativa. Após a vitória do candidato, tornou-se um periódico de promoção de suas ações políticas junto aos populares, veículo de propaganda das ações da administração municipal. Com o término da administração de Zaire Resende e a retorno de Virgílio Galassi à prefeitura, com um projeto que enfatizava o desenvolvimento material da

⁸⁶ “... os percursos de constituição das imagens, dos textos escritos, da publicidade na imprensa, nos diferentes espaços, invadem a cidade, atravessam campos de interesses diversos que se coadunam ou se conflitam entre fotógrafos, repórteres, proprietários, governos, leitores, a interferir na rede que produz e faz circular notícias, saberes, opiniões”. Ver BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes et. alii. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. Op. cit. p. 270.

cidade e se distanciava, portanto, do caráter participativo popular, começamos a observar, na imprensa local, uma desvalorização das iniciativas populares, como formas, não organizadas de diálogo com o poder público, bem como uma produção de matérias referentes às atividades destes grupos apenas esporádica ou mesmo a inexistente em alguns volumes do *Correio*.

Quando se fala em 1990, em desmobilização dos movimentos femininos no jornal *Correio* – “Movimento de mulheres está desarticulado”⁸⁷ – se quer passar uma ideia de movimento que atende a determinados interesses e expectativas, no caso o do grupo no poder.

No entanto, as evidências colhidas no próprio jornal do ano seguinte, em 1991, indicam outras possibilidades:



Imagem 17

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 1, 3 de mar. 1991.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 151.

⁸⁷ MOVIMENTO DE MULHERES ESTÁ DESARTICULADO. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 5, 9 set. 1990. Arquivo Público de Uberlândia, n. 146.

A reportagem do *Correio*, em 1991, expõe a mobilização de diversos segmentos num debate sobre a condição feminina, dentre eles o movimento de consciência negra. A partir dessa evidência, indagamos: se o movimento se encontrava “desmobilizado”, por que estes segmentos estavam se organizando? Não seria a diversidade de propostas e de linguagens de mobilização que estava em debate, revelando os diferentes interesses de cada grupo – as “mulheres organizadas” e as das camadas populares?

Na reportagem, identificamos a preparação de uma extensa programação para marcar o Dia Internacional da Mulher, dada a referência à participação de diversas entidades – partidárias, sindicais, pastoral operária, movimentos negros e populares –, o que demonstra a plena atividade destes sujeitos. Na colocação de uma das integrantes destes movimentos, podemos observar a preocupação que mobilizava estas mulheres – “para a sindicalista Maria de Fátima Lucena, as reivindicações do movimento feminista hoje são ‘pela conquista de liberdade enquanto mulher, aliada à dignidade da mulher dentro do trabalho’”⁸⁸.

Percebemos a preocupação destas “outras mulheres” com as questões trabalhistas, prioridade levantada nos anos de 1990, tais como as questões acerca da saúde e da violência contra a mulher: indicativo da emergência da mulher no mercado de trabalho. Para as mulheres das camadas populares, sair de casa para trabalhar representava mais do que liberdade, como também uma necessidade diante da carência em que muitas famílias viviam em algumas localidades da cidade e da crise econômica vivida no período. Essa preocupação com a condição da mulher trabalhadora motivava discussões variadas, como a discussão sobre condições de vida e economia.

No cartaz informativo, percebemos a organização dos trabalhadores e trabalhadoras na promoção de um seminário, com a duração de dois dias, sobre a crise econômica e como essa afetava a condição de vida do trabalhador, entre eles da mulher trabalhadora. O seminário se realizaria nos dias seis e sete de abril no Instituto Cajamar, importante centro de formação política do movimento sindical, social e partidário, criado pela CUT no Estado de São Paulo, em meados dos anos de 1980, momento

⁸⁸ COMEÇA AMANHÃ A PROGRAMAÇÃO PARA O DIA DA MULHER. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 1, 3 mar. 1991. Arquivo Público de Uberlândia, n. 151.

histórico de efervescência da luta das classes trabalhadoras, marco dessa tomada de consciência de si enquanto classe. A presença deste documento na Coleção CDP permite perceber uma ligação entre estes sujeitos e seus movimentos, evidenciado pela fala da sindicalista de Uberlândia, Maria de Fátima Lucena.

Retornando ao cartaz, outro aspecto que chamou nossa atenção foi o desenho localizado abaixo do texto informativo, retratando trabalhadores (homens e mulheres) de mãos dadas, um ao lado do outro, símbolo do desejo de igualdade entre os sexos no campo do trabalho.

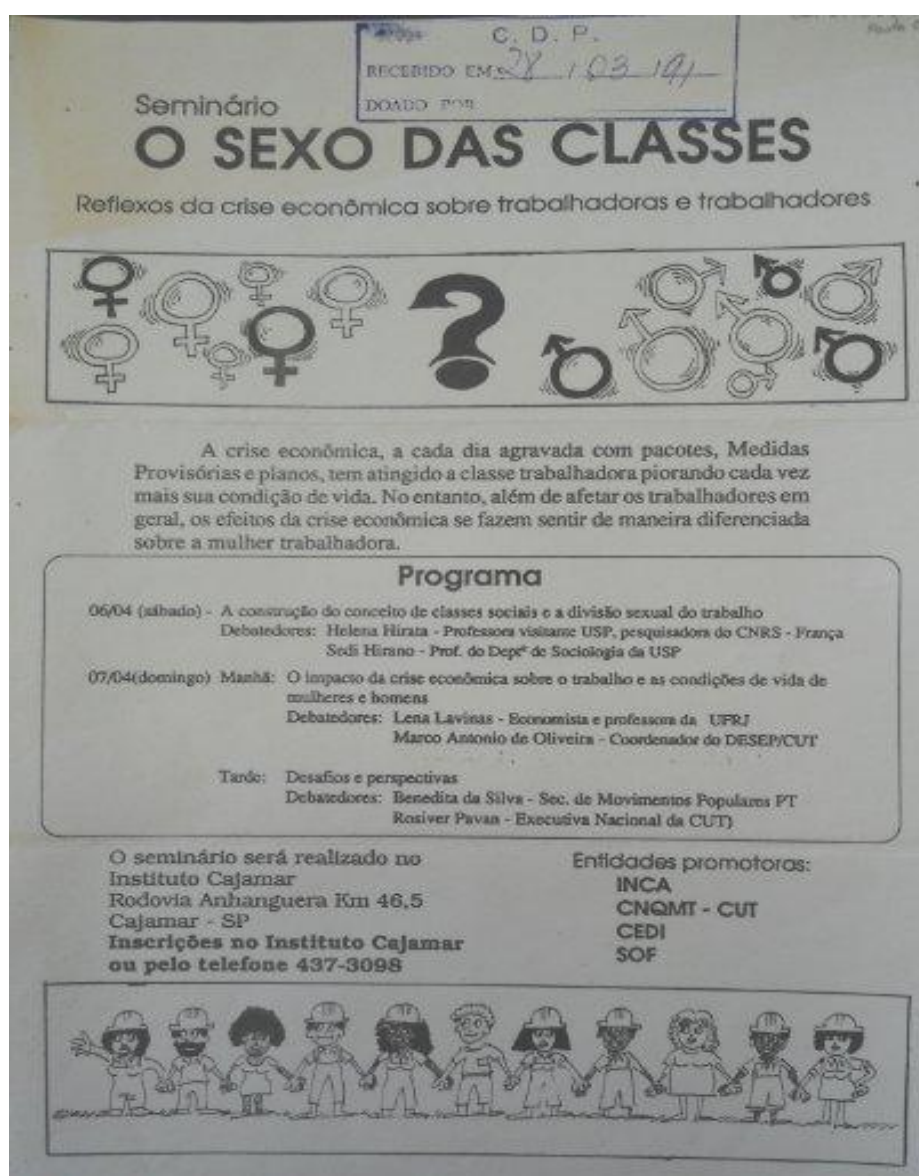


Imagem 18

Cartaz *O sexo das classes*. Reflexo da crise econômica para trabalhadoras e trabalhadores.

Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, s/d.

Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) C.d-03.

O cartaz informativo não apresenta data, entretanto estimamos que o mesmo seja do ano de 1991 devido à proliferação de questões relacionadas ao trabalho feminino, como constamos anteriormente na divulgação de um encontro do gênero, no jornal *Correio*. O cartaz traz informações de um encontro semelhante para debater a diferenciação de tratamento à mulher trabalhadora. Participam do debate, além de entidades sindicais como a CUT, organizações de mulheres, como a SOF, associação feminina do Estado de São Paulo.

Aqui, embora não seja o foco do nosso trabalho, acreditamos ser importante trazer algumas observações sobre as mulheres na Coleção CDP. Percebemos uma exposição mais constante e expressiva das questões femininas nos jornais, ainda que não seja o espaço desejado pelas organizações de mulheres, principalmente as populares. Na Coleção CDP aparecem poucos dados sobre a movimentação feminina na cidade de Uberlândia. Há um destaque para as questões trabalhistas em geral – a mulher no mercado de trabalho; a mulher no campo; e sindicais –, organização de mulheres trabalhadoras, como mostra o cartaz. É possível aventar que isso se deva à própria criação e formação do Centro de Documentação, que começou suas atividades como um espaço de assessoramento sindical, convertendo-se mais tarde num espaço de guarda dessa documentação produzida pelos movimentos sociais populares da cidade, visto que não havia um local destinado a este fim em Uberlândia.

Outro aspecto que para nós sustentou essa característica da Coleção é o fato de se tratar de um espaço sob os cuidados da universidade, órgão institucional, o que pode ter gerado uma ideia de distanciamento, principalmente entre aqueles grupos de mulheres dos bairros, que se viam em oposição ao modelo institucional. Essa hipótese se mostra pertinente para nós, dada a quantidade de documentos institucionais verificados: documentos partidários, de centrais sindicais, administrativos do poder executivo etc. O que não diminuiu a importância deste lugar como um espaço alternativo para os mais variados grupos. No entanto, vale destacar que também havia diferenças entre estes grupos no que diz respeito às perspectivas e modos de atuação e

que, conseqüentemente, essa diferença se reproduzia nos tipos e quantidades de documentos verificados na Coleção CDP⁸⁹.

Notamos que o CDP funcionava como um espaço de diálogo entre os movimentos sociais populares locais e outros pelo país afora. É abundante a quantidade de documentos de mobilizações em São Paulo, assim como nos apresenta o cartaz; solicitações ao governo federal; associações da região Nordeste etc. Tudo isso indica que, além de um espaço de assessoramento para os mais diversos grupos sociais populares e um local de guarda e preservação de sua história e memória, o CDP se constituía também num espaço de formação política, de conscientização destas camadas acerca dos problemas que tinham que enfrentar em suas lutas.

Outro ponto que vale comentário e que despertou nossa atenção é o porquê de uma significativa quantidade de documentos de São Paulo e da região Nordeste na Coleção. Atribuímos esse fato ao diálogo estabelecido pelos movimentos através da constituição de centros de documentação pelo país, uma das ações afirmativas desenvolvidas por estes sujeitos em movimento, em parceria com diversos órgãos públicos e entidades. Entretanto, ressaltamos que este interesse de órgãos públicos e ou privados em contribuir para criação desses espaços faz parte da construção e controle do presente e do passado, definindo a memória e a história dos movimentos sociais populares.

Nesse tocante, podemos concluir que a Coleção pode ser vista como um espaço de divulgação de uma imprensa que se apresentava enquanto alternativa à imprensa controlada pelos grandes grupos, representantes da classe dominante, que restringia muitas das matérias relacionadas à movimentação popular ou construía uma ideia de desordem sobre as mobilizações que questionavam os padrões e modelos impostos pelo poder e pelas instituições.

Assim, notamos que o debate entre populares (homens e mulheres) e a classe dominante era constante país afora, e que estes sujeitos não se encontravam num estado

⁸⁹ O trabalho de dissertação de Amanda Marques Rosa é significativo na compreensão dessa diversidade de produção de material alternativo aos meios de comunicação hegemônicos na cidade. Ao analisar a Coleção CDP enquanto expressão de luta e resistência destes sujeitos trabalhadores e também como forma de preservação de sua memória / história, ela introduz essa questão das formas como estes sujeitos em movimento na (pela) cidade vão constituindo suas impressões sobre o pertencer a este espaço, através da elaboração de materiais distintos que dizem do seu lugar cultural, social e material na cidade. No jornalzinho do Movimento sindical, no panfleto da Associação de bairros, etc vão aparecendo as diferentes maneiras destes sujeitos se organizarem e se colocarem em debate. Ver ROSA, Amanda Marques. *Memórias, histórias, movimentos sociais: mobilização, comunicação e projeto de luta* (Uberlândia-MG, anos 80). Op. cit.

de “desmobilização”, mas de efervescência de questões e busca de uma identidade para o movimento, como constatamos nas matérias do *Correio* que retratam o debate entre a (des)caracterização atribuída por aqueles que estavam no poder e a movimentação promovida pelos trabalhadores na cidade. Desse modo, enxergamos estas mulheres nessa busca em meio a um intenso movimento de discussão, formação e conscientização arquitetado pelos mais diversos segmentos populares e pelos encontros promovidos por eles.

Debates e reflexões marcarão o Dia da Mulher em Uberlândia

Marcus Alves
Da Reportagem Local

O escritor e jornalista ecológico Fernando Gabeira certa vez comentou a participação das mulheres em sua campanha eleitoral para governador do Rio de Janeiro dizendo que não existem mais possibilidades de construir nenhuma frente moderna sem a participação das mulheres. Quando se aproxima o dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher) sempre vem à memória os comentários de Gabeira e as imagens de cinquenta mil pessoas, lideradas por uma comissão de frente de mulheres vestidas de rosa, levavam ramalhetes de flores à mão pelas avenidas do Rio, Gabeira entre as angústias e ambiguidades de quem quer salvar o mundo, escrevia mais tarde: "A própria rua vai sentir falta delas".

Na proximidade do 8 de março talvez as mulheres do Rio de São Paulo, as mulheres de Uberaba, de Araguaia, de Uberlândia destaquem os medos de Gabeira. Talvez elas retornem ao menos por um dia às ruas das grandes e pequenas cidades. Poderá não ser uma multidão de cinquenta mil pessoas. Mas existe a intenção comemorativa e reivindicatória para o Dia Internacional.

Pelo menos é o que acredita um grupo de mulheres, ligadas aos movimentos populares de Uberlândia, que está organizando a programação do Dia Internacional.

Mulheres do Movimento União e Consciência Negra, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação, do Sindicato de Associações de Bairro, da Pastoral Operária, dos Partidos à esquerda como PT, PCB e PC do B, fazem durante toda a semana, debates, encontros, solenidade na



Maria de Fátima: reivindicando dignidade no trabalho

Câmara dos Vereadores, panfletagem nas portas de empresas e na Praça Tubal Vilela. Reivindicam: "As reivindicações de hoje são pela conquista da liberdade enquanto mulher, aliado à dignidade da mulher dentro do trabalho", diz Maria de Fátima de Lucena, 37 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Vestuário (Stiav).

As reivindicações atuais não deixam de manter uma ligação com a longa história do protesto de 1854. A época um grupo de mulheres operárias nas indústrias de confecções e

os anos 60-70.

Em Uberlândia não pode se falar propriamente de um movimento feminista organizado. Trata-se de experiências de mulheres sindicalistas líderes comunitárias ou políticas, que tentam discutir algumas questões específicas da mulher. Muitas vezes são temas tabus, distanciados da lógica dominadora do mercado de trabalho. Temas como o aborto, o casamento, a liberdade de opções sobre seu próprio corpo. "Estamos passando por uma fase de descoberta da consciência", avalia Maria de Fátima. Para ela, diante de uma situação de crise e da formação machista da sociedade, pensar a questão da mulher é sempre mais difícil.

Cotidiano

Na vida cotidiana a mulher, ao longo destas últimas décadas saiu do universo da casa para as ruas e do mercado de trabalho. Porém, na avaliação da diretora de Cultura do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação (Stiav), Elizabet de Souza, 39 anos, não houveram mudanças no sentido de conquista da liberdade. Ela contextualiza a questão da mulher dentro de uma estrutura social mais ampla de opressão do ser humano. "A opressão no caso da mulher é dupla, porque a gente vive numa sociedade machista", acrescenta.

As mulheres que participam do fórum de entidades para organizar o 8 de março na cidade (ver programação) conciliam as lutas por conquistas sociais com a ideia de liberdade de "não ser vigiada pelo marido", como diz Maria de Fátima. Mesmo sem um movimento feminista organizado, elas demonstram o esforço para refletir suas questões. O próprio fórum, segundo Elizabet de Souza já suscitou planos para "fazer alguma coisa" no campo da organização feminina.

Imagem 19

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 3, 3 mar. 1991.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 151.

A matéria do *Correio* diz a respeito da organização de atividades comemorativas e reivindicatórias promovidas para o Dia da Mulher, além de debates sobre a condição feminina e do movimento feminino na cidade e no país. Dentre os

grupos de mulheres participantes, é expressiva a movimentação de grupos de mulheres ligadas aos movimentos populares, como demonstram os nomes elencados na matéria – movimento negro, pastoral operária etc. Nas atividades programadas, estava uma panfletagem na Praça Tubal Vilela, localizada no centro da cidade, um dos locais de maior concentração e circulação de pessoas, o que significa busca de visibilidade destes grupos, muitas vezes excluídos desse convívio, devido à carência vivida nos bairros afastados da região central e da falta de atenção do poder público municipal.

Podemos observar a procura destas “outras mulheres” por um lugar no contexto da cidade. O movimento agora sai dos bairros e toma os espaços da cidade, como a praça pública, embora o jornal se esforce em apresentá-lo como “desmobilizado”:

Em Uberlândia não se pode falar propriamente de um movimento feminista **organizado**. Trata-se de experiências de mulheres sindicalistas, líderes comunitárias ou políticas que tentam discutir questões específicas da mulher.⁹⁰

O trecho transcrito é uma fala do jornalista responsável pela matéria. Percebemos a colocação (des)caracterizadora do movimento que o qualifica enquanto não organizado, atribuindo uma característica de isolamento às ações destas mulheres, referenciando-se na ideia de organização dos grupos dominantes – a institucional. Afirma categoricamente que não havia “propriamente um movimento feminista” em Uberlândia ou estava tentando ocultar a sua existência? A mobilização que acompanhamos através da exposição da matéria não é um movimento? Sim, existia movimento de mulheres em Uberlândia, como constatamos ao longo da exposição de suas ações afirmativas. O que fica claro para nós é que ele – sobretudo aquele que se tratava das organizações das mulheres das camadas populares – não era visto como tal pela administração da cidade.

As palavras da sindicalista Maria de Fátima Lucena, presentes nesta matéria do jornal *Correio*, complementam nossa afirmação: havia um movimento, sim, e ele não estava “desmobilizado” como atribui a classe dominante da cidade, passava apenas por um momento de mudança na sua configuração, como podemos observar nos movimentos sociais em geral na década de 1990, devido à diversidade de grupos e

⁹⁰ DEBATES E REFLEXÕES MARCARÃO O DIA DA MULHER EM UBERLÂNDIA. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 3, 3 mar. 1991. Arquivo Público de Uberlândia, n. 151. Grifo meu.

bandeiras levantadas ao longo de sua formação. No dizer de Maria de Fátima Lucena, estava numa “fase de descoberta da consciência”⁹¹. Entretanto, a matéria do jornal continua a afirmar: “Mesmo sem um movimento feminista **organizado**, elas demonstram o esforço para refletir suas questões”⁹². Novamente, se retoma a questão da organização, que – “elas”, mulheres das camadas populares – não tinham. Que “organização” é essa? Aquela concebida pelo grupo no poder – das instituições –, que não passava de um modo de controle destas camadas e se tornava ponto de conflito entre estes grupos, uma vez que as mulheres pobres e negras a viam como uma forma de “engessar” suas práticas.

A partir do debate entre os dois grupos, podemos notar a distinção entre aquilo que os sujeitos propõem e o que a imprensa veicula⁹³, no caso a “desmobilização” que se contrapõe à intensa atividade das mulheres das camadas populares. Aquilo que é notícia não está lá por acaso, mas cumpre o propósito de construir / formar uma opinião no público leitor. Observamos isso na insistência sobre a não existência de um movimento de mulheres organizado na cidade, num processo de inculcar a ideia pela repetição – apesar de não haver um movimento, elas se esforçam. No mesmo ano de 1991 e na mesma página, no entanto em outra matéria, o jornal insiste nesse raciocínio, trazendo uma reportagem que fala da “desestruturação” do movimento feminista no país:

⁹¹ DEBATES E REFLEXÕES MARCARÃO O DIA DA MULHER EM UBERLÂNDIA. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 3, 3 mar. 1991. Arquivo Público de Uberlândia, n. 151.

⁹² Id. *ibid*.

⁹³ “Existe um profundo divórcio entre o que o público pensa e acredita e necessita e aquilo que a grande imprensa veicula”. Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Op. cit. p. XVI. Sodré traz essa reflexão ao abordar a mudança de caráter dos jornais, em fins do século XIX, para a grande empresa capitalista (que atende os grupos que a financiam) de venda de informações.

Desestruturação do país se reflete no movimento feminista

O movimento feminista reflete hoje a apatia e desestruturação crítica da sociedade brasileira. O movimento estagnou nos últimos anos. Essa é a opinião da Coordenadora do Programa de Apoio à Mulher, da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, Soledad Requena, 55 anos. Para ela essa estagnação é explicada pelo descrédito das mulheres para com suas lideranças. "As lideranças que ocupam cargos políticos esqueceram seus compromissos com as mulheres", diz.

A Secretaria do Trabalho e Ação Social é quem está trazendo a presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas de Belo Horizonte Maria Hilma Ricardo, à cidade (ver programação). Entre as preocupações de Soledad Requena para a questão da mulher está a falta de qualificação profissional na conquista do mercado. Ela cita dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese), que demonstram o nível de escolaridade feminina na faixa etária dos 12 a 24 anos. Apenas 15% da população feminina brasileira conseguem chegar ao 2º grau. Números do último Censo do IBGE, realizado em 1980, apontavam que 56% da população do país é de mulheres. Somente 1,1% dessa totalidade chegaria à Universidade.

Soledad Requena não deixa de advertir que esse é um quadro que faz parte da problemática educacional do Brasil. "Mas é muito mais grave em relação à mulher", completa.

Levantar um projeto para a profissionalização da mulher. Essa é a ideia da Secretaria do Trabalho e Ação Social. Segundo Soledad Requena, há um programa dentro do Plano Diretor da Cidade para criar propostas de profissionalização da mulher, incluindo cursos de nível médio, trabalhos manuais e industriais. Também é previsto o Centro de Triagem da Saúde da Mulher, para fazer atendimentos preventivos junto à população feminina. (MA).



Imagem 20

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 3, 3 mar. 1991.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 151.

A reportagem do *Correio* fala da “desestruturação” e “apatia” do movimento feminista, segundo a avaliação da coordenadora do Programa de Apoio à Mulher da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, Soledad Requena, em Uberlândia, como reflexo da desestruturação da sociedade brasileira no período.

Contudo, perguntamos: não seriam evidências de que a sociedade passava por mudanças, o que pode contrariar a ideia de desarranjo que a coordenadora apregoa?

Vimos que o movimento de mulheres estava se reorganizando, mas sem deixar sua atividade na cidade. Pensamos que o que Soledad Requena coloca como “desestruturação” é um indicativo de que estas “outras mulheres” não se reconheciam nesse grupo feminino “organizado”, de acordo com os moldes do poder. Na sequência da reportagem, seu argumento é posto à prova, quando o texto sugere que havia um descrédito das mulheres com suas lideranças, completado pela observação da própria Soledad Requena – “as lideranças que ocupam cargos políticos esquecem seus compromissos com as mulheres”⁹⁴. Então, não podemos concordar com a avaliação de que o movimento se encontrava “apático”, e sim que havia interesses distintos.

Quando as líderes entram para a política, passam a compor outro quadro social, permeado por outras questões, que não são as mesmas do movimento de base que está no bairro, na rua. Assim, estas mulheres pobres e negras sentem-se deslocadas, não pertencentes a este universo e, conseqüentemente, se afastam do dito movimento feminista “organizado”. No entanto, isso não significa dizer que o movimento esteja “desestruturado”, mas sim que segue ordenações distintas, a partir das diferentes experiências, vivências de cada grupo e dos interesses que fazem parte de suas respectivas concepções de cidadania e de participação: “mulheres organizadas” e das camadas populares.

A própria imagem que compõe a reportagem remete a estas diferenças – uma mulher trajando roupas que lembram um executivo, carregando uma pasta e sinalizando num gesto, com dedo indicador levantado, para um comando ao operador de elevador. As mulheres pobres, negras lutam também por outras questões. Além da conquista de emancipação e poder, como a imagem utilizada na reportagem sugere sobre as “mulheres organizadas”, elas enfatizam as necessidades que permeiam sua vida em comunidade – a rua de sua casa asfaltada, creche no bairro pra deixar seus filhos, oportunidade de trabalhar.

Observamos que os grupos de mulheres aliados ao poder tentam colocar a todo tempo: nós estamos fazendo nossa parte, *elas* é que estão desorganizadas, causando o atual momento de “desestruturação”. Verificamos também, nessa postura, o controle do

⁹⁴ DESESTRUTURAÇÃO DO PAÍS SE REFLETE NO MOVIMENTO FEMINISTA. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 3, 3 mar. 1991. Arquivo Público de Uberlândia, n. 151.

poder público municipal, que, através das palavras destas mulheres, insinua que não há por que se mobilizar, já que o governo está fazendo sua parte com aquelas que se propõem a se organizar.

Contudo, mesmo com as amarras dos grupos no poder, que por ventura dominam e financiam a grande imprensa, os trabalhadores e trabalhadoras continuavam a manifestar suas demandas, como indica a matéria do jornal que segue, sobre as atividades destas mulheres na cidade, no ano de 1992:

Dia Internacional da Mulher começa ser comemorado hoje

Uberlândia
Especial para o **Correio**

Uma série de atividades está sendo programada para as comemorações do Dia Internacional da Mulher em Uberlândia, dia 8 de março. A Câmara Municipal, que pretendia promover uma semana comemorativa da mulher, decidiu estender a programação para todo o ano, aberta a todos os interessados. Segundo a vereadora Normy Firmino (PSDB), que está liderando o projeto, esta é uma forma de trabalhar pela emancipação feminina de forma mais constante e profunda, buscando envolver todos os segmentos da sociedade.

A partir de uma reunião com a Associação de Diretores de Escolas da Rede Pública, a comissão da Câmara decidiu que as atividades ligadas às comemorações do dia 8 de março serão centralizadas nas escolas onde serão promovidos debates, palestras etc., com início marcado para depois de 13 de março. Normy Firmino coloca o seu gabinete à disposição dos interessados em apresentar sugestões e projetos ligados à questão da mulher. Hoje, numa promoção de diversas entidades sindicais, associações de moradores e ór-




Contra o Atrócio e o Desemprego
(Folheto distribuído nas ruas de Uberlândia)

'Fax simile' do folheto distribuído na cidade por entidades que promovem debate hoje à noite sobre a situação da mulher na sociedade

gãos públicos, será realizado um debate, às 19h30, no Colégio Nossa Senhora das Dores, no Centro, sobre o tema "A Mulher na Sociedade - Suas Lutas, Desafios, e Expectativas". Participará como debatedora Maria Luísa Costa, do departamento feminino da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de São Paulo, que ainda, às 14h30 deste mesmo dia, terá um encontro com diversas entidades na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Uberlândia (Sítiau).

No dia 7 de março, às 19 horas, na rua Olegário Maciel, 2.403, Suraiva, será promovido um debate sobre "A mulher e o Homem na promoção da Paz na Família e no Planeta", a cargo da Comunidade Bahá'í de Uberlândia.

No dia 9 de março, às 17h30, na Praça Clarimundo Carneiro, será representado um esquete teatral dirigido por Gleides Pamplona, jornalista, ator e diretor de teatro. Um juiz decrépito numa cadeira de rodas, vai julgar crimes cometidos contra mulheres em Uberlândia.

A performance terá a participação de outros atores que farão o papel de promotor, advogado de defesa e vítimas, e será uma mistura de comédia, satirizando a impunidade da justiça brasileira, e drama, vivido pelas mulheres agredidas.

A recém-criada Associação das Mulheres de Negócio e Profissionais de Uberlândia, além de apoiar e participar do projeto da vereadora Normy Firmino, também programou uma atividade comemorativa do dia 8 março. No dia 13, às 20 horas, no Teatro Rondon Pacheco, serão realizados um show musical, palestras e pequenas exposições de artes.

Imagem 21

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 9, 6 mar. 1992.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 163.

A matéria do *Correio* traz que as mulheres das entidades sindicais e das associações de bairros promoveriam atividades sobre a questão feminina durante a comemoração do Dia Internacional da Mulher na cidade. Ainda que a maioria das reportagens divulgadas no jornal girasse em torno do contexto de celebração do Dia da Mulher, percebe-se que elas estavam trabalhando ativamente em prol das suas necessidades, caso contrário não haveria referência a esta data além de uma simples alusão ao dia comemorativo.

Ao longo da matéria, notamos também que o poder público continua sua estratégia de dominação, ao veicular a extensão das atividades durante o ano de 1992, como se estas já não acontecessem, numa tentativa de “estreitar” relações entre o poder e esta parcela dos movimentos de mulheres.

Outro estratagema foi estender a programação justamente para o espaço da escola – local de formação, além do grupo social e da família. Entretanto, as entidades populares mais uma vez mostram sua força, fazendo-se presentes na organização dos debates, maneira encontrada por estes sujeitos de incluir seus movimentos, sem negar suas particularidades.

Apesar da importância atribuída pelo jornal às ações do poder, vemos que as mulheres pobres e negras não estavam alheias aos acontecimentos voltados para a condição da mulher, sempre se integrando às atividades, numa forma de bular os mecanismos do poder que desqualificavam suas lutas, ao persistir na afirmação de sua “desmobilização”, e de comprovar que havia, sim, um movimento.

É notório que a classe dominante reconhecia essa força, embora não a admitisse, visto que buscava aproximar-se dos saberes destes grupos, como verificamos nesta outra reportagem do mesmo jornal *Correio*, em dezembro de 1992:

Encontro discute direitos da mulher

Arquivo/Correio

Uberlândia
Especial para o Correio

Com o objetivo de discutir os assuntos do dia-a-dia da mulher, conhecer a realidade da mulher nos municípios da região e trocar experiências entre órgãos e entidades que atuam na área da mulher, será realizado amanhã, no Anfiteatro da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Santa Mônica, o Encontro Regional da Mulher. A promoção é da Diretoria Regional da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (Setas) e Conselho Estadual da Mulher (CEM), outra unidade do órgão.

Conforme a programação, serão debatidos, durante todo o dia de sábado, temas sobre violência contra a mulher, a mulher no mercado de trabalho (abordando também os problemas enfrentados pelas mulheres negras) e exploração dos corpos femininos e masculino no trabalho, passando pela discussão atual do homem e mulher objetos. Com este encontro, afirma a diretora Regional da Setas, Daisy Afonso Castro Naves, pretende-se fortalecer o Setor de Promoção da Mulher, do órgão, que atua na promoção de palestras para grupo de mulheres sobre drogas, alcoolismo e questões específicas da mulher.

Este setor participa, ainda, de reuniões com representantes de entidades ligadas a questões femininas.



As mulheres discutirão amanhã a realidade do seu cotidiano

Programação

"A iôôia", segundo a diretora da Setas, "é também cobrir um espaço que está vazio nos últimos anos na cidade, onde o movimento de mulheres está praticamente adormecido".

Ela acrescenta que a Regional está aberta no sentido de receber propostas e trabalhar em conjunto com outros segmentos dentro da questão da mulher.

A abertura do encontro será às 9 horas e, em seguida, será exibido o filme "Acorde Raimundo", que trata do relacionamento cotidiano do homem e mulher de periferia. Às 9h30, o tema "A Mulher no Mercado de Trabalho" será discutido numa mesa-redonda coordenada por Line Cléia Alencar, assessora do Sindicato dos Tru-

balhadores Rurais de Araguari e Uberlândia. Participam como palestrantes Maria Isabel Bebel, do Conselho Estadual da Mulher (Belo Horizonte); Júlia Marquez, presidente da Associação de Mulheres de Negócios; Odete Campos, presidente da Associação das Domésticas de Monte Carmelo; e Vera Dellino, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Saraiva e representante da Comunidade Bahá'í de Uberlândia. As duas últimas palestrantes abordarão a questão da mulher negra no mercado de trabalho.

Às 14 horas uma mesa-redonda tratará do tema "Violência contra a Mulher - O Papel da Justiça", coordenada por Leticia Guimarães, socióloga e técnica da Setas/ Udi. Participarão como palestrantes a delegada especializada de Crimes Contra a Mulher de Belo Horizonte, Elaine Matosinhos; a delegada titular da Delegacia de Crimes contra a Mulher, de Uberlândia, Adriana Couto Ladeira; e Maria das Graças R. Nascimento, psicóloga e professora da UFU. Às 16 horas será apresentado o tema "Exploração dos Corpos Feminino e Masculino no Trabalho", com discussões sobre a prostituição do homem e da mulher e da nova temática do homem-objeto, que tem se tornado uma polêmica no País. Participam como palestrante Maria Cristina Rodrigues, do Conselho Estadual da Mulher, e Caio César S. C. Prochno, psicólogo da UFU. Todas as palestras serão seguidas de debate.

Imagem 22

Reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 10, 4 dez. 1992.

Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 172.

A reportagem informa sobre a promoção de um Encontro Regional das Mulheres, como iniciativa do poder municipal (Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social e Conselho Estadual da Mulher – CEM). O objetivo do encontro, de acordo com o que o jornal veicula, era *conhecer* a realidade da mulher nos municípios da região e trocar experiências entre órgãos e *entidades* que atuavam nesta área.

Mais uma vez, na fala da diretora do SETAS, Daisy Afonso Castro Naves, encontramos a tentativa de descaracterizar o movimento na advertência de que uma das

preocupações destas mulheres reunidas era o enfraquecimento deste na cidade: “A ideia, segundo a diretora da Setas, é também cobrir um espaço que está vazio nos **últimos anos** na cidade, onde o movimento está praticamente adormecido”⁹⁵. Mas o movimento de mulheres estava realmente “adormecido” naqueles últimos anos? De acordo com as evidências levantadas nessa pesquisa e tendo em vista o observado na organização de tantos debates, atividades e reivindicações realizadas pelos movimentos populares de mulheres, compreendemos que não.

Deparamo-nos com um movimento contraditório entre “movimento” e “adormecimento” que se evidencia, também, na produção das notícias pelo jornal *Correio de Uberlândia*, como podemos observar na reportagem “Encontro discute direitos da mulher”, de dezembro de 1992:



Imagem 23

Detalhe de reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 10, 4 dez. 1992.
Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 172.

Na imagem retirada da reportagem e exibida em plano central, observamos uma fotografia produzida a partir da pose de mulheres organizadamente assentadas num banco de praça, como a engendrar um encontro, mas permitindo que observemos que a

⁹⁵ ENCONTRO DISCUTE DIREITOS DA MULHER. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 10, 4 dez. 1992. Arquivo Público de Uberlândia, n. 172. Grifo meu.

praça ali ao fundo apenas serviu de cenário para a produção da reportagem e indicando que as mulheres ali reunidas estavam apenas para ilustrar a reportagem, isto é, que não se tratava de um encontro político. Por outro lado, a mesma reportagem evidencia um movimento organizado na cidade, quando publica a lista de entidades e sujeitos que comporiam o evento que congregaria lideranças e personalidades da sociedade.

Já salientamos aqui que o governo de Virgílio Galassi, à época da reportagem em questão, tinha uma postura mais distante das camadas populares, o que justifica a afirmação incisiva sobre o “adormecimento” dos movimentos, com destaque para as lideranças que estavam aliadas ao poder, nos moldes de organização concebidos pela instituição. Ainda assim, notamos uma busca pelo cotidiano destas mulheres, na abordagem, durante o evento, de temas relacionados ao mundo do trabalho e aos problemas enfrentados pelas mulheres negras, o que também evidência a cobrança destas outras mulheres com relação a suas demandas.

O jornal, enquanto força social, trabalha a favor da construção de uma ideia formada sobre as classes em movimento, mas deixa escapar nas entrelinhas a atuação destes grupos marginalizados pelo poder, quando os evoca em sua narração. Se não existisse movimento algum e este não fosse significativo na cidade, o jornal não insistiria tanto em chamar à atenção do leitor para o outro lado do debate, estratégia para apagar da memória do leitor a importância destes grupos. A maneira como o jornal seleciona e veicula as informações é peça chave no quebra-cabeça montado pela classe dominante (seu financiador) para manter o controle sobre a atuação destes grupos, uma vez que o jornal ainda se fazia como um dos principais veículos de comunicação no período.

Outra forma deste grupo monopolizar aquilo que seria notícia era incorporar algumas palavras sobre a cultura popular ou pequenas notas sobre sua atividade, como verificamos no caso do movimento de mulheres negras, que por pouco não passa despercebido ao olhar mais atento.

Ao mesmo tempo, a repressão, o isolamento, a concentração e, por fim, a incorporação de uma imprensa popular autônoma nada tinham de inevitável a seu respeito: iniciaram-se como atos políticos conscientes e continuaram como um efetivo desdobramento de recursos financeiros, a fim de que os interesses

de leitura de homens pobres, se mantivessem nas mãos de homens ricos⁹⁶.

A afirmação de Williams acerca da popularização da imprensa faz total sentido ao pensarmos no período de existência do jornal *Participação* (1981/1988), que, apesar de apresentar-se com uma leitura que se contrapunha a do jornal *Correio de Uberlândia*, continuava mantendo o “monopólio da notícia” nas mãos da classe dominante, que ocupou o poder num determinado período em Uberlândia – o grupo de Zaire Resende. O jornal capta os interesses de moradores da cidade que nesse momento discordavam da política vigente para produzir notícias e construir posições na confluência desses leitores e construir, ao mesmo tempo, um público de leitores e simpatizantes a seus próprios objetivos políticos.

Observamos que a estratégia de sorver os desencantos do povo com a política local e transformá-los em “promoção” dos grupos populares, dentre eles as iniciativas das mulheres nas páginas do referido jornal, funcionava como uma forma de mantê-los sob o olhar e controle da classe no poder⁹⁷.

Diante deste quadro, o *Correio* não deixa de dar sua contribuição. Com a mudança de consciência destas camadas após a experiência participativa do governo Zaire, o jornal compreende que não é possível se fazer sem atribuir algum espaço aos grupos populares. E o fez sob a óptica da formação da opinião pública – se estes sujeitos estão em cena, não se podia deixar que aparecessem falando livremente, era preciso forjar ideias sobre eles. E as mulheres estão lá, presentes em forma de “palavrões” – “desorganização”, “assistencialismo”, “desestruturação”, “adormecidos” – e em uma pequena palavrinha, mas não menos significativa – “apáticos” – que enredava o leitor na ideia de que não havia um movimento de fato. Entretanto, a própria desconsideração para com os trabalhadores e trabalhadoras indica que acontecia algo no cotidiano da cidade que o jornal (e os sujeitos por trás dele) queria camuflar – uma outra cidade, que estava em plena atividade através das iniciativas desenvolvidas nos bairros pobres, na

⁹⁶ WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 15-27, jul./dez. 2007. Ver p. 25.

⁹⁷ “Evidentemente que a Administração Municipal, com o conhecimento que tinha das classes populares, seu nível de organização, sua capacidade de luta e suas aspirações, contava com uma avaliação precisa dos riscos que corria de uma efetiva participação. Sabia de antemão que as classes populares se limitariam a reivindicar, dentro dos limites e canais já estabelecidos, e podia, portanto, respaldar seu discurso democrático-participante”. ALVARENGA, Nízia Maria. Movimento popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983/1988. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 4, p. 103-129, jan./jun. 1991. Ver p. 117.

união de homens e mulheres pobres e negros a fim de participar desta cidade dentro da outra cidade em que eles já viviam.

Assim, sua trajetória na e pela cidade “aponta para vivências que se construíram com e apesar da disciplina de um pretenso controle [...] em especial, daqueles mais pobres”⁹⁸, controle esse que a classe dominante exercia sobre os modos de viver e de se organizar destes sujeitos, e que o jornal endossava ao tentar esconder as vozes destas outras mulheres.

Apesar de os jornais *definirem papéis sociais* por meio dos discursos que empregam, ao desmontar estes discursos, vemos emergir as forças sociais ali envolvidas, bem como elas operam, num desvelar de conflitos e alianças que acaba por identificar os sujeitos por trás do emaranhado de linhas escritas.

Contudo, o debate entre estes dois grupos – “mulheres organizadas” e mulheres das camadas populares –, observado através das reportagens veiculadas nos jornais locais acerca do movimento feminino na cidade, revelou a existência não de um movimento, mais de movimentos que se faziam nas diferentes cidades vividas e experimentadas pelos trabalhadores, pelas trabalhadoras.

⁹⁸ BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. São Paulo; EDUC, 1999. p. 153-171. Ver p. 155. Marta Emisia Jacinto Barbosa problematiza como o jornal classifica os sujeitos a partir de seus lugares de moradia e ofícios na cidade de fortaleza, na primeira metade do século XX, o que nos valeu para refletir sobre o movimento de mulheres em Uberlândia, na questão do controle presente na ideia de “organização” destes grupos concebida pela classe dominante da cidade, ao longo das matérias veiculadas pelo jornal.

Capítulo 3

Do bairro para a cena pública

3.1 Das lutas nos bairros para a organização de mulheres

Neste capítulo, pretendemos realizar uma reflexão acerca da trajetória e das experiências das mulheres das camadas populares no movimento feminino, reveladora de outra configuração dos movimentos na (pela) cidade, assim como das lutas por recursos e melhorias nos bairros pobres da cidade, também significado de direitos da mulher, para as mulheres pobres e negras.

As reportagens selecionadas, dos jornais *Correio* e *Participação*, bem como o exame dos variados documentos da Coleção CDP, evocam a atividade das mulheres das camadas populares na (pela) cidade. Ainda que uma ou outra informação presente nesses documentos pareça obscura para nossa interpelação sobre a realidade da atuação destes trabalhadores e trabalhadoras, é possível abstrair deles a trajetória destes sujeitos pelos espaços da cidade.

Dos bairros pobres da cidade emergem as questões motivadoras de suas lutas, da coletividade nas ações mais cotidianas – como levar o filho à creche (quando há uma na localidade), no improviso para poder sair para trabalhar, na ida até as instituições administrativas, como a prefeitura, para cobrar atenção aos direitos da mulher e assistência social para as famílias trabalhadoras. A partir dessas práticas, nos lugares de vivência, moradia e trabalho surge uma cidade pulsante e diversa, que se constitui nas representações que estes homens e mulheres constroem sobre ela e sobre os movimentos que dela emergem, como as várias lutas por espaço e participação, empreendidas pelas mulheres pobres e negras.

Nessa busca por dignidade e cidadania – do *pertencer a*, vemos que o “reclamar” pelo jornal, apesar de suas restrições (controle da classe dominante) se torna um espaço de visibilidade para estes sujeitos. Mesmo que de forma sutil, colocam ali

suas questões, necessidades que querem ver como pauta das notícias⁹⁹. Quando impossibilitados de estabelecerem este canal, o fazem a sua própria maneira, produzindo materiais alternativos de comunicação – cartilhas, jornaizinhos, panfletos como observamos na Coleção CDP. Eles(as) tinham seus meios de fazer ecoar sua voz pela cidade.

Consequentemente, estes meios também estavam ligados à preservação de sua história e memória como cidadãos de Uberlândia, que era outra cidade, nas lutas e dificuldades vivenciadas por estes trabalhadores e trabalhadoras. A Uberlândia vivida por eles(as) era pobre, precária, à margem da representação de desenvolvimento e progresso que a classe dominante procurava passar, inclusive por meio da imprensa oficial.

Na *sua* Uberlândia, as mulheres sofriam por não ter onde deixar seus filhos para poder trabalhar, com a creche que não tinha estrutura, nem recursos para acolher seus filhos com dignidade, com o alimento prometido e depois negado sem qualquer explicação. É dessas outras histórias e memórias que elas estavam falando [gritando] através de vários movimentos organizados nos bairros pobres da cidade, como as associações de moradores e associações femininas¹⁰⁰, sem falar nas necessidades específicas das mulheres negras que mal apareciam neste modelo ideal de cidade apregoadado pela classe dominante.

Em torno desse cotidiano comum, as mulheres se uniam e articulavam mobilizações para chamar a atenção para suas necessidades no bairro. Exemplo disso pode ser observado nas ações destas mulheres em busca de melhorias para o bairro Tocantins, na década de 1990.

⁹⁹ “Nas reclamações dão vazão e visibilidade a suas demandas relativas à vida cotidiana nos seus espaços de moradia, ao seu sustento próprio ou de sua família”. BALCÃO, Lier Ferreira. A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913). In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. São Paulo; EDUC, 1999. p. 225-256. Ver p. 243. Para um aprofundamento das maneiras como estes sujeitos vão construindo, através do “aparecer no jornal” ou programas de TV, suas próprias redes de comunicação e intervenção social na dinâmica da cidade, ver também SILVA, Letícia Siabra da. Cidade e experiência de comunicação: cultura, memórias e estratégias de luta de moradores pobres no espaço urbano. (Uberlândia / 1990-2012). 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.bdd.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4725>. Acesso em: 2 dez. 2013.

¹⁰⁰ “...não é o indivíduo em si ou alguma entidade social que recorda, mas ninguém pode se lembrar a não ser em sociedade, pela presença ou pela evocação, portanto recorrendo aos outros ou a suas obras”. HALBWACHS, Maurice. Introdução. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 18-24. Ver p. 23. Segundo o autor, a construção da memória se dá a partir do nosso lugar social. A memória, de acordo com Halbwachs, é edificada por meio daquilo que nos identifica em sociedade. É dessa memória, a das práticas comuns àquele grupo social, que as mulheres aqui em questão nos falam.

Situado no setor oeste da cidade de Uberlândia, o bairro Tocantins¹⁰¹ se encontra na periferia da cidade, no entroncamento da BR 365 com a BR 452, arredor do Distrito Industrial e onde se localiza a indústria de produtos alimentícios Sadia. Nesse local, morada de muitas famílias de trabalhadores pobres da cidade, podemos constatar na fala de uma de suas moradoras, Iracema Silvano, como as mulheres se juntavam para buscar melhorias para o bairro ao passo que se organizavam. Assim, ela descreve como as mulheres e a Associação de Moradores conquistaram recursos essenciais à qualidade de vida naquele local:

Na verdade, em parceria com a associação, o asfaltamento, iluminação, reunião na Câmara com colocação de vela, quando era ali no coreto [Praça Clarimundo Carneiro, centro, antiga sede da Prefeitura de Uberlândia]... Parece coisa de doido, mas só assim que a gente conseguia. Fazendo essas coisa. Então, assim, com algumas mulheres amigas, a gente fazia estes movimentos. Foi assim que consegui a luz. Não tinha luz! Esse alto aqui [limite do bairro] não tinha luz. Foi o último lugar que eles pôs, mesmo assim com muita pressão¹⁰².

Iracema Silvano é funcionária pública municipal aposentada e presidente da Associação Feminina do Bairro Tocantins (AFETO). Começou a se envolver em movimentos sociais na cidade, segundo nos informou, aos 30 anos de idade, na Igreja Católica, participando do Clube de Mães da paróquia do bairro Jaraguá, setor oeste da cidade. Em sua fala, percebemos uma evocação à união, à parceria na promoção das ações destes sujeitos. Nesse sentido, evidenciamos que essas outras mulheres não definem a luta exclusivamente em torno das questões relativas às necessidades da mulher, mas também de recursos para o bairro, para o bem estar daquela comunidade, como Iracema faz questão de destacar ao disser acerca do trabalho da AFETO desde o começo da Associação, dos anos de 1980-1990 até os dias atuais:

É pro bairro! Pra luta no bairro. Pra homem e pra mulher. Melhoria, recurso, é [pausa] encaminhamento pra trabalho, escola, creche. A gente faz é trabalho assim. Nosso trabalho é conjunto. [...] É pra melhoria da condição no bairro, na redondeza. Cê não fala hoje só o Tocantins. O Guarani, o Taiamam, o conjunto de pessoas. [...] Pela melhoria e segurança do bairro. Questões tanto

¹⁰¹ Ver Mapa dos bairros por setor, p. 25.

¹⁰² Entrevista concedida a autora por Iracema Silvano, realizada na residência de sua filha no bairro Tocantins, em 20 set. 2013. Nesta data, ela tinha 63 anos de idade. Natural de Tupaciguara (MG), veio para Uberlândia aos 2 anos de idade com a família.

sociais como violência urbana, duas pautas que a gente luta por isso. Não é só a mulher que morreu [refere-se à morte de uma moradora do bairro, em plena luz do dia. Acontecimento que marcou a criação da AFETO em fins dos anos de 1980]. Morre muita gente. É difícil! Tá gravando aí? [...] A AFETO tá aí em busca de paz. Essa é a bandeira: paz e condições melhores de vida pros moradores¹⁰³.

Nesse trecho da fala de Iracema fica evidente a conjunção entre direitos da mulher e melhorias para o bairro. As questões legislativas e de tomada de poder enfatizadas pelas mulheres organizadas são tão significativas quanto as questões de recursos para a melhoria do local onde vivem, para as mulheres pobres e negras. Isso também se constitui como um direito da mulher, como podemos abstrair da fala de Iracema; assim como a coletividade das ações, quando ela nos diz que não é só para o bairro onde reside, mas também para os bairros que foram se constituindo no entorno – Guarani e Taíaman, que enfrentam as mesmas necessidades.

Por meio dessas práticas nos lugares de vivência, moradia e trabalho descobrimos outra cidade, vista pelas lentes daqueles que lutam para pertencer a ela. Nessa cidade, vão aparecendo os problemas cotidianamente enfrentados por estes sujeitos em tom de reivindicação. Um desses problemas aparece na fala de Iracema – a questão da violência. Notamos que, desde a criação da associação feminina do bairro até os dias atuais, a segurança continua a ser uma das reivindicações destas mulheres e homens trabalhadores(as), como ressalta Iracema: “Não é só a mulher que morreu [...]. Morre muita gente. É difícil!”¹⁰⁴ Aqui salientamos uma característica marcante dos movimentos engendrados pelas mulheres pobres e negras da (na) cidade. Não é só a questão de gênero, mas tudo que envolve a vida destes sujeitos pobres e trabalhadores da (na) cidade. Identificamos como ponto comum destas mobilizações a questão de classe. O lugar social compartilhado por estes sujeitos na cidade prevalece sobre as suas especificidades – ser mulher, ser homem, branco(a) ou negro(a), participante ou não de um movimento social: “a classe operária, homogênea no seu viver pobre e com experiências cotidianas semelhantes, embora não idênticas, se colocava frontalmente oposta, no dia-a-dia, as outras classes e grupos sociais”¹⁰⁵.

¹⁰³ Entrevista concedida a autora por Iracema Silvano em 20 set. 2013.

¹⁰⁴ Id. *ibid.*

¹⁰⁵ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 129.

Cabe aqui uma consideração a respeito da criação das associações femininas do bairro Tocantins e Seringueiras, a fim de refletir mais detidamente sobre a proposição levantada por Maria Auxiliadora Guzzo Decca e presente na nossa investigação sobre os movimentos destas outras mulheres.

Questionada acerca das condições no bairro e sobre as condições das mulheres naquele local, quando do momento da constituição da Associação Feminina do Bairro Tocantins (AFETO), destaca Iracema:

Era precária! Inclusive, nós perdemos mulheres aqui no bairro, sentido BR. Mataram ela lá numa casa, coisa que era lugar de passar energia [estação da CEMIG]. Mataram e jogaram ela lá. E eu, pra ter mais policiamento, mais justiça, a gente correu atrás de algumas amigas, né. Vamo montar uma associação e levantar a bandeira da mulher? Porque mata três horas da tarde, a violência três horas da tarde é ruim pra todos, né¹⁰⁶.

No esclarecimento de Iracema sobre o princípio motivador de criação da AFETO, podemos observar que, logo, o eu se transforma em nós – “a gente correu atrás”, assim como quando se refere à violência como algo ruim para todos que viviam naquela comunidade, não só para as mulheres. Outra ideia que permeia a fala de Iracema é o conceito de justiça. A falta de segurança não era justa com os moradores daquele local que, como cidadãos, também necessitavam da atenção do poder público, com mais policiamento para região.

Na fala de outra entrevistada, Vera Maria de Oliveira, presidente da Associação Feminina do Bairro Seringueiras (FEBASE), sobre as condições do bairro Seringueiras e das mulheres ali, quando do surgimento da associação, percebemos semelhanças com o discurso de Iracema, no que concerne ao modo de organizar as ações de enfrentamento:

Não tinha muito recurso. Não tinha asfalto, o ônibus não descia. **E tudo isso foi através de luta das pessoas daqui.** Através de comissões, com grupos, né. A gente, nos primeiros momentos, a gente montou pro ônibus descê, depois a gente, até nove anos atrás, a gente conseguiu. Isso tá até ai na história nossa, aqui do bairro. A gente consegue que a Igreja liberasse as vagas por um ano. Um espaço pras crianças do Odilon [Escola Municipal Odilon Custódio Pereira], que na época não tinha. Tinha muita criança fora. E a Igreja tava lá e a gente fez essa negociação, conversou com o padre

¹⁰⁶ Entrevista concedida a autora por Iracema Silvano em 20 set. 2013.

e conseguiu por um ano que os meninos do pré ficassem na Igreja até que a gente conseguisse fazê ampliar a escola com mais vagas¹⁰⁷.

Localizado no setor sul da cidade de Uberlândia, o bairro Parque São Jorge¹⁰⁸ se situa na periferia da cidade, à margem da BR 050. Hoje engloba os bairros adjacentes, Seringueiras e São Gabriel, sendo conhecido como a região do grande São Jorge. Há mais ou menos dois anos é vizinho de uma ocupação de terras promovida pelo Movimento Sem Teto do Brasil (MSTB).

A partir do trecho transcrito, observamos que estas mulheres, que compartilhavam uma trajetória comum em suas vivências na cidade, como sugere Auxiliadora Guzzo Decca, se identificavam enquanto grupo, classe, e lutavam de forma semelhante contra as injustiças praticadas pela classe dominante, por meio do enfrentamento de questões particulares do morar e do viver em cada um desses lugares.

Nesse trecho da conversa com Vera Maria, podemos notar, através da frase em destaque – “E tudo isso foi através de luta das pessoas daqui do bairro”¹⁰⁹ –, a menção à coletividade – “nós, as pessoas daqui lutando”. Evidenciamos também que a palavra “gente” aparece ao longo do trecho diversas vezes, num (re)afirmar da luta que não é só das moradoras daquele bairro, mas de uma coletividade mais ampla, de todos, uma luta por asfaltamento, transporte, educação de qualidade. Outro aspecto que chamou nossa atenção foi a afirmação de que estas ações faziam parte da história – “Isso tá até ai na história nossa, aqui do bairro”¹¹⁰ –, salientando a preocupação destes sujeitos trabalhadores em preservar a memória e a história dos movimentos sociais populares na cidade. No entanto, quando olhamos com mais cuidado, percebemos que Vera Maria fala “história nossa”, passando a ideia de que elas(eles) sabem que muitas vezes sua história não faz parte da história tradicional, oficial da cidade, aquela do grupo dominante; e reconhecendo, ao mesmo tempo, que o que fazem também é história.

Nesse tocante, é pertinente a discussão sobre fontes orais como práticas e / ou expressões de práticas sociais levantada por Yara Aun Khoury. As falas destes sujeitos

¹⁰⁷ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, realizada no Centro Comunitário do Bairro São Jorge, em 18 out. 2013. Nesta data, ela tinha 49 anos de idade. Natural de Recife (PE) está em Uberlândia há vinte e quatro anos e veio para cidade com o marido. É agente comunitária do Posto de Saúde da Família (PSF) e presidente da Associação Feminina do Bairro Seringueiras (FEBASE). Começou a militância quando residia no bairro Planalto, setor oeste da cidade, onde participando do Conselho escolar surgiram outros interesses de participação, como ela nos colocou. Grifo meu.

¹⁰⁸ Ver Mapa dos bairros por setor, p. 25.

¹⁰⁹ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

¹¹⁰ Id. *ibid*.

indicam perdas como elementos constitutivos de uma dinâmica de resistência e luta¹¹¹. Se estes sujeitos não podem, na maioria das vezes, falar através da história, então constituem estas práticas, sua própria história, que, de maneira sutil, está contida naquela história que nega sua atuação.

Podemos observar em outra fala de Vera Maria, acerca do envolvimento das pessoas do bairro com o movimento, como estes sujeitos constroem historicidade para suas lutas:

Todos os grandes guerreiros, essas pessoas que já conseguiram alguma coisa, têm uma história. Porque na história tá envolvido outras histórias, o que faz o todo. Que assim hoje a gente virou uma entidade [...] ¹¹².

Notamos que estes sujeitos, que elaboram versões únicas da realidade social por meio de suas falas, como ressalta Khoury¹¹³, concebem a si mesmos como estes grandes guerreiros. É o que evidencia Vera Maria: “na história tá envolvido outras histórias, que faz o todo”¹¹⁴. Isto é, cada história em suas múltiplas trajetórias de luta forma esse todo, na medida em que buscam se inserir na dinâmica da cidade, pertencer à cidade na qualidade de seus principais personagens. Personagens esses que também fazem a história.

Essa ideia fica mais clara e evidente quando Vera Maria relata que, apesar das dificuldades em lidar com o modo de fazer do grupo dominante (políticos), hierarquizado de cima para baixo, como ela coloca, estes personagens ali envolvidos têm consciência de seu valor.

... hoje, eu posso dizê: eu tenho o ensino médio e tenho a faculdade da minha comunidade, daquilo que eu fiz, daquilo que eu participei, daquilo que eu ajudei. Que não me faz melhor que os outros, mas me faz diferente dentro da minha comunidade. Eu tenho o maior prazer de ser agente de saúde e fazê um trabalho que realmente é de relevância na nossa comunidade¹¹⁵

¹¹¹ “Nessa perspectiva é que as fontes orais foram progressivamente incorporadas ao nosso trabalho, constituindo-se em instrumento útil na investigação da complexidade e da dinâmica social, por sua natureza peculiar, marcada por um processo de diálogo entre duas pessoas, por meio do qual se produzem versões únicas da realidade social”. KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 79-103, jun. 2001. Ver p. 81.

¹¹² Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

¹¹³ KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. Op. cit.

¹¹⁴ Id. *ibid.*

¹¹⁵ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

As palavras de Vera Maria demonstram que estes sujeitos possuem noção de que o espaço público é construído por todos, não só pelos políticos ou intelectuais. Fazendo um paralelo com o conceito de intelectual como função social, desenvolvido por Antonio Gramsci, “‘todos’ são filósofos [intelectuais] e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de ‘todos’, mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente”, ou seja, todos os homens são intelectuais, na medida em que não se constitui em uma questão de capacidade – maior ou menor de alcançar essa categoria, mas sim de função social¹¹⁶. E é isso que Vera Maria percebe ao dizer da importância de seu trabalho naquela comunidade, uma vez que esteve presente na sua formação. Quando Vera Maria diz “eu tenho a faculdade da minha comunidade, daquilo que eu fiz, daquilo que eu participei, daquilo que eu ajudei”¹¹⁷, percebemos a tomada de consciência de sua força enquanto classe – mulher, militante, trabalhadora, moradora do São Jorge. Outro detalhe que chama a atenção em sua fala é a diferenciação entre a prática política tradicional e a prática popular, na medida em que vai elencando que sua experiência, como a de tantos outros sujeitos neste lugar, vai se constituindo naquilo que de que participam, que ajudam a fazer de fato no dia-a-dia da comunidade, de baixo para cima, como ela gosta de dizer.

Através da formação no bairro, na comunidade, nos movimentos sociais, estas mulheres vão adquirindo consciência de seu poder transformador e de que aquilo que fazem naquela localidade também é política. “Política social”, como sublinha Iracema Silvano presidente da Associação Feminina do Bairro Tocantins (AFETO), ao definir a forma de trabalho da associação:

Porque nós trabalhamos não com política, politiqueira. A gente é uma política social. A política social é diferente da política partidária. Nós num temo partido. É quem tiver lá, é esse que vai servir pra dá apoio às nossas mulheres¹¹⁸.

Notamos que a fala de Iracema apresenta um jeito próprio de fazer política – a “política social”. Identificamos também que ela quer dizer que esse não é o modo de

¹¹⁶ GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da filosofia. Apontamentos para um encaminhamento ao estudo da filosofia da cultura. In: _____. *Cadernos do Cárcere*, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 1, Caderno 11 (1932-1933). p. 93-114. Ver p. 101. Ver também GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 2 – Caderno 12 (1932), p. 15-53.

¹¹⁷ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

¹¹⁸ Entrevista concedida a autora por Iracema Silvano, em 20 set. 2013.

fazer dos políticos. A política social é um jeito diferente em que o partido são as pessoas – “nossas mulheres”, como destacado por ela. Observamos que estas mulheres estão questionando a dimensão do poder ao enfatizar que quem estiver lá é quem tem que lhes servir, pois foi escolhido(a) para representar o povo. Daí seus embates com o grupo de mulheres organizadas, que, na maioria das vezes, estavam atreladas a esse jeito tradicional de fazer política – sob a tutela das instituições.

Pudemos aventar que, como para o grupo das mulheres organizadas a questão central é a legislação, essas mulheres acabavam se distanciando destas outras mulheres e aproximando-se do modelo tradicional de política, em que predominava o *lobby*, a relação com os partidos e líderes no poder, diferentemente da coletividade que impera na política das mulheres pobres e negras, nas associações femininas nos bairros. O que não quer dizer que elas não compartilhem algumas questões, mas que se guiam por maneiras distintas de fazer política, como evidenciamos nos caminhos das mobilizações engendradas por estas mulheres.

A legislação, que na maioria das vezes serve aos interesses do grupo dominante como medida para conter a força de atuação destes sujeitos, é motivo de desânimo, para as mulheres pobres e negras, com o modelo de organização institucional, como demonstra a observação de Iracema acerca da facilidade de se fazer as coisas anteriormente à legalização da AFETO:

O fazê através da administração é [pausa]... Aí, vem alguns entraves. É complicado..., onde muitas mulheres desiste... Igual aqui, do Patrícia [bairro Jardim Patrícia, setor oeste da cidade]. A mulhé deixou... Burocracia... Tudo cê paga pela instituição [...]. Do jeito que era, era mais fácil [...]. Eu acho que poderia ser menos dispendioso, mais incentivo [...]. Eu tô ajudando a lei, mas eu tô também ajudando o poder público¹¹⁹.

Como percebemos na fala de Iracema, a instituição, assim como a legislação, é vista como um entrave a esse modo diferente de fazer política, exposto em sua fala anterior. Ela critica a burocracia que advém da organização institucional – “Tudo cê tem que pagá pela instituição”¹²⁰. Nas entrelinhas de sua indignação com a política tradicional, podemos subentender que Iracema se refere às taxas cobradas após a

¹¹⁹ Entrevista concedida a autora por Iracema Silva, em 20 set. 2013.

¹²⁰ Id. *ibid*.

legalização de uma associação, apesar de trabalharem com o que seria dever do poder público, na medida em que promovem o bem social, como ela salienta.

Para estes sujeitos, é nítido o controle social exercido por estes mecanismos do poder a fim de manter o seu papel de subordinação à classe dominante. Dessa forma, Iracema se remete à legalidade como algo negativo na atuação destes movimentos. Assim como outros destes sujeitos, atuantes nos movimentos sociais populares, de mulheres ou não, ela sabe da inovação das propostas colocadas por suas práticas políticas. Inovação que causa divergências entre eles e o poder, como está presente também na explicação de Vera Maria, presidente da Associação Feminina do Bairro Seringueiras (FEBASE) sobre a relação entre movimento e poder público:

Olha, o poder público, quando ele também vê que você começa a adquirir alguns conhecimento, eles começam a te respeitar. Porque a gente sabe que existe as leis. Muitas vezes pra sê cumprida, a gente precisa tá atuante. O quê que é isso? É tá correndo atrás dos nossos direitos [...]. Hoje, eu sou conselheira, o Cláudio é conselheiro [presidente do Centro Comunitário do Bairro São Jorge] e a gente cobra em cima disso. Por quê? Porque não existe poder público sem o controle social¹²¹.

Na fala de Vera Maria, observamos a consciência de que o poder está atrelado ao controle social. E é por isso que elas(es) devem cobrar seus direitos. Aqui, percebemos uma ideia de legalidade diferente da de Iracema. Para Vera Maria, o empecilho está na negligência quanto ao cumprimento das leis. É isso que dificulta o trabalho do movimento, e não a lei em si, e completa: “pra sê cumprida, a gente precisa tá atuante”¹²².

Cabe aqui uma consideração a respeito da relação popular / cidade / direito. Como apontamos ao longo desse trabalho, através da identificação das injustiças sociais, estes sujeitos nos apresentam outra cidade, bem como maneiras singulares de questionar seu espaço, seu lugar social na dinâmica política.

Fundamentados na leitura de Déa Ribeiro Fenelon acerca da relação entre poder e classes sociais, vemos que os movimentos sociais populares articulados por estes sujeitos se constituem em uma alternativa política, na construção de um contra-

¹²¹ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

¹²² Entrevista concedida a autora por Vera Maira de Oliveira, em 18 out. 2013.

poder frente à dominação exercida pela classe dominante¹²³, assim como revela a descrença e a indignação destes em relação ao modelo tradicional de política, como identificamos na fala de Lázara Aparecida Borges, pioneira no processo de formação e criação da Associação Feminina do Bairro Seringueiras (FEBASE). Assim ela descreve sua decisão de não manter um contato tão direito com a administração e sua forma de fazer política:

[...] eu acho que eles não tá fazendo mais que a obrigação deles. E eles sabe [...]. Então, eu, pra não entrar em atrito – porque eu vejo e eu falo mesmo –, ai eu prefiro ficar... [risos]. Eu não concordo com essas política torta. Eu sou muito contra essa falta de compromisso, de respeito para com as pessoas, sabe? [...] Então, agora já começou! O ano que vem tem eleição e eles começou a procurar, a benefício de quem? Da comunidade? Do público? A benefício deles próprio!¹²⁴

A fala de Lázara Aparecida revela certa desconfiança em relação à política, que a fez rejeitar uma aproximação com as instâncias do poder, inclusive quando se tratava do diálogo com as camadas populares: “Então, agora já começou [...], eles começou a procurar, a benefício de quem? Da comunidade? Do público? A benefício deles próprio!”¹²⁵

Vera Maria, atual presidente da FEBASE, tem uma opinião semelhante acerca da relação entre poder e camadas populares, como destaca:

[...] muitas vezes a gente não tem apoio, né. A gente, por exemplo, num gabinete de vereador, mesmo você tendo toda intimidade, ter ajudado a elegê-lo, também tem dificuldade. Porque aquela pessoa que tá lá muitas vezes não tem tempo, não tem conhecimento e não tem uma coisa que se chama boa vontade. Isso ai eu falo aqui, eu falo lá, porque é verdade, né!¹²⁶

¹²³ Ver FENELON, Déa Ribeiro. Estado, poder e classes sociais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 7, p. 33-57, mar. 1984.

¹²⁴ Entrevista concedida a autora por Lazara Aparecida Borges, realizada em sua residência no bairro Seringueiras, em 26 nov. 2013. Nesta data, ela tinha 56 anos de idade. Natural de Campina Verde (MG) veio pra Uberlândia em 1978. É funcionária pública Municipal aposentada e foi a primeira presidente da Associação Feminina do Bairro Seringueiras (FEBASE). Começou a militância em 1998, através de seu trabalho como agente comunitária de saúde no núcleo odontológico do Posto de Saúde da Família (PSF) do bairro.

¹²⁵ Entrevista concedida a autora por Lazara Aparecida Borges, em 26 nov. 2013.

¹²⁶ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

As palavras de Vera Maria se referem à negligência daqueles que estão no poder com as questões populares, dentre elas as das mulheres pobres e negras em suas organizações. Segundo ela, falta conhecimento das necessidades destes sujeitos e boa vontade daqueles que estão no poder.

Percebemos indignação parecida na fala das mulheres negras. Quando Vanesca, presidente do Movimento Negro Visão Aberta (MONUVA) nos fala a respeito das questões deste grupo, quando do surgimento do movimento na década de 1980, acaba por revelar alguns dos problemas hoje enfrentados pela comunidade negra na cidade:

Autora: Quais as questões Vanesca?

Vanesca: Racial, cultural e preservação da identidade. Porque, quanto cê tá lutando pra tê o acesso à cultura, cê tá lutando pela manutenção da sua identidade. Por exemplo: nesse tempo, quantos políticos já quis tirar a Festa do Congado¹²⁷ do centro de Uberlândia? Será que as pessoas que moram no centro são satisfeita com aquele barulho? Será que eles não tão perturbando o estudante estudá? Às vezes, cê tem um filho, cê paga um cursinho, e ele tá prestes a fazê uma prova e vem uma turma de congadeiro e fica fazendo batuque o dia todo. Cê acha que o pai que tá fazendo o investimento tá feliz com isso? Num tá feliz! Mas, pra aquele menino que tá tocando o congado, ele esperou o ano inteiro. O ano inteiro! Ele espera a festa acabá, o capitão descansa, o capitão pensa: ‘O quê que eu vou fazer o ano que vem? Onde vai ser os leilões, onde vai ser as campanhas. Será que a comunidade vai tá comigo, vai me apoiá? Meu presidente de bairro vai consegui alvará pra mim tocar no fim de semana? Será que a professora das crianças do meu terno vai tolerar as crianças tudo faltar na segunda-feira? E se tiver prova?’ [...] E a administração pública sempre pensa que a população negra quer só cultura, quer pagode, quer samba, quer só isso. Só cultura, não é! Nós queremos o quê?¹²⁸

¹²⁷ Festa tradicional da comunidade negra na cidade de Uberlândia, realizada no mês de novembro. Nesta os congadeiros se reúnem para homenagear Nossa Sra. do Rosário e São Benedito, considerados padroeiros do seu povo; desfilando pelas principais ruas do centro da cidade os ternos de congada dançam, tocam percussão e cantam até à chegada a Igreja do Rosário, onde se encerram as celebrações. Entretanto, mais que uma manifestação cultural dos negros (as) da cidade é também uma manifestação política, pelo direito de preservar suas práticas e sua identidade no espaço da cidade. Para um aprofundamento do assunto, ver SANTOS, Fernanda. *Negros em movimento: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais* (Uberlândia / 1984-2000). Op. cit.

¹²⁸ Entrevista concedida a autora por Vanesca Tomé Paulino, realizada em sua residência no bairro Santa Mônica, em 09 dez. 2013. Nesta data Vanesca tinha 40 anos de idade. É natural de Uberlândia (MG) e está presente no MONUVA desde sua adolescência, onde acompanhava o pai, que militou no movimento desde a criação do mesmo. Vanesca é hoje presidente do MONUVA, pelas informações obtidas em conversas informais com outros integrantes, a segunda mulher presidente do movimento, e trabalha com projetos em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia. Recentemente esteve na Nigéria, África

Na exposição de Vanesca sobre a razão da criação do MONUVA, quando um grupo resolveu reivindicar o direito de preservar sua identidade e contra o preconceito racial na cidade, vemos, ao mesmo tempo, a revolta com a visão que a classe dominante faz desses grupos – “pensa que a população negra quer só cultua, quer pagode, quer samba, quer só isso” –, e uma questão para nós: “Nós queremos o quê”?

Abrimos parêntese para comentar a relação entre a concepção construída pela classe dominante acerca da cultura das camadas populares e a imprensa. Podemos observar claramente a junção entre a maneira como o jornal apresenta a atuação destes grupos na cidade e a ideia exposta por Vanesca. Percebemos que há uma ligação das atividades destes sujeitos na cidade com ideias de desordem – “vem uma turma de congadeiros e fica fazendo batuque” –, como Vanesca salienta, de falta de cultura e até de criminalidade. Entretanto, quando ela nos fala da espera do menino e de todo o contexto que envolve sua participação naquela festividade, notamos aí a construção da noção de cidadania, que é ter o direito de fazer aquela festa, mas não só, também de se expressar como sujeito ativo, partícipe daquela história e produtor de uma memória sobre si mesmo. Assim, quando Vanesca devolve a pergunta sobre o que eles querem, ela demonstra que estes sujeitos estão atentos a essa descaracterização de seus movimentos e, por meio de suas práticas, reivindicam o que querem – pertencer àquele espaço como cidadãos que são.

No entanto, convivem diariamente com estas premissas e as combatem através da reivindicação de direitos que não são entendidos como doações e, sim, enquanto exigências de moradores pertencentes à cidade. Trata-se de uma forma também para vivenciar o urbano e suas contradições¹²⁹.

A proposição desenvolvida por Letícia Siabra da Silva ao analisar a relação destes sujeitos, moradores de bairros pobres em Uberlândia, e a elaboração e constituição de formas de se comunicar na cidade, complementa a nossa reflexão de que estes sujeitos se (re)faziam por meio destas ideias, trabalhando dentro do espaço que

do Sul, por um destes projetos desenvolvidos junto a PROEX-UFU (Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia).

¹²⁹ SILVA, Letícia Siabra da. Cidade e experiência de comunicação: cultura, memórias e estratégias de luta de moradores pobres no espaço urbano. (Uberlândia / 1990-2012). Op. cit. p. 126.

lhes era destinado e, por meio dele, chamavam a atenção para suas reais necessidades e questões.

Retomando a questão do movimento negro, destacamos que, para as mulheres negras, esse trabalho começava “dentro de casa”. Ao nos falar sobre a participação das mulheres no MONUVA, Vanesca salienta essa particularidade da luta da mulher negra:

[...] E, aqui em Uberlândia, quem sempre teve à frente dos movimentos sociais negros eram os homens. E aí nós elegemos a primeira mulher presidente do MONUVA, que foi a Dulcinéia. Aí ela ficou duas ou três gestões, três mandatos. E depois, agora, eu tô no meu primeiro mandato¹³⁰.

Observamos, na fala de Vanesca, que os homens estavam à frente do MONUVA como líderes, assim como acontecia em outros movimentos do gênero, de acordo com o que ela nos diz sobre a organização destes segmentos na cidade. Assim, a luta dessas mulheres se fazia dentro e fora de sua comunidade. Eleger a primeira presidente do MONUVA foi um marco dessa luta na conjuntura do próprio movimento. Portanto, concluímos que a discriminação sofrida por estas mulheres na sociedade, bem como nos espaços da cidade, ia além da questão de gênero e etnia, passando também pela dificuldade de inserir questões específicas da mulher nos movimentos da sua comunidade.

A fala de Dulcinéia, primeira presidente do MONUVA, confirma o que Vanesca já nos apontava em sua exposição acerca da participação das mulheres no movimento.

Autora: Qual a participação das mulheres dentro do MONUVA?

Dulcinéia: Sinceramente? É mínima, mínima, mínima! O MONUVA em relação às mulheres fica assim: eu, a Vanesca, a Ilma, a Ilma, a Vanesca e eu. São três mulheres que tá ali e a gente...: ‘Vamo lá!’... E a Cláudia Lúcia. Cê entendeu? É muito pouco! Porque a gente já conseguiu muita coisa e temos o espaço¹³¹.

¹³⁰ Entrevista concedida autora por Vanesca Tomé Paulino, em 09 dez. 2013.

¹³¹ Entrevista concedida a autora por Dulcinéia Silva Penha, realizada em sua residência no bairro Patrimônio, em 16 dez. 2013. O local onde se realizou a entrevista é conhecido pela comunidade como “Terreirão do samba”. Ali acontecem diversas atividades da comunidade negra de Uberlândia. Nesta data

Dulcinéia expressa, em poucas palavras, a luta das mulheres negras em sua organização – “são três mulheres que tá ali e a gente...: ‘Vamo lá!’... E a Cláudia Lúcia. [...] É muito pouco!”¹³² Em sua fala, explicita-se a indignação com essa situação, uma que o mais difícil, que era o espaço próprio do movimento, havia sido possível conquistar. No entanto, ao falar sobre as ações do MONUVA percebemos a semelhança com o modo de atuar que congrega as mulheres das camadas populares:

Reuniam todas as crianças ali, mulheres, mulheres do bairro, exatamente! Do Lagoinha¹³³ e regiões. É todo mundo. Tinha gente que era do Tibery, tinha gente do São Jorge, tinha vários lugares, né¹³⁴.

A sede do MONUVA fica no bairro Lagoinha, bairro da periferia de Uberlândia localizado às margens da bacia do córrego Lagoinha, no setor sul da cidade. O terreno para a construção da sede foi doado à época do governo de Zaire Resende (1983-1988). Hoje, o MONUVA sofre com a especulação imobiliária, visto que a região se encontra atualmente circundada por condomínios horizontais fechados.

Retomando a fala de Dulcinéia, notamos que as atividades do movimento estavam voltadas para os negros(as) que moravam naquela região, bem como para outros sujeitos espalhados pela cidade que compartilhavam da mesma necessidade. Nesse ponto, observamos como as mobilizações destas mulheres convergem para relação bairro / melhores condições de vida / organização de movimentos, aspecto que diferencia seu modo de fazer do de outros movimentos de mulheres na cidade, aqueles mais ligados ao institucional.

Em relação à administração pública, o MONUVA também coloca alguns dos entraves do poder à atuação destes sujeitos. Assim Dulcinéia descreve seu mandato como presidente do MONUVA:

Dulcinéia tinha 60 anos de idade. Ela é natural do Rio de Janeiro (RJ), do subúrbio do Rio, como fez questão de destacar, e já militava no movimento negro por lá através do seu trabalho com dança, como nos disse – “eu já tava dentro do movimento negro, só que eu não tinha essa consciência ainda”. É professora de dança afro-brasileira e desenvolve projetos com os grupos de congada e com escolas.

¹³² Entrevista concedida a autora por Dulcinéia Silva Penha em 16 dez. 2013.

¹³³ Ver Mapa dos bairros por setor, p. 25.

¹³⁴ Entrevista concedida a autora por Dulcinéia Silva Penha, em 16 dez. 2013.

[...] Durante a minha gestão, eu posso te garantir, não teve um vereador, um deputado, um senhô que tivesse dentro da Câmara que eu não tenha batido na porta. E todos eles disseram não. Os amigos, os inimigos, os que eu não conhecia, os que eu passei a conhecê. Todos eles tinha um problema assim: ‘não, mas eu não posso brigar contra a prefeitura’. Ai! Se cê não pode brigar, quê que cê tá fazendo lá? [...] Aí foram fazendo “vista grossa” por vinte anos. [...] Como é todo mundo cumpadre, aqui em Uberlândia... Se cê for uberlandense, cê me desculpa. Porque, aqui em Uberlândia, todo mundo gosta de dá tapinha nas costas¹³⁵.

Percebemos que, apesar das conquistas do movimento, como a sede própria, Dulcinéia nos fala do modo de fazer política que impera na cidade, tradicional, vinculado à ideia de tutela destas camadas. Quando ela diz “todo mundo é cumpadre, aqui em Uberlândia”, fica evidente que aqueles que não compartilhavam dessa “amizade” estavam de alguma forma prejudicados no que diz respeito aos seus interesses. Contudo, mesmo com todas estas dificuldades, o movimento não deixou de atuar, como ressalta Vanesca:

Seja no governo Zaire, no governo Virgílio, no governo Odelmo e, agora, no governo Gilmar, nós vamos consegui. Porque nós não podemos fica parado. O nome já fala: movimento. Às vezes, a gente não faz um grande evento... A gente já trabalhou num projeto muito bom com oito mulheres. [...] Então, assim, as nossas ações não dependem do governo¹³⁶.

Podemos evidenciar, por meio da fala de Vanesca, que com o apoio ou não do governo em vigor, as mulheres das camadas populares estavam atuantes. Quando ela diz que suas ações independem de governo, na verdade o que deseja afirmar é que só conseguiram algum benefício porque estavam lá reivindicando, reclamando, cobrando, em constante movimento, como ela define. Também pudemos abstrair de sua fala que as mulheres pobres e negras não queriam ganhar nada dos políticos, ideia comumente presente no jeito tradicional de fazer política; e, sim, participar, na medida em que

¹³⁵ Entrevista concedida a autora por Dulcinéia Silva Penha, em 16. dez. 2013.

¹³⁶ Entrevista concedida a autora por Vanesca Tomé Paulino, em 09 dez. 2013.

reconheciam suas ações como expressão de luta e, no enfrentamento das condições de dominação, passavam a constituir-se como novos sujeitos políticos¹³⁷.

Vemos que, por meio da participação na associação do bairro, no movimento negro ou outros segmentos, vão aparecendo questões específicas das mulheres e elas vão se organizando em movimentos de mulheres e/ou dentro dos movimentos dos quais já participavam. Contudo, elas se fazem presentes na cidade através de suas ações como um todo. Assim, pensar o movimento destes sujeitos mulheres pobres e negras na cidade requer pensar esse espaço como um espaço cultural e social no plural, um espaço de diversidade, conflito e negociação e, sobretudo, de luta pelo direito de pertencer. O que também não elimina divergências dentro do seu próprio grupo social.

3.2 Do comum às especificidades: os movimentos dentro do movimento

Pudemos observar que as mulheres das camadas populares estavam unidas por um objetivo comum – a melhoria de sua condição social e material, bem como de sua condição enquanto mulher na cidade. Contudo, também encontramos diferentes perspectivas entre as integrantes destes movimentos, no que diz respeito a ideologias e ações. Estas divergências se perfazem na relação entre estes sujeitos em mobilização, como na sua relação com o poder público.

Um bom exemplo dessa diversidade de pensamento e atuação pode ser verificado nas várias correntes dentro do movimento negro. Vanesca expõe esse processo, quando lhe pergunto da relação do MONUVA com o Movimento Negro Unificado (MNU):

Olha..., nós temos pessoas dentro do MONUVA que é sensível à questão do MNU, do Movimento Negro Unificado. Mas nós também temos gente que acha a ideologia da UNEGRO

¹³⁷ “Estes movimentos são reconhecidos como expressão da luta para se constituírem em novos sujeitos políticos, sobretudo no enfrentamento das condições de dominação”. FENELON, Déa Ribeiro. Estado, poder e classes sociais. Op. cit. p. 36.

interessante. [...] Então, nós não somos cadastrados em nenhum desses movimentos nacionais¹³⁸.

Observamos a presença de dois movimentos negros nacionais na fala de Vanesca. De acordo com ela, o MONUVA não é filiado a nenhum desses movimentos, mas, ao mesmo tempo, salienta que há pessoas dentro do movimento que comungam do jeito de fazer de um ou de outro, o que evidentemente gera diferentes opiniões sobre o modo de atuação do grupo. Logo após, Vanesca faz questão de ressaltar que isso não é empecilho para suas lutas:

Ai lá, às vezes, eu sou de uma corrente, você é de outra... O que acontece é que vamos nos reunir e priorizar as políticas públicas... As políticas públicas que nós temos conseguido hoje em Uberlândia... é de todos nós, negros(as) reunidos¹³⁹.

Na fala de Vanesca, notamos a união dos integrantes do MONUVA a fim de conquistar algo comum a todos. Aqui ela se refere a políticas públicas para a população negra; mas também percebemos a negociação realizada entre eles, quando ela nos diz “o que acontece é que vamos nos reunir e priorizar”.

Conversando com a Vanesca a respeito do espaço que as mulheres negras conquistaram para suas questões no movimento, as diferenças foram aparecendo também na relação das mulheres negras com outros movimentos de mulheres na cidade.

Vanesca: ...Nós vamos tê o ano que vem a conferência das mulheres. Nós nunca conseguimos tê a conferência das mulheres aqui em Uberlândia. E olha que tem umas... umas altas feministas aqui em Uberlândia, de renome até nacional.

Autora: É? Você acha que, na priorização de algumas questões, o movimento feminista acaba por isolar as mulheres negras?

Vanesca: Nós temos as reivindicações que é comum de todas nós, mas nós temos também as especificidades. [...] Quais são as políticas públicas que nós queremos? Quais as políticas públicas que as mulheres brancas querem? Porque é muito fácil oferecê um sabonete e dizê: ‘esse sabonete é pra todo mundo’. Mas eu, por exemplo, sou alérgica. Será que esse sabonete é bom pra minha pele? [...] Ai, tem a vaidade. Eu sei, você não sabe, eu sei, você não sabe! E aí fica assim: uma querendo fazê política pública e a outra:

¹³⁸ Entrevista concedida a autora por Vanesca Tomé Paulino, em 9 dez. 2013.

¹³⁹ Id. *ibid*.

‘porque eu sei, eu vou captar meu recurso e eu resolvo o problema de Uberlândia’. Não resolve!¹⁴⁰

Notamos, na fala de Vanesca, que, mesmo unidas em prol dos direitos da mulher, há questões específicas que dividem mulheres pobres e negras e feministas e/ou organizadas, como preferimos chamar nesse trabalho. As mulheres organizadas em instituições, próximas do poder, tinham outras prioridades, que, para estas outras mulheres, às vezes, não eram relevantes. Isso fica claro quando Vanesca enfatiza: “porque é muito fácil oferecê um sabonete e dizê: ‘esse sabonete é pra todo mundo’. Mas eu, por exemplo, sou alérgica”¹⁴¹. Contudo, ela destaca que estas especificidades vão além da questão racial.

Porque a questão do racismo, ela nos separa somente pela cor da pele. Mas a questão do movimento feminista, a gente tem as especificidades da mulher negra. Hoje, nós sabemos que quem ainda mais apanha é a mulher negra. Mas nós não queremos pegar somente a questão racial pra nos dividir. O que nos divide é a cor da pele, a questão cultural e a situação econômica. Agora, na política pública, cê tem que trabalhar com as duas. [...] Então, dependendo de quem esteja passando por dificuldade... Porque o movimento feminino, a grande bandeira dele é a violência doméstica. A gente trabalha com o empoderamento da mulher. Então, quando eu começar a separar mulheres brancas e negras, eu tiro a oportunidade de uma delas se emancipar¹⁴².

De acordo com a fala de Vanesca, observamos que as mulheres negras não querem criar uma cisão entre brancas e negras. Ao passo em sabemos que as mulheres brancas são maioria no movimento feminista justamente por ocuparem outro lugar social, Vanesca salienta que é aí que residem às divergências entre elas. No entanto, ela aponta o caminho encontrado por elas para unir forças, ao invés de dividir – a política pública. Na política pública, é possível trabalhar a questão de gênero e a de etnia, segundo podemos subentender da frase utilizada por Vanesca: “Agora, na política pública, cê trabalha com as duas”. Fica claro, em sua explanação, que a luta é pela emancipação da mulher, seja ela branca ou negra, em face de sua condição cultural, econômica e social.

¹⁴⁰ Entrevista concedida a autora por Vanesca Tomé Paulino, em 9 dez. 2013.

¹⁴¹ Id. *ibid.*

¹⁴² Entrevista concedida a autora por Vanesca Tomé Paulino, em 9 dez. 2013.

Voltando às questões internas dos movimentos, verificamos as divergências em relação às formas de atuação. Na Associação Feminina do Bairro Seringueiras (FEBASE), Vera Maria de Oliveira, atual presidente da associação, descreve com entusiasmo a conquista de um espaço para o movimento na comunidade:

Mas, com tudo, hoje, aqui é um paraíso pra vista do que era há vinte anos atrás. Era muito difícil. Aliás, não tinha nem local de fazê uma reunião. Hoje, a gente tem esse espaço aqui [faz sinal apontando para a sala onde conversávamos], que é da comunidade. O Cláudio [Presidente do Centro Comunitário do Bairro São Jorge] abre pra comunidade. Tanto é que abriu pra nossa associação. Hoje, uma associação que tem um espaço dentro do bairro, como cê tá vendo aqui, isso é uma coisa inédita!¹⁴³

Percebemos, na fala de Vera Maria, a satisfação em conseguir um espaço no centro comunitário do bairro, quando relata que a conquista daquele local é inédita, em comparação com a situação precária do bairro há tempos atrás. Entretanto, enquanto Vera Maria vê esse fato como um ganho para o movimento no bairro, Lázara Aparecida Borges, pioneira na constituição da Associação, o vê como uma perda para a identidade do movimento.

Autora: É, dona Lazara, a senhora acha que foi ruim?

Lázara: Perdeu a identidade. Perdeu! Porque, na época que era aqui [na residência dela] ou se fosse na Vera, ela tinha uma identidade. A referência da FEBASE é o Centro Comunitário... Eu não concordo... Pra mim, é isso: perdeu a identidade. Que na época era simples, não tinha sala, não tinha isso, não tinha aquilo, mas era uma associação que nós fundamos, nós lutamos. Nós saíamos na rua, no sol quente, debaixo de chuva, pra atendê... E aí, ia lá e atendia; ia lá, medir a pressão; aí, lá, levar um litro de óleo... Mas aquilo ali era a nossa luta. É o que nós propôs a fazê [silêncio] ¹⁴⁴.

A fala de Lázara Aparecida revela alguns aspectos dessas questões internas: o fato de o movimento passar a ocupar uma sala no centro comunitário do bairro centralizou as ações e fez com que o centro se tornasse referência para as ações da FEBASE, que era luta delas; algo com que ela não concorda, por acreditar que isso implique na perda de identidade da Associação. Prosseguindo no seu esclarecimento, Lázara expõe que essa discordância acabou por afastá-la da atuação no movimento:

¹⁴³ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

¹⁴⁴ Entrevista concedida a autora por Lazara Aparecida Borges, em 26 nov. 2013.

A gente continua ajudando, mas não com aquele compromisso. A gente ajudava muito mais! Eu! Eu não tó mais tão atuante [longa pausa]. Apesar que as pessoas, é...da comunidade, não tem nada a vê com os problemas. É impasse, assim, não sobre o poder. Tem coisas que eu vejo e não concordo¹⁴⁵.

Observamos no destaque de Lazara Aparecida que hoje seu envolvimento é menor devido a essa mudança, que, para ela, engessou aquele ideal de comunidade, do trabalho coletivo, que a movia para o trabalho de organização. Quando pergunto se o fato de a associação funcionar no Centro Comunitário inibiu a participação da população em geral, a resposta de Lazara dispensa explicações.

Lázara: Eu acho!

Autora: Por quê? Ficam só os líderes?

Lázara: Os líderes e os [inaudível]. Tudo tem que pedir o presidente do Centro Comunitário. Então, assim, eu não vejo como um trabalho em parceria a todos. Eu não vejo!¹⁴⁶.

Aqui, Lazara Aparecida abre a discussão para um aspecto relevante da formação dos movimentos sociais populares – a relação entre liderança e comunidade. Percebemos que, com a aproximação da organização institucional, ocorre um processo de centralização das ações e tudo se volta para a figura do líder, o que acaba por inibir a participação daqueles que não compartilham dessa relação. Um bom observatório dessa mudança é o processo de desenvolvimento da chamada democracia popular no governo Zaire Resende (1983-1988). Ao criar estruturas de participação popular, como as Ams (Associações de Moradores) e o CMEC (Conselho Municipal de Entidades Comunitárias)¹⁴⁷, a administração acaba por congrega ali os líderes comunitários, numa estratégia de controle social e acompanhamento das ações destes sujeitos nos bairros pobres de Uberlândia.

¹⁴⁵ Entrevista concedida a autora por Lazara Aparecida Borges, em 26 nov. 2013.

¹⁴⁶ Id. *ibid.*

¹⁴⁷ O Conselho Municipal de Entidades Comunitárias (CMEC) foi criado no início do governo Zaire Resende (1983-1988). Ali se faziam reuniões com as entidades comunitárias e associações de moradores, a fim de deliberar sobre as reivindicações destes sujeitos. O Conselho era administrado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. Hoje o órgão continua em funcionamento, com o mesmo propósito. Vemos aí uma apropriação dessa estratégia pelos governos posteriores, com intuito de garantir seus interesses e, consequentemente controlar a participação popular. Sobre esse assunto, ver SANTOS, Carlos Menezes Souza. *Democracia participativa e tensão social em Uberlândia: experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças*. Op. cit.

[...] Os moradores são mobilizados pelas necessidades prementes de melhoria dos serviços urbanos de consumo coletivo e convocados a participarem de assembleias que deliberam sobre as prioridades das reivindicações. Ato seguido são desmobilizados e um pequeno grupo da diretoria se encarregue de levar adiante, junto aos órgãos complementares, as reivindicações¹⁴⁸.

É notório que essa organização dos dissidentes em um pequeno grupo de líderes vai afastando as outras pessoas que compõem o movimento. Eles (pessoas comuns) os veem como diferentes. É o que Lazara Aparecida quer nos dizer a respeito de ter que pedir tudo ao presidente do Centro Comunitário do Bairro São Jorge. O envolvimento com o poder e as instituições vai opondo estes sujeitos. A fala de Dulcinéia Silva Penha aponta esse nuance.

Porque a Vanesca [atual presidente do MONUVA], como presidente..., ela faz um trabalho... – Nós duas temos, assim, uma vertente [divergência?]. Ela faz um trabalho muito burocrático, dentro da UFU, com projeto, essas coisa. Eu sou... Eu quero fazê um trabalho pro povo. Porque eu não sou acadêmica. Eu sou o povo! Eu quero botar é capoeira, é dança de rua, é frevo, é maculelê... Eu sei lá. Eu quero vê o povo lá dentro, agitando, entendeu? Eu quero vê mulheres bordando, vê mulheres costurando, eu quero vê mulheres...: ‘Ah, eu não tenho como deixar meu filho... Então, aqui tem um canto onde eu possa deixa meu filho.’ [...] – ... fica voltado pro grupo dentro da UFU, entendeu? Se têm uma nota, é um rodapézinho, o MONUVA fez isso, fez aquilo. Isso não expressa nada¹⁴⁹.

Quando Dulcinéia fala do seu modo de trabalhar, contrário às ações e atividades desenvolvidas hoje pelo MONUVA é possível perceber claramente essa desagregação entre base e liderança. Para estes sujeitos, a aproximação com o institucional e, conseqüentemente, com o modo tradicional de fazer política, retira aquele ideal de coletividade presente no início do movimento. Pudemos verificar esse raciocínio em outro trecho de nossa conversa com Dulcinéia.

Eu falo muito. Cê quase não percebeu, né? [risos] Mas, vamo supô, a Secretaria da Mulher [refere-se ao órgão municipal]. Quem tá lá é a Marli. Mas a Marli, sozinha, não faz nada! Ela precisa de tê um

¹⁴⁸ ALVARENGA, Nízia Maria. Movimento popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983/1988. Op. cit. p. 110.

¹⁴⁹ Entrevista concedida a autora por Dulcinéia Silva Penha, em 16 dez. 2013.

grupo de mulheres pra “segurar à bronca” e levanta essa bandeira e todos juntos fazê. Tem a Superintendência da Igualdade Racial. Quem tá lá é Ramon. Mas o Ramon, sozinho, ele também não faz nada. Tem o MONUVA. Mas o MONUVA, sozinho, também não faz nada. Então, teria que juntar MONUVA, Ramons, Marlis, Dulcinéias, Marietas, Antonietas e juntar todo mundo. Todo mundo “arregaçar a manga” e ir fazê alguma coisa¹⁵⁰.

Durante toda a fala de Dulcinéia notamos a alusão a essa coletividade – “MONUVA, Ramons, Marlis, Dulcinéias, Marietas, Antonietas [...]. Todo mundo ‘arregaçar a manga’ e ir fazê alguma coisa” –, ou seja, a voz do movimento para estes sujeitos das camadas populares não é a entidade, nem o representante, é de todos juntos, construtores destes novos modos de fazer política, de se movimentar na (pela) cidade. É um agregar de todos os tipos de necessidades.

A diversidade vai aparecendo também na maneira de tratar com os políticos e suas gestões. Conversando com Iracema Silvano, presidente da Associação Feminina do Bairro Tocantins (AFETO) sobre a relação entre poder público e associação, ela destaca positivamente o diálogo com as administrações na cidade:

Nunca foi negado nada. Desde o começo, a gente encaminha e é bem atendido. Veio [começou?] no mandato Zaire, no final, ele tava saindo. Eu trabalhei no Zaire, mas foi na prefeitura. Era pessoa boa ele. Não tenho nada que fala contra o Dr. Zaire. O Virgílio ajudou bastante também. Agora, a gente tem o apoio da administração, essa que entrou¹⁵¹.

Nesta fala de Iracema, observamos uma relação amistosa com o poder. Isso se explica por sua proximidade com as administrações, visto que era funcionária pública municipal à época e estava dentro da prefeitura, o que possibilitou um diálogo direto com os políticos. Já Vera Maria, ao falar acerca da relação da FEBASE com o governo Zaire (1983-1988) tem outra visão:

Havia muita dificuldade. E, tipo assim, eu sou uma pessoa tranquila em falar isso. É, às vezes, quando a pessoa tá no poder, num grau alto, muitas vezes eles não escuta alguns que tá lá no subúrbio e que as vez tá vendo de fato o que tá acontecendo. Então, eu acho que foi muito pecado no governo do Dr. Zaire isso. Porque, muitas vezes, muitas pessoas até hoje fala, não teve retorno, mas muitas vezes foi porque não ouvia a população de

¹⁵⁰ Entrevista concedida a autora por Dulcinéia Silva Penha, em 16 dez. 2013.

¹⁵¹ Entrevista concedida a autora por Iracema Silvano, em 20 set. 2013.

fato, né. Às vezes, a gente escuta uma fala e não prioriza. E o erro do governo é não priorizar a fala daqueles que estão mais na ponta, porque precisa do serviço, às vezes é quem tem mais dificuldade [...]. Mas, assim, eu acho que, no passar do tempo, essa coisa já tá mais sendo ouvida¹⁵².

Notamos que Vera Maria, que estava lá no bairro, e mantinha esse diálogo com o poder de forma indireta, apenas através de assessores e de órgãos como o CMEC, não acredita que o governo de Zaire veio corroborar com o movimento de mulheres organizado no bairro Seringueiras. Enquanto demonstra que houve uma abertura para a participação destas camadas, entretanto, também destaca que não se ouvia a população de fato e que, por isso, não tiveram o retorno esperado. Com a finalização de sua fala – “Mas, assim, eu acho que, no passar do tempo, essa coisa já tá mais sendo ouvida”¹⁵³ –, podemos subentender como uma esperança na nova gestão municipal, hoje no comando da cidade.

Cabe aqui uma consideração acerca do governo Gilmar Machado (2013-2016), atualmente no comando da cidade de Uberlândia. Embora não seja o objetivo desse trabalho aprofundar-se na temática da organização do poder na cidade, é importante salientar que a eleição de Gilmar representa um marco na história política de Uberlândia. Após longos anos sob o comando do grupo político tradicional na cidade, de direita, representado pela figura de Virgílio Galassi e seus sucessores¹⁵⁴, entrecortado apenas por duas gestões de esquerda, com Zaire Resende (1983-1988 / 2001-2004), o povo elegeu Gilmar com 236.418 votos (62,78% dos votos válidos)¹⁵⁵. Gilmar Machado (PT) é representante de uma postura política voltada ao desenvolvimento social da cidade, seu lema de campanha apregoava este projeto – “Uberlândia: uma cidade educadora”. Negro e de família pobre, sua eleição é significativa para o processo de luta destes sujeitos em movimento na (pela) cidade.

Em muitas das conversas realizadas para esse trabalho, pudemos observar esta expectativa. Do movimento negro, como destacamos das falas de Vanesca e Dulcinéia, integrantes do MONUVA:

¹⁵² Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

¹⁵³ Id. *ibid*.

¹⁵⁴ Ver quadro em anexo, p. 144.

¹⁵⁵ Dado retirado do site da prefeitura de Uberlândia – <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>.

Vanesca: Agora, a gente espera, a gente espera nessa gestão... Então, a gente tá criando uma expectativa, até mesmo porque o prefeito [Gilmar Machado] é filiado no MONUVA¹⁵⁶.

Dulcinéia: E ai, agora, com esse novo prefeito, que é negro, eu acho que seria o momento de reunir todos os negros de Uberlândia e ir reivindicar um espaço, que, por direito, foi o primeiro espaço ganho em Uberlândia pro movimento negro [refere-se ao MONUVA]¹⁵⁷.

Às associações femininas, como coloca Vera Maria, presidente da FEBASE:

Vera Maria: E ai, agora, tem... O novo governo colocou a Coordenadoria da Mulher. Que a gente, assim, quando consolidar, a gente, nós, vamos lá levar nossas ideias, os nossos projetos, pra vê o que eles vão nos proporcionar, ou nos ajudar ou nós sermos parceiros¹⁵⁸.

Notamos, nas falas de Vanesca, Dulcinéia e Vera Maria, que elas acreditam que essa é hora dos movimentos sociais populares cobrarem do poder. Nesse tocante, percebemos que a esperança neste novo governo, por tudo que ele representa para estes sujeitos, não é tão ingênua assim, na medida em que este momento político só foi possível devido à luta de todos eles(as) em busca por espaço, por pertencerem à cidade e terem suas necessidades atendidas. E eles(as) sabem que a pressão exercida pelas camadas populares foi fundamental para a conquista desta eleição.

No entanto, percebemos que essa expectativa quanto ao governo atual não é unanimidade entre estes sujeitos. A fala de Lázara Aparecida é indicativa disso:

Lázara: Vai começar a fazê agora? Um ano, aliás, dessa administração, que, cê me desculpa eu falar, é uma...

Autora: Em relação aos movimentos sociais?

Lázara: Não é só os sociais. Os sociais e tudo. A saúde... Sinceramente eu tó desmotivada com essa política¹⁵⁹.

Lázara Aparecida expressa insatisfação e descrença com a atual gestão da cidade e em relação à política de modo geral. Vale salientar que Lázara Aparecida foi

¹⁵⁶ Entrevista concedida a autora por Vanesca Tomé Paulino, em 9 dez. 2013.

¹⁵⁷ Entrevista concedida a autora por Dulcinéia Silva Penha, em 16 dez. 2013.

¹⁵⁸ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

¹⁵⁹ Entrevista concedida a autora por Lázara Aparecida Borges, 26 nov. 2013.

funcionária pública municipal e trabalhou na área da saúde, como agente comunitária do núcleo odontológico do Programa Saúde da Família – PSF do bairro Seringueiras.

É importante ressaltar que compreendemos toda essa diversidade de opiniões, posturas e atuações, não como algo a separar estas outras mulheres e os movimentos engendrados por elas, mas como particularidades que se perfazem na união destas mulheres em prol de questões comuns. Isso fica claro na fala de Iracema Silvano sobre a Associação Feminina do Bairro Tocantins (AFETO):

Começou devido à violência com a mulher. Sempre com as mulheres aqui do bairro. Mas nós trabalhando fora também. Porque a batalha é constante [...] Nada me impede de ajudar outra mulher na cidade. Tem essa ajuda¹⁶⁰.

Na fala de Iracema, uma frase chama nossa atenção: “Porque a batalha é constante”. Indica que ela não se fez somente por causa da necessidade isolada das mulheres do Tocantins de ter mais segurança para sair à rua, ir trabalhar, levar o filho para a escola, mas devido à necessidade de todas elas mulheres pobres, negras pela cidade. Verificamos essa postura também na exposição de Vera Maria:

Tudo bem que, às vezes, precisa força e coragem depois de 8 horas de serviço pra ir numa reunião. Mas isso acontece hoje e a gente vê que o envolvimento é maior. Sem lagar as pessoas também, que eu acho sempre importante a gente ter junto. Uma coisa que sempre permaneceu e que sempre vai permanecê é o conhecimento. O que a gente não pode mudar de jeito nenhum e do nosso lugar. O quê que é nosso lugar? Nosso lugar de cobrar¹⁶¹.

É possível notar essa noção de coletividade na fala de Vera Maria. Percebemos que ela se identifica com essas pessoas na condição de trabalhadora, destacando a importância de tê-las todas ali, juntas, por pertencerem a um mesmo lugar social – que não é o de submissão, mas o de conhecerem os próprios direitos, comuns à classe, e o de cobrarem os direitos negados pela classe dominante. Essa percepção também aparece na fala das mulheres negras, quando Vanesca me explica que a mobilização tem que ser conjunta:

¹⁶⁰ Entrevista concedida a autora por Iracema Silvano, em 20 set. 2013.

¹⁶¹ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

A gente tem uma preocupação, porque a gente sabe que a mulher negra sofre duplamente em relação à branca. Mas a sensibilização tem que vir em conjunto. Porque nem sempre quem tá do lado, a vizinha que tá do lado da mulher negra é outra negra. É outra branca, que pode escutar o grito da negra [...]. Ou falar pra ela: ‘Olha, eu tô sabendo de uma vaga de emprego’. Ou: ‘Olha, cê vai fazê uma entrevista? Quer deixar seus filhos aqui comigo?’ [...] E pode ser uma branca que tá passando pela mesma coisa¹⁶².

Vanesca observa que, mesmo com as especificidades que paulatinamente vão surgindo no movimento destas mulheres, o que as congrega é uma condição de falta de oportunidade para seu grupo social. O que elas querem é ter seu lugar social respeitado, considerado pelo poder na tomada de decisões, como pudemos notar também no desabafo de Vera Maria, presidente da Associação Feminina do Bairro Seringueiras (FEBASE) sobre o que a associação representa para as mulheres do bairro:

Eu acho que é uma forma da gente podê tentar... É... falar pras mulheres: ‘Vocês podem, vocês são capaz’. Não é porque a gente tá aqui, no bairro Seringueiras, que a gente não tem estudo, que a gente não vai tê capacidade. A gente pode, sim! E nós vamo fazê!¹⁶³.

Vera Maria demonstra como elas se (re)fazem diante das particularidades de cada uma. Seja no Tocantins, no Seringueiras, em outros bairros pobres da cidade ou no movimento negro, elas estão lá, chamando a atenção do poder público para suas necessidades, como Vera Maria enfatiza – “vocês podem, vocês são capaz” –, assim como também estão lá (re)escrevendo a história.

Assim, pode ser que não pudéssemos falar em um movimento “feminino” na cidade de Uberlândia, como as evidências apontaram, mas, podemos falar, sim, em mobilizações de mulheres por todos os cantos da cidade, ainda que essa fosse negada pela classe dominante. As Vera(s), as Iracema(s), as Lázara(s), as Vanesca(s), as Dulcinéia(s) têm muito a nos contar, sobre esta outra história.

¹⁶² Entrevista concedida a autora por Vanesca Tomé Paulino, em 9 dez. 2013.

¹⁶³ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

Considerações finais

Chegamos à finalização desse trabalho com a certeza de que muito ainda ficou por ser abordado sobre a atuação destes sujeitos – mulheres pobres, negras na cidade. Porém, o curto tempo do curso de mestrado, bem como as escolhas feitas por nós e as direções que a pesquisa tomava, levou-nos a outros encaminhamentos. Muitas mudanças ocorrem desde aquela ideia inicial do projeto de pesquisa até aqui. E muitas certezas foram colocadas em xeque.

Inicialmente, escolhemos analisar a atuação destas outras mulheres na Uberlândia dos anos de 1980-1990 e sua relação com o movimento feminino na cidade. Felizmente, descobrimos, ao longo da pesquisa, que o movimento destas mulheres na (pela) cidade ia muito além das questões colocadas pelos ideais feministas. Elas falavam através de seu lugar social, no bairro, na estrutura da sociedade e buscavam muito mais. Direitos da mulher para estas trabalhadoras pobres, negras era também a melhoria da condição de vida nos bairros pobres, o direito de pertencer ao espaço da cidade e de ter oportunidade de ser, fazer parte da história e da memória daquele lugar. À medida que fomos acompanhando o que nos colocavam as evidências, deparamo-nos com outra pesquisa, que agora se preocupava em tecer uma reflexão acerca da atuação destes sujeitos na cidade, suas trajetórias e experiências de vida enquanto mulheres naquele espaço de vivência do urbano e suas contradições, assim como elas se relacionavam com o poder e com aquelas companheiras mais alinhadas com o institucional, as ditas “mulheres organizadas”, segundo a visão da classe dominante.

É sempre importante falar sobre nossa trajetória. Como chegamos a esse momento? Nossa primeira parada foi a Coleção CDP – Centro de Documentação Popular. Lá, buscávamos encontrar como estas mulheres se organizaram em movimentos na (pela) cidade. Por meio da Coleção CDP, pudemos vislumbrar de que formas estes sujeitos se mobilizavam, por meio de um movimento ou outro, uma associação de bairro etc; contudo, isso ainda não nos dizia tudo.

O material do CDP é uma produção alternativa àquela hegemônica na cidade, dentre ela, o jornal. Assim, partimos para o Arquivo Público de Uberlândia, a fim de

responder como as ações destas outras mulheres apareciam no jornal. Como elas eram vistas e tratadas naquele espaço financiado pela classe dominante. Pensávamos somente no plano do embate entre estes sujeitos e outros grupos; entretanto, um novo aspecto nos tomou de sobressalto – o de que aqueles sujeitos queriam figurar por aquelas páginas de alguma forma. Eles se apropriavam daquele espaço para adquirir visibilidade, chamar a atenção para suas questões na cidade. Numa notinha que fosse, estavam ocupando também aquele lugar.

Sabemos que o jornal, ao adquirir os rumos de grande empresa no capitalismo, é financiado pela classe dominante e, conseqüentemente, atende aos projetos políticos e interesses daquele grupo, funcionando como um mecanismo de controle social. No entanto, estes sujeitos não estavam alheios a isso. Nesse sentido, estar ali era uma forma de se fazerem presentes nos espaços de manutenção daquela sociedade.

A mobilização dos sujeitos nos jornais indicava que havia algo sendo confrontado, que dizia respeito à realidade social, aos embates no campo da memória, sobre as histórias dos sujeitos, moradores pobres¹⁶⁴.

A apropriação daquele espaço já consolidado era utilizada para mobilizar pessoas acerca de suas necessidades. Dentro desta rede de comunicação constituída através do protestar no jornal, estavam contestando o hegemônico. Acreditamos ter achado, então, nosso objeto. Contudo, a história oral nos “soprava aos ouvidos”, assombrando nosso pensamento sobre o que estas outras mulheres tinham a dizer sobre suas experiências de lutas na cidade.

Assumindo um posicionamento na História Social e, comprometidos com a função social do(a) historiador(a), não menos política, decidimos trazer para esse trabalho as experiências destes sujeitos – mulheres pobres, negras através de suas falas sobre o que significava se movimentar naquele contexto de busca por afirmação. Confessamos que, num primeiro momento, tivemos receio em trabalhar com este campo da história, até pela subjetividade em que ele implica. Entretanto, dado o passo inicial, a pesquisa se abriu novamente para outras perspectivas. Dentro de nossa cabeça, parecia tudo muito coeso e organizado – um grupo de mulheres unidas por necessidades comuns, colocando-se em debate com a classe dominante. Ao irmos a campo para

¹⁶⁴ SILVA, Letícia Siabra da. *Cidade e experiência de comunicação: cultura, memórias e estratégias de luta de moradores pobres no espaço urbano*. (Uberlândia / 1990-2012). Op. cit. p. 139.

conversar com estes sujeitos, muitas outras questões foram surgindo acerca de sua atuação.

Na relação com os outros grupos sociais, na relação dentro do movimento, entre elas e as lideranças, assim como nas muitas e variadas formas de conceber a sua atuação, elas nos apresentaram diferentes entendimentos do que significava o movimento. Claro que o lugar social comum no bairro pobre, desprovido de recursos e serviços públicos, congregava estas mulheres. Mas havia ali muitos movimentos. Longe de significar uma oposição entre estes movimentos, as particularidades existentes ali diziam das lutas de cada espaço a ser conquistado por elas na cidade. Assim como pudemos observar que permanecer nessa luta representava dar continuidade àquele ideal de participação e coletividade alimentado no início da década de 1980, como notamos na fala de Vanesca Tomé Paulino, sobre sua experiência com o MONUVA:

O MONUVA é uma parte de mim... Hoje, eu penso, eu acredito e amanhã a minha filha vai tá colhendo, os meus sobrinhos, os meus netos. A gente, ao menos, quer ter oportunidade, ao menos ter acesso, né¹⁶⁵.

É notório que as formas de participação e atuação destes sujeitos hoje são outras, como pudemos observar na onda de manifestações que invadiram os centros das grandes cidades em junho de 2013. E sabemos que os movimentos sociais populares passavam por um momento de (re)configuração. Entretanto, Vanesca nos fala de um ideal que ainda é comum – o de ter acesso.

Essa breve descrição do nosso percurso investigativo se faz a fim de esclarecer como chegamos à problemática final que deu vida a essas páginas. Nesse trabalho, nos propusemos a investigar a constituição destes movimentos, as disputas engendradas por estas outras mulheres, das camadas populares, na busca por mais visibilidade para suas questões no contexto da cidade, consequentemente de direito à memória, à história, a fim de produzirmos uma reflexão sobre a relação entre cotidiano, acontecer social e formação política. Nesse percurso, as falas silenciadas ou ocultas destes sujeitos, pelos grupos dominantes, tornaram-se imprescindíveis para polemizar acerca do seu cotidiano, suas práticas, seus modos de *experimentação/vivência* do acontecer social, que, para nós, se constituem em território fecundo de sua formação política dos que, por

¹⁶⁵ Entrevista concedida a autora por Vanesca Tomé Paulino, em 9 dez. 2013.

vezes, são tidos como “vencidos”, assim como de tomada de consciência para a elaboração de vários movimentos e de transformação social.

Assim, ao possibilitar novas versões da história a partir da fala destas mulheres pobres, negras acreditamos estar contribuindo para um trabalho historiográfico mais democrático, na medida em que estes sujeitos, através de suas lutas, escrevem e reescrevem a história todo o tempo.

[...] o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história. Com elas se aprende algo mais do que o simples conteúdo¹⁶⁶.

É esta matéria extraordinária, este cheiro de vida que procuramos trazer para esse trabalho. Reconhecemos que muitas lacunas ainda permaneceram, mas cremos que estas podem de alguma forma contribuir para o debate em história. Afinal, a história é movimento. E nos alegraríamos muito em ver esse trabalho debatido à luz de novos olhares e perspectivas.

Contudo, firmamos nossa defesa de que havia, sim, mobilizações de mulheres em Uberlândia no período aqui estudado. Talvez elas não fossem vistas como tal pela classe dominante, no intuito de manter seu projeto de cidade progressista. Pois estas mulheres trabalhadoras, pobres, negras estavam contestando esta falsa realidade através de suas lutas, seus movimentos nos bairros pobres da cidade. Também seguimos no nosso posicionamento de que estas outras mulheres não se sentiam representadas nos movimentos das “mulheres organizadas” da cidade, na medida em que propunham outras questões, outras formas de atuar, com sua “política social”, como nos diria dona Iracema ao explicar as ações promovidas pela Associação Feminina do Bairro Tocantins (AFETO). Assim como propomos que seus modos de se organizar também são uma forma de política. Diferente da maneira tradicional, mas, contudo, política.

Portanto, entendemos que, para estas mulheres pobres, negras lutar pelos direitos da mulher era mais que levantar a madeira a favor da emancipação e da conquista do espaço público, bem como contra a violência, era lutar pelo direito de ter

¹⁶⁶ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 41.

asfalto, uma creche no bairro, condições mínimas de saúde e educação, era lutar pelo direito de pertencer àquele espaço, do qual elas se sentiam excluídas quando tinham suas necessidades negligenciadas pelo poder. Com isso, pedimos licença para encerrar estas considerações com as palavras de dona Vera Maria, que, para nós, dizem tudo acerca da busca destas outras mulheres na cidade:

Não foi fácil conquistar meu espaço na cidade. Nordestina, morei em São Paulo, onde conheci meu marido, e viemos para cá. Um dia, em uma reunião no bairro, levantei e disse: ‘Eu sou daqui, meus filhos nasceram aqui e isso me dá o direito de cidadania nesse lugar’¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Entrevista concedida a autora por Vera Maria de Oliveira, em 18 out. 2013.

Fontes

I. Coleção Centro de Documentação Popular (CDP) – CDHIS/UFU

Cartazes:

Cartaz *O Sexo das Classes*. Reflexo da crise econômica para trabalhadoras e trabalhadores. Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, s/d. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) C.d-03.

Cartilhas:

Cartilha do *Programa de Defesa dos Direitos da Mulher*. Secretaria Municipal de Uberlândia. Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, s/d. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Box CDP (04) M.D.H -001.

Cartilha *Proposta de Carta de Princípios: às mulheres uberlandeses*. Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, 29 mai. 1988. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) D.d-01.

Cartilha da *Mulher Negra. Reafirmação da negritude*. SOF. Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, 07 jun. 1991. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) D.d-01.

Correspondências:

Carta *Informe sobre o I Congresso de Mulheres de Uberlândia*. Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, 21 mai. 1988. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) D.d-03.

Correspondência a *Associação Das Mulheres, Associação De Apoio Ao Menor De Uberlândia e a Comissão Dos Direitos Humanos Da Câmara Municipal solicitam a presença das mulheres trabalhadoras, lideranças sindicais e populares para discutirem questões vivenciadas pelas “creches”*. Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, 22 nov.1989. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) C.R-001.

Ofícios:

Ofício *Requerimento nº 807 à Secretaria de Trabalho e Ação Social*. Coleção Centro de Documentação Popular-CDP, Uberlândia, 02 dez. 1986. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História-CDHIS/UFU, Pasta CDP (09) PCB - Teses 02.

II. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia (ArPU)**Guias:**

Guia de Atendimento a alunos de 1º e 2º grau. Material de consulta do Arquivo Público de Uberlândia.

Jornais:

Correio de Uberlândia.

MONUVA comemorou ontem o Dia Internacional da Mulher. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 09, 10 mar. 1989. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, nº. 132.

NILZA ALVES – A FORÇA POLÍTICA DA MULHER. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 11, 18 jul. 1989. Arquivo Público de Uberlândia, n. 135.

CRECHE E EDUCAÇÃO AGORA SÃO DEVERES DAS PREFEITURAS. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 6, 10 dez. 1989. Arquivo Público de Uberlândia, n. 138.

MULHERES DO PARQUE SÃO JORGE SE ORGANIZAM PARA MANTER CRECHE. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 5, 4 de jan. 1990. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 139.

“AFETO” PROMOVE MANIFESTAÇÃO CULTURAL NO BAIRRO TOCANTINS. *Correio de Uberlândia*, p. 5, 08 mar. 1990. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 141.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER É COMEMORADO HOJE SEM ENTUSIASMO. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 05, 08 mar. 1990. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 141.

CARENTES VÃO À CÂMARA PEDIR LEITE DE VOLTA. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 5, 27 jun. 1990. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 144.

TÍQUETES DÃO MAIS DE CR\$ 2 MILHÕES DE PREJUÍZO. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p.5, 27 jun. de 1990. Arquivo Público de Uberlândia, n. 144.

MOVIMENTO DE MULHERES LOCAL ESTÁ DESARTICULADO. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 4, 9 ago. 1990. Arquivo Público de Uberlândia, n. 146.

COMEÇA AMANHÃ A PROGRAMAÇÃO PARA DIA DA MULHER. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 1, 3 mar. 1991. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 151.

DEBATES E REFLEXÕES MARCARAM O DIA DA MULHER EM UBERLÂNDIA. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 3, 3 mar. 1991. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 151.

DESESTRUTURAÇÃO DO PAÍS SE REFLETE NO MOVIMENTO FEMINISTA. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 1, 3 mar. 1991, n. 151.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER COMEÇA A SER COMEMORADO HOJE. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 9, 6 mar. 1992. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 163.

MULHERES FARÃO DEBATES NOS BAIRROS. *Correio de Uberlândia*, p. 6, 21 mar. 1992. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, nº. 163.

SEMANA DA MULHER NEGRA. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 6, 28 abr. 1992. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 164.

ENCONTRO DISCUTE DIREITOS DA MULHER. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 10, 4 dez. 1992. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, nº. 172.

Participação

CRECHE DO TUBALINA SURTIU DO ESFORÇO DA COMUNIDADE. *Participação*, Uberlândia, p. 5, jun. 1984. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

O COLETIVISMO DAS LAVADEIRAS. *Participação*, Uberlândia, p. 12, fev. 1985. Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

EM DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. *Participação*, Uberlândia, p. 12, jan. 1986. Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

MULHER NEGRA: DUPLAMENTE DISCRIMINADA. *Participação*, Uberlândia, p. 12, jan. 1987. Hemeroteca do Arquivo Público de Uberlândia, n. 001.

III. Entrevistas

DULCINÉIA SILVA PENHA. Entrevista concedida a autora e realizada em sua residência no bairro Patrimônio, em 16 dez. 2013. O local onde se realizou a entrevista é conhecido pela comunidade como “Terreirão do samba”. Ali acontecem diversas atividades da comunidade negra de Uberlândia. Nesta data Dulcinéia tinha 60 anos de

idade. Ela é natural do Rio de Janeiro (RJ). É professora de dança afro-brasileira e desenvolve projetos com os grupos de congada e com escolas.

IRACEMA SILVANO. Entrevista concedida a autora e realizada na residência de sua filha no bairro Tocantins, em 20 set. 2013. Nesta data, ela tinha 63 anos de idade. Natural de Tupaciguara (MG), veio para Uberlândia aos 2 anos de idade com a família. É funcionária pública municipal aposentada e presidente da Associação Feminina do Bairro Tocantins (AFETO).

LÁZARA APARECIDA BORGES. Entrevista concedida a autora e realizada em sua residência no bairro Seringueiras, em 26 nov. 2013. Nesta data, ela tinha 56 anos de idade. Natural de Campina Verde (MG) veio pra Uberlândia em 1978. É funcionária pública Municipal aposentada e pioneira no processo de criação da Associação Feminina do Bairro Seringueiras.

VANESCA TOMÉ PAULINO. Entrevista concedida a autora e realizada em sua residência no bairro Santa Mônica, em 09 dez. 2013. Nesta data, Vanesca tinha 40 anos de idade. É natural de Uberlândia (MG). É presidente do MONUVA, pelas informações obtidas em conversas informais com outros integrantes, a segunda mulher presidente do movimento, e trabalha com projetos em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia.

VERA MARIA DE OLIVEIRA. Entrevista concedida a autora, realizada no Centro Comunitário do Bairro São Jorge, em 18 out. 2013. Nesta data, ela tinha 49 anos de idade. Natural de Recife (PE) está em Uberlândia há vinte e quatro anos e veio para cidade com o marido. É agente comunitária do Posto de Saúde da Família (PSF) e presidente da Associação Feminina do Bairro Seringueiras (FEBASE).

IV. Mapas:

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Cidade. *Mapa dos Bairros Integrados. Loteamento. Setores*. Uberlândia, 2013. 1 mapa, color. Escala 1:600.000. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uplods/cms_b_arquivos/8558.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013. Layout adaptado: Letícia Siabra da Silva, dez. 2013.

V. Sites:

www.uberlandia.mg.gov.br.

Bibliografia

ALVARENGA, Nízia Maria. Movimento popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983/1988. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 4, p. 103-129, jan./jun. 1991.

ALVAREZ, Sonia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos. Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E. ; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. p. 383-426.

AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. *Nas páginas do Correio: mulher e participação política: uma análise da luta por direitos n Constituinte de 1988*. 2011, 64 f. Monografia (Graduação em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

BALCÃO, Lier Ferreira. A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913). In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. São Paulo; EDUC, 1999. p. 225-256.

BARBOSA, Pedro; DOMINGUES FILHO, João. BARBOSA, Pedro; DOMINGUES FILHO, João. Os modos de organização política da comunidade negra de Uberlândia. *Horizonte Científico*, Uberlândia, v. 1, n. 7, p. 1-23, 2007, Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/4223/3164>>.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes et. alii. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262-272.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. São Paulo; EDUC, 1999. p. 153-171.

BLAY, Eva A. Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 9, p. 80-89, maio/ago. 1983.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. O Brado Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 4, p. 131-139, jan./jun. 1991.

CECEÑA, Ana Esther. De saberes y emancipaciones. In: _____. (Org.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: Clasco, 2008, p. 15-56.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAVES, Marjorie Nogueira. *As lutas das mulheres negras: identidade e militância na construção do sujeito político*. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4751>.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.

FENELON, Déa Ribeiro. Estado, poder e classes sociais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 7, p. 33-57, mar. 1984.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 27-51, jan./jun. 1992.

GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da filosofia. Apontamentos para um encaminhamento ao estudo da filosofia da cultura. In: _____. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 1 Caderno 11 (1932-1933), p. 93-114.

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 2 – Caderno 12 (1932), p. 15-53.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 83-105.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*. São Paulo, n. 22, p. 79-103, jun. 2001.

MACIEL, Laura A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telegráfo e imprensa. In: FENELON, Déia Ribeiro et. alii. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 14-40.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociação no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 103-148.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 376-398.

ROSA, Amanda Marques. Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias (Uberlândia, 1985-1995). 2008. 120f. Monografia (Bacharelado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

ROSA, Amanda Marques. *Memórias, histórias, movimentos sociais: mobilização, comunicação e projeto de luta* (Uberlândia-MG, anos 80). 2011. 265 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3310>.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carlos Meneses Sousa. Democracia participativa na Uberlândia dos anos de 1980 – “uma prece democrática”. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 18., 2006, Assis-SP, 24 a 28 jul., ANPUH/UNESP Assis/SP. *Anais do XVIII Encontro Regional de História: O historiador e seu tempo*. Assis-SP: Associação Nacional de História, Seção São Paulo, 2006. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/PAINEL%20PDF/Carlos%20Meneses%20Sousa%20Santos.pdf>>.

SANTOS, Carlos Meneses Sousa. *Democracia participativa e tensão social em Uberlândia: experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças*. 2006. 110f. Monografia (Bacharelado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SANTOS, Fernanda. *Negros em movimento: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais* (Uberlândia / 1984-2000). 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3353>.

SARLO, Beatriz. Mulheres, história e ideologia. In: _____. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 171-196.

SCHILD, Verónica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas “novas democracias”. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.) *Cultura política nos movimentos*

sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000, p. 103-148.

SILVA, Letícia Siabra da. Cidade e experiência de comunicação: cultura, memórias e estratégias de luta de moradores pobres no espaço urbano. (Uberlândia / 1990-2012). 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4725>.

SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 11, 45-61, set. 1985/fev. 1986.

SILVA, Maria Odila Leite da. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Robson R. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 1-19, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaeletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1014/794>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-429.

THOMPSON, E. P. Exploração. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. Vol. 2. p. 11-38.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 227-267.

THOMPSON, E. P. A Intervalo: a lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 47-62.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: a experiência. In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-201.

THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. Vol. 2. p. 179-224.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara A. *A pesquisa em história*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 111-117.

WILLIAMS, Raymond. Dominante, residual e emergente. In: _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 124-129.

WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 15-26, jul./dez. 2007.

Anexo

Linha sucessória dos administradores de Uberlândia (1970-2000)

Virgílio Galassi	1977-1982
Zaire Resende	1983-1988
Virgílio Galassi	1989-1992
Paulo Ferolla da Silva	1993-1996
Virgílio Galassi	1997-2000
Zaire Resende	2001-2004
Odelmo Leão	2005-2008
Odelmo Leão	2009-2012
Gilmar Machado	2013-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERÂNDIA. **Relação dos administradores do município.**
Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=secretariasOrgaos&s=23&pg=738>>.
Acesso em: 9 jan. 2013. Adaptado por Kerley Cristina Braz Amâncio, jan.2013.